



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivaí.pr.gov.br

LICITAÇÃO	VISTO
1. Pedido da secretaria	
2. Três orçamentos	
3. Parecer do gabinete do prefeito	
4. Parecer do Controle Interno	
5. Parecer da contabilidade	
6. Parecer do jurídico	
7. Cadastro de solicitação de produto no sistema	
8. Parecer do setor de licitação encaminhando a minuta do edital	
9. Minuta do Edital	
10. Parecer do jurídico referente à minuta do edital	
11. Parecer do prefeito autorizando a licitação	
12. Portarias de comissão de licitação, dos responsáveis pelo recebimento e dos fiscais de contrato.	
13. Edital	
14. Publicação do aviso de licitação – jornal e diário eletrônico	
15. Documentação das proponentes	
16. Processos – relatório de lances, mapa, classificação por fornecedores e itens desertos.	
17. Ata	
18. Pedido do setor de licitação sobre julgamento e homologação	
19. Parecer jurídico sobre o julgamento	
20. Termo de homologação	
21. Publicação do jornal da homologação – jornal e diário eletrônico	
22. Contrato	
23. Publicação do contrato – jornal e diário eletrônico	
ADITIVO	
24. Pedido de aditivo	
25. Parecer jurídico de aditivo	
26. Termo aditivo	
27. Publicação do termo de aditivo – jornal e diário eletrônico	

\*Obs.:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ-PR**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROPECUÁRIA**  
**E MEIO AMBIENTE**

**Ofício n.º 108/2021**

Ivaí- PR, 08 de setembro de 2021.

Ao,  
Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Ivaí

**Assunto: Licitação para adquirir Nota Fiscal de Produtor**

Venho respeitosamente através de este, solicitar o processo de Pregão Eletrônico/Registro de Preço para aquisição de Nota Fiscal de Produtor, conforme a descrição abaixo.

307. 17-473-1.

Produto	Vias	Papel	Quant.	Preço p/ milh.	Preço Total
Nota Fiscal de Produtor	5	Autocopy	20.000	R\$ 630,00	R\$ 12.600,00
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 12.600,00</b>

042042

Nesta proposta estão contidos os impostos, seguros e pedagógicos sem mais acréscimos.

Sem mais para o momento, coloco-me à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

**Claudio Hyeda**  
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

À  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

Conforme sua solicitação segue orçamento abaixo.

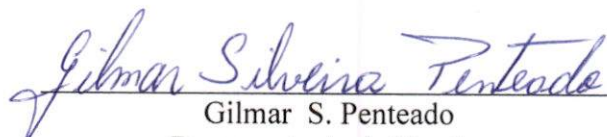
Produto	Vias	Papel	Quant.	Preço p/ Milh.	Preço Total
Nota Fiscal de Produtor	5	Autocopy	15.000	R\$ 630,00	R\$ 9.450,00
				Total =>	R\$ 9.450,00

<u>Cond. de Pagamento:</u> 28 dias	<u>Prazo de Entrega:</u> 15 dias	<u>Frete:</u> CIF
<u>Validade do Orçamento:</u> 30 dias		

Grato,

Cascavel, 24 de Agosto de 2021.

**[04.568.247/0001-60]**  
INSCR. EST. 902.40360-46  
OUROFORM FORMULÁRIOS LTDA.  
FONE: (45) 3228-2828  
RODOVIA BR 277 - KM 597  
B. SANTOS DUMONT - CEP 85804-600  
**[CASCAVEL - PARANÁ]**

  
Gilmar S. Penteado  
Representante de Vendas

 <p><b>Gráfica</b> <b>MODELO</b> <i>As cores são nosso registro</i></p>	<p><b>Cartões de Visita; Notas Fiscais; Panfletos; Carimbos; Folders; e impressos em Geral.</b></p>
<p><b>A. P. Rodrigues &amp; I. C. Rodrigues Ltda.</b></p>	<p><b>Fone/Fax: (45) 3038-5053</b></p>
<p>Rua Uruguai, 1029 - Alto Alegre</p>	<p>Inscr. Est. 902.75896-82</p>
<p>CEP 85.805-010 - Cascavel - Paraná</p>	<p>-</p>
<p>CNPJ 05.495.541/0001-51</p>	<p>Inscr. Est. 902.75896-82</p>

À

Prefeitura do Município de Ivaí / PR

Produto:

Nota Fiscal de Produtor Rural – Formulário Contínuo

Tamanho: 240x280mm

Cores: 1x0

Papel: Autocopiativo

Quantidade de vias: 04

Quantidade	Valor milheiro	Valor total
15.000	R\$ 680,00	R\$ 10.200,00

Atenciosamente,

Nome: Adnilson Pereira Rodrigues  
RG/CPF: 3.908.420-1 e CPF nº 063.475.179-91  
Cargo: Sócio Gerente

**GRÁFICA MODELO**  
**FONE/FAX (45) 3038-5053**

**05.495.541/0001-51**  
**A. P. RODRIGUES &**  
**I. C. RODRIGUES LTDA.**  
Rua Uruguai, 1029  
Alto Alegre - CEP 85.805-010  
Cascavel - PR



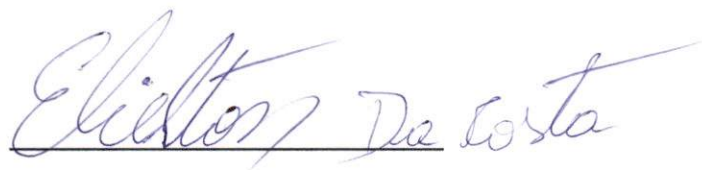
Á

Prefeitura Municipal de Ivaí

Item	Descrição do Produto	Qtde.	Valor do milheiro	Valor Total
01	Nota Fiscal de Produtor Tamanho: 240x280mm Papel: Autocopiativo Acabamento: Alceamento/Numeração	15.000	R\$ 695,00	R\$ 10.425,00

Forma de pagamento: 30 dias

Atenciosamente,





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br)

email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

## GABINETE DO PREFEITO

MEMO/2021

**De:** Idir Treviso – Prefeito Municipal

**Para:** 1. Welton Ademir Ferreira – Departamento de Licitações.

2. Wilson Ariel Eidam – Procuradoria Jurídica

3. Marcio Marques – Contabilidade

Preliminarmente à autorização solicitada mediante ofício expedido pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente para a **aquisição de 40 caixas de impressos com 500 jogos cada de NF de produtor Rural**, segue anexo ao ofício descrição dos serviços a serem prestados bem como três orçamentos. Pretende-se destinar um recurso máximo para a contratação na ordem de **R\$ 12.600,00.**

O presente processo deverá tramitar pelos setores competentes com vistas:

1. À indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente a despesa;
2. À elaboração de parecer sobre a necessidade de procedimento licitatório, indicando a modalidade e o tipo de licitação a serem adotados no certame;
3. À elaboração da minuta do instrumento convocatório da licitação e da minuta do contrato;
4. Ao exame e aprovação das minutas indicadas no item 3 acima.

Ivaí/Pr; 08 de Setembro de 2021.

Cordialmente,



\_\_\_\_\_  
IDIR TREVISO  
PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ



# Município de Ivaí - 2021

## Saldo das contas de despesa

Calculado em: 09/09/2021

Página 1

Órgão / Unidade / Projeto ou Atividade / Conta de despesa / Fonte de recurso ( F. PADRÃO/ ORIG/ APL/ DES/ DET )				Valor autorizado	Valor atualizado	Líquido empenhado	Saldo atual
05 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE				220.000,00	280.500,00	202.490,64	78.009,36
001 DIVISÃO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO				220.000,00	280.500,00	202.490,64	78.009,36
20.606.2001.2014	Atividades da Divisão de Fomento Agropecuario			220.000,00	280.500,00	202.490,64	78.009,36
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO						
00590	E	00000	0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)	220.000,00	280.500,00	202.490,64	78.009,36
Total Geral				220.000,00	280.500,00	202.490,64	78.009,36

### Crerérios de seleção:

Data do cálculo: 09/09/2021

Contas de despesa: 590





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br)

email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

## PROCURADORIA JURÍDICA PARECER

**INTERESSADO:** Encarregado do Setor de Licitações.

**ASSUNTO:** Aquisição de 40 caixas de impressos com 500 jogos cada de NF de produtor Rural.

### 1. RELATÓRIO

O Encarregado do Setor de Licitações, **Welton Ademir Ferreira**, solicita o pronunciamento desta Assessoria Jurídica, objetivando subsidiar o procedimento a ser instaurado para a **aquisição de 40 caixas de impressos com 500 jogos cada de NF de produtor Rural**, conforme solicitação da secretaria e descritivo do serviço a ser prestado em anexo., pretende-se fazer um investimento máximo com a contratação pretendida, na ordem de **R\$ 12.600,00.**

Relatado, passa-se ao exame do mérito.

### 2. MÉRITO

No caso está afastada a hipótese de dispensa ou inexigibilidade de licitação e tendo em vista o valor do investimento, a licitação poderá ser realizada sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, segundo o que preceitua a Lei 10.520/02.

O ato convocatório deverá indicar de forma clara as especificações do que se pretende contratar.

O instrumento convocatório da licitação deverá ser elaborado na forma de minuta pelo servidor incumbido da realização das licitações.

### 3. CONCLUSÃO

Ante ao exposto, encaminhe-se o presente instrumento a Secretaria de Administração para a elaboração do Pregão observada as indicações deste Parecer e a forma prevista na Lei 10520/02 e na Lei 8.666/93 e decreto 10.024/2019.

IVAÍ-PR, 08 DE SETEMBRO DE 2021.

  
\_\_\_\_\_  
**WILSON ARIEL EIDAM**  
PROCURADOR MUNICIPAL.



Município de Ivaí  
Solicitação 307/2021

Equiplano

Página 1

<b>Solicitação</b>	<b>Número</b>	<b>Tipo</b>	<b>Emitido em</b>	<b>Quantidade de itens</b>
	<b>307</b>	<b>Aquisição de Material</b>	<b>10/09/2021</b>	<b>1</b>

<b>Solicitante</b>	<b>Processo Gerado</b>
<b>Código</b> <b>Nome</b>	<b>Número</b>
<b>12187-8</b> <b>CLAUDIO HYEDA</b>	<b>0/2021</b>

<b>Local</b>	<b>Órgão</b>
<b>Código</b> <b>Nome</b>	<b>Nome</b>
<b>5</b> <b>DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA</b>	

<b>Órgão</b>	<b>Pagamento</b>
<b>Nome</b>	<b>Forma</b>
<b>05</b> <b>SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE</b>	<b>À PRAZO</b>

<b>Entrega</b>	<b>Prazo</b>
<b>Local</b>	
<b>SECRETARIA DE AGRICULTURA</b>	<b>15 Dias</b>

**Descrição:**

AQUISIÇÃO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR.

**Justificativa:**

DELA NECESSIDADE DO MESMO PARA ANDAMENTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
<b>001</b>	<b>NOTA FISCAL DE PRODUTOR.</b>

<b>Código</b>	<b>Nome</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unitário</b>	<b>Valor</b>
042041	NOTA FISCAL DE PRODUTOR:	CX	40,00	315,00	12.600,00
	NOTA FISCAL DE PRODUTOR:				
	TAMANHO- 240 X 280 MM				
	CORES: 1 X 0				
	PAPÉL: AUTOCOPIATIVO				
	QUANTIDADE DE VIAS: 04				
	CAIXA CONTENDO 500 UNIDADES.				

**TOTAL** **12.600,00**

**TOTAL GERAL** **12.600,00**





Município de Ivaí  
Solicitação 307/2021

Equipiano

Página: 1

<b>Solicitação</b>			
Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de itens
307	Aquisição de Material	10/09/2021	1
<b>Solicitante</b>		<b>Processo Gerado</b>	
Código	Nome	Número	
12187-8	CLAUDIO HYEDA	581/2021	
<b>Local</b>			
Código	Nome		
5	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		
<b>Órgão</b>		<b>Pagamento</b>	
Nome	Forma		
05	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	À PRAZO	
<b>Entrega</b>			
Local	Prazo		
SECRETARIA DE AGRICULTURA	15 Dias		

**Descrição:**

AQUISIÇÃO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR.

**Justificativa:**

DELA NECESSIDADE DO MESMO PARA ANDAMENTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

Lote					
001 NOTA FISCAL DE PRODUTOR					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
042041	NOTA FISCAL DE PRODUTOR:	CX	40,00	315,00	12.600,00
	NOTA FISCAL DE PRODUTOR:				
	TAMANHO- 240 X 280 MM				
	CORES: 1 X 0				
	PAPÉL: AUTOCOPIATIVO				
	QUANTIDADE DE VIAS: 05				
	CAIXA CONTENDO 500 UNIDADES.				
TOTAL					12.600,00
TOTAL GERAL					12.600,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br) email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

## DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

MEMO/2021

De: SETOR DE LICITAÇÕES  
PARA: PROCURADORIA JURIDICA

Pelo presente encaminho a Vossa Senhoria minuta de Edital de Licitação, modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**. Para fins previstos na Lei nº 8.666/93 e Decreto Federal nº 10.024/2019, visando à **Aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas.**

Ivaí-PR, 08 de setembro de 2021.

Cordialmente,



---

**WELTON ADEMIR FERREIRA**  
DIVISÃO DE LICITAÇÕES



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº XXX/2021**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2021**  
**PROCESSO ELETRÔNICO Nº XXX/2021**  
**(Decreto nº 10.024/19 e Lei 8.666/93)**

**OBJETO:** Aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas.

**Sessão de julgamento:** XX/XX/2021 às 09h30min.

**Dotação Orçamentária:**

05001206062001201433903000000 0590

**Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:**

**Departamento Municipal de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR**

**Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – Pr - fone – (42) 3247-1222 – ramal 216**

**Site:** [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br)

Ivaí, XX de xxx.

**Welton Ademir Ferreira**

**Pregoeiro Municipal**

**Portaria Nº 118/2021**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

A Prefeitura Municipal de Ivaí e a Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, através do pregoeiro municipal e da Comissão Municipal de Licitações, designada pela Portaria Municipal nº 118/2021, de 28.06.2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, órgão Oficial do Município de Ivaí para divulgação de atos oficiais e no jornal impresso Diário da Manhã, da cidade de Ponta Grossa - PR no dia 02.07.2021, com a devida autorização pelo Senhor Idir Treviso- Prefeito Municipal de Ivaí – PR, na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** nos moldes com as Leis Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014, Decretos Federal nº 10.024/19 e com o Decreto Municipal nº 201 de 05/12/2016, subsidiariamente pelas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável e pelas normas do Portal de Compras Eletrônicas da **BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL** e pelas condições previstas neste edital torna publica a realização de licitação, no dia **xx de xxx de 2021 às 09h30min**, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando subsidiar a **Aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas**.

**TIPO: Menor preço - Por lote**

### **1.0. ABERTURA:**

#### **RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS**

Data de início de acolhimento de PROPOSTA: XX/XX/2021.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: XX/XX/2021 – 09h00min.

Data de início da fase de LANCES: XX/XX/2021 – a partir das 09h30min.

Local: [www.blcompras.org.br](http://www.blcompras.org.br)

**OBSERVAÇÃO:** A sessão do presente Pregão será transmitida por meio da INTERNET, através da aba "LICITAÇÕES AO VIVO" disponível no site da Prefeitura Municipal, permanecendo on-line até o final do certame com possibilidade de acesso a todos os interessados.

#### **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ ENCAMINHAMENTOS:**

Endereço: Rua Rui Barbosa, 632.

Pregoeiro: Welton Ademir Ferreira

E-mail: [licitacao@ivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@ivai.pr.gov.br)

Telefone: (042) 3247-1222

Horário de expediente da Prefeitura: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

#### **Compõem este Edital os Anexos:**

**ANEXO 01** - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

**ANEXO 02** - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

**ANEXO 03** - MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITANTE VENCEDOR

**ANEXO 04** – DECLARAÇÕES DE (inidoneidade, fatos impeditivos, não emprega menor, responsabilidade, que não integra seu corpo social empregado público).

**ANEXO 05** – DECLARAÇÃO ME/EPP

**ANEXO 06**- MINUTA DO CONTRATO

1. **OBJETO:** A presente licitação tem como objeto **Aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas**, com as características constantes no **ANEXO I** deste edital.

Conforme Decreto 10.024/19 Art. 26: após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**Os documentos relativos à habilitação, solicitados no anexo 02 do presente edital, deverão ser ANEXOS OBRIGATORIAMENTE juntamente com a proposta na página do COMPRAS BLL, em local próprio para documentos.**

**AS EMPRESAS QUE NÃO ANEXAREM A DOCUMENTAÇÃO NA PLATAFORMA SERÃO CONSIDERADAS INABILITADAS.**

**Obs. Esses documentos só estarão disponíveis após o encerramento da disputa do Pregão.**

### **2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

2.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da **Bolsa de licitações e Leilões do Brasil**.

2.2 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura Municipal de Ivaí, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica do Bolsa de licitações e Leilões do Brasil ([www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br)).

### **3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:**

3.1 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa.

### **4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**

4.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

4.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto a **Bolsa de licitações e Leilões do Brasil** ([www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br)).

4.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

4.4 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da Administração Municipal.

4.5 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 05 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

### **5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

#### **5.1 Do pregoeiro:**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

---

- a) Conduzir a sessão pública;
- b) Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- c) Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- d) Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- e) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- f) Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- g) Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) Indicar o vencedor do certame;
- i) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- j) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- k) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

**Da equipe de apoio**

- a) Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

**Do licitante**

Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a) Credenciar-se previamente de que trata o §2º do art. 5º, no sistema eletrônico utilizado no certame;
- b) Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- c) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

**PARTICIPAÇÃO:**

**5.2** A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.

**5.3** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

**ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

**5.4** A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

---

aceitabilidade das propostas. **Todo contato com o pregoeiro deve ser feito através do chat disponibilizado pelo sistema.**

5.5 O tipo de julgamento será no modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.6 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.7 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

5.8 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

5.9 5.17 Face à imprevisão do tempo extra, as empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

5.10 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.11 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

5.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13 **As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Edital (REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO DO ITEM/LOTE) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados;**

5.14 **Fica a critério do (a) pregoeiro (a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que, antes do início da disputa de lances;**

5.15 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

5.16 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecerem acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

5.18 Facultativamente, o (a) Pregoeiro (a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

5.19 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

**5.20 Os documentos relativos à habilitação, solicitados, deverão ser ANEXADOS na página do portal, em local próprio para documentos, para que se evite a desclassificação por identificação.**

**Obs. Esses documentos só estarão disponíveis após o encerramento da disputa do Pregão.**

5.21 Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da sessão pública virtual, **juntamente com a proposta de preços corrigida**, para a Prefeitura Municipal de Ivaí:

**Prefeitura Municipal de Ivaí**

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 632, Centro

**Pregoeiro (a):** Welton Ademir Ferreira

**E-mail:** Licitacao@ivai.pr.gov.br

**Telefone:** (0XX42) 3247-1222

5.22 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 5.24.

5.23 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas no item 12, deste Edital, podendo o (a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

5.24 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

5.25 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

5.26 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

5.27 Quando for constatado o empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o (a) pregoeiro (a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

## **6. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

6.1 A empresa interessada em participar do certame deverá anexar a proposta com o valor inicial no portal da BLL sob pena de inabilitação. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.2 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, serem informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** e **MARCAS** dos serviços e/ou produtos ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do serviço e/ou produto. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações e marcas dos serviços e/ou produtos neste campo implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

**O objeto** deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **ANEXO 01 e 03**.

6.3 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6.4 Na hipótese de o licitante ser ME/EPP será necessário à informação desse regime fiscal no campo próprio sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

**6.1.1 EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:**

6.1.2 Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5(cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

b) No caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 8.2.1, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea "a";

c) Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea "a" anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**6.1.3 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem**

**6.1.4 O objeto licitado** será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

6.1.2 O (A) Pregoeiro (a) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

6.2 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.3 Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 5.27 e 5.28 deste Edital, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.

6.4 De sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

## **7. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO**

7.1 A Empresa vencedora deverá enviar ao (a) Pregoeiro (a), a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e número de agência de conta bancária, no prazo estipulado no item 5.24, deste Edital.

Após a finalização da disputa a empresa deverá **OBRIGATORIAMENTE** reajustar os valores unitários na PLATAFORMA BLL nos casos de LOTES (de acordo com o valor global final do lote e considerando o valor máximo para cada item exigido em edital conforme o termo de referência). Após a empresa estar adjudicada não será possível a alteração. Diferente disto, a proposta a ser considerada será a proposta reajustada automaticamente pela plataforma.

**Na proposta escrita, deverá conter:**

- a) Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto e/ou serviço ou destacados;
- b) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- c) Especificação e/marca completa do serviço e/ou produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO 01 e 03**, deste Edital e;
- d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Anexo 01.

Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o Menor preço (TIPO ESTABELECIDO).

Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado por este Edital.

Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

## **8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

Para julgamento será adotado o critério de **Menor preço – Por lote**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

### **09. HABILITAÇÃO**

Conforme **ANEXO 02**.

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Decreto 10.024/19, Art. 24:

Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida à impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

### **Pedidos de Esclarecimentos**

Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

### **DO RECURSO**

#### **Intenção de recorrer e prazo para recurso**

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o **caput** deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no **caput**, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- 09.1 A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.**
- 09.2** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 09.3** Os recursos contra decisões do Pregoeiro **não** terão efeito suspensivo.
- 09.4** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

### **Autoridade competente**

Art. 45. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do **caput** do art. 13.

### **Pregoeiro**

Art. 46. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do **caput** do art. 17.

## **11. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ao licitante que:

- 11.1.** Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente e;
- 11.2.** Não mantiver a sua proposta, ou não enviar a documentação original via correio.
- 11.3.** A declaração de inidoneidade será aplicada ao licitante que:
- 11.5** Apresentar documento falso;
- 11.6.** Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- 11.7.** Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- 11.8.** Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.9.** Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal n.º 12529/11;
- 11.10.** Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- 11.11.** Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:
- 11.12.** Apresentar declaração falsa: multa de até 20%;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

---

11.13. Deixar de apresentar documento na fase de saneamento, ou não enviar os documentos originais via correio: multa de até 10%;

11.14 Não mantiver sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de até 20%.

11.15 Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

11.16.. Nas hipóteses referidas no item precedente, após apuração efetuada através de processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na "Dívida Ativa", para cobrança judicial.

11.17. A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade. As sanções por ato praticados no decorrer da contratação estão previstas no Instrumento de Contrato.

11.18 As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA.

11.19 As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, devida e formalmente justificadas e comprovadas.

11.20. A aplicação das sanções estabelecidas compete ao Prefeito do Município de Ivaí. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a responsabilização da licitante inadimplente por eventuais perdas ou danos causados à instituição. No processo de aplicação das sanções é assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

11.21. Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 2017, página 198.

## **12. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO:**

12.1 O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será de 12 meses e será contado a partir da emissão do contrato.

12.2 Após a homologação do resultado será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, **para no prazo de até 10 (dez) dias, entregar o objeto desta licitação**, para todos os **LOTES**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 11, deste Edital.

12.3 O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do (s) produto (s) constantes do **ANEXO 05** deste edital, e deverá ser substituído pelo fornecedor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente.

## **13. DO PAGAMENTO**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

---

O pagamento será efetuado, a prazo, em até 30 dias após a execução do objeto com a apresentação da respectiva fatura, para todos os LOTES e/ou ITENS, mediante depósito em nome da empresa vencedora em contracorrente devidamente identificada e;

A contratada deverá, durante toda a vigência do contrato, manter em dia os pagamentos referentes ao INSS e FGTS.

a) Vencido o prazo estabelecido acima e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços, exceto as revisões para reequilíbrio econômico financeiro da relação contratual.

### **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:**

05001206062001201433903000000 0590

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**13.1.** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Ivaí revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. **O MUNICÍPIO DE IVAÍ** poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**13.2.** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**13.3.** É facultado a(o) Pregoeiro (a), ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**13.4.** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

**13.5.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**13.6.** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação e/ou aquisição.

**13.7.** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- 13.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo (a) Pregoeiro (a).
- 13.9. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- 13.10. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Imbituva, Estado do Paraná, considerado aquele a que está vinculado o (a) Pregoeiro (a).
- 13.11. O (A) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário das **08h00min às 17h00min**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, à Rua Rui Barbosa, 632 (Centro), para melhores esclarecimentos.
- 13.12. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.
- 13.13. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.
- 13.13.1 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a), nos termos da legislação pertinente.
- 13.14. As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 55 da Lei 8.666/93, há substituição do instrumento do contrato, na forma do artigo 62 da mesma Lei já mencionada.
- 13.15. Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o Artigo 65, seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.883/94.

### **DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

I – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou

Integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Ivaí, XX de xxx.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

## ANEXO 01

**OBJETO:** O presente Pregão tem por objeto **Aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas**, conforme condições e especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.

### 1.1

### TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO



Município de Ivaí

Solicitação 310/2021

Solicitação		Página: 1			
Número	310	Emissão em	13/09/2021		
Nome	Aquisição de Material	Quantidade de Itens	1		
Solicitante		Processo Gerado			
Código	12187-8	Número	583/2021		
Nome	CLAUDIO HYEDA				
Local					
Código	5				
Nome	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA				
Orgão		Pagamento			
Nome	05 SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	Forma	À PRAZO		
Entrega					
Local	SECRETARIA DE AGRICULTURA	Prazo	15 Dias		
Descrição:					
AQUISICÃO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR.					
Justificativa:					
PELA NECESSIDADE DO MESMO PARA ANDAMENTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.					
Lote					
001 NOTA FISCAL DE PRODUTOR.					
Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
042041	NOTA FISCAL DE PRODUTOR:	CX	40,00	315,00	12.600,00
	NOTA FISCAL DE PRODUTOR:				
	TAMANHO- 240 X 280 MM				
	CORES 1 X 0				
	PAPÉL: AUTOCOPIATIVO				
	QUANTIDADE DE VIAS: 05				
	CAIXA CONTENDO 500 UNIDADES.				
TOTAL					12.600,00
TOTAL GERAL					12.600,00

## 2. PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- **12 meses**

### **3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- Proceder à entrega das mercadorias nas especificações e quantidades acordadas, de acordo com cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal solicitante.
- O fornecedor deverá proceder à troca de mercadorias danificadas.
- Se a empresa vencedora deixar de entregar o (s) produto (s) por qualquer motivo ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no artigo 86 e seguintes da Lei 8.666/93, garantida a defesa prévia em processo próprio do interessado, independente de outras previstas em lei.

### **4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- Notificar, por escrito, a contratada, em caso de eventuais distorções no processo de entrega de mercadorias, fixando prazo para a sua correção.
- Efetuar os pagamentos ajustados, dentro dos prazos acordados.
- Dar a contratada as condições necessárias a regular execução dos serviços.

### **5. FORMA DE ENTREGA**

Entrega em no máximo 10 dias após o recebimento da nota de empenho.

☐ **Frete e custos com a descarga por conta do fornecedor.**

### **FORMA DE PAGAMENTO**

- A prazo em até 30 dias, após a entrega dos produtos.

No momento da liquidação do contrato, a contratada deverá apresentar certidões negativas de débitos junto ao INSS, FGTS e Trabalhista.

### **6. CONDIÇÕES DE ENTREGA E LOCAL**

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada EM ATÉ 10 (dez) DIAS, APÓS a SOLICITAÇÃO.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

### **ANEXO 02**

#### **1. HABILITAÇÃO**

##### **1.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**Todos os documentos solicitados neste anexo, excluindo as declarações que deverão ser datadas do dia do pregão, os demais não poderão ter datas de emissão superior a 60 (sessenta) dias.**

##### **1.2.1 Habilitação Jurídica**

- a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) **Inscrição do Ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.**
- c) **Certidão da Junta Comercial ME/EPP/MEI (com data de emissão e validade, expressa no documento).**

##### **1.1.2 Regularidade Fiscal**

- a) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; **(com data de emissão e validade, expressa no documento);**
- b) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal** (alvará de licença para localização), relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação, com vigência válida para o exercício de 2021 e nos municípios em que os alvarás de licença não tem validade explícita no próprio, será considerado válido o apresentado dos exercícios anteriores com as alterações realizadas conforme contrato social;
- c) **Prova de inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP;**
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e também com a **Dívida Ativa da União**, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
- e) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- f) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- E(. 1) No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;
- g) **Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRS/FGTS);**
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Inciso incluído pela Lei 12.440, de 2011). [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)

Na falta de validade expressa nos documentos de habilitação, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão

##### **1.1.3 Habilitação Técnica:**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

a) Apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ, o nome do responsável pelo mesmo. **Poderá ser solicitado pela Comissão de Licitação cópia (s) de notas fiscais emitidas em nome do (s) declarante (s) compatível com o objeto ora licitado para maior sustentação ao atestado apresentado.**

**1.1.5. Declarações:**

**Assinada por representante legal da proponente, de que:**

- a) Não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- b) Não há **superveniência** de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93;
- c) **A empresa atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99);**
- d) **Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93;**
- e) Declaração de **Responsabilidade**;
- f) Declaração de **ME/EPP**;

**1.1.6. Qualificação Econômico-Financeira**

a) **Certidão negativa falência e/ou recuperação judicial** expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, contendo expresso na própria certidão o prazo de sua validade.

a.1) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

a.2) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.

1.2 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pelo (a) Pregoeiro(a)/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termo- sensível (Fac-símile). As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

1.3 O (A) Pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

1.4 A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

1.5 Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

1.6 Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

1.7 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, por ocasião da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.

1.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do Artigo 43 da Lei 147/2014.

1.9 A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

**ANEXO 03**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº ..... acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

**1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

**2. PROPOSTA (READEQUADA AO LANCE VENCEDOR)**

Lote	Item	Qtd	Emb	Descrição do objeto	Unit	Total
TOTAL					Total Geral dos Itens	

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

**3. CONDIÇÕES GERAIS**

3.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**LOCAL E DATA**

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

**ANEXO 04**

**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2021**

**DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

**DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**DECLARAÇÃO NÃO POSSUIR NO SEU QUADRO MENOR DE IDADE**

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(1) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

**DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR EM SEU QUADRO FUNCIONARIO PUBLICO**

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório que nenhum servidor público, ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, integra nosso quadro societário, nem funcional, sob qualquer regime de contratação.

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital, que tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e nos comprometemos a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

\_\_\_\_\_  
(Nome da empresa)

\_\_\_\_\_  
CNPJ / MF nº,

\_\_\_\_\_  
sediada (endereço completo)

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e nº da cédula de identidade do declarante



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

**ANEXO 05**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do responsável pela empresa)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Contador ou Técnico Contábil)

OBSERVAÇÃO: Assinalar com um "X" a condição da empresa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

**ANEXO 006 - MINUTA CONTRATO**

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2021.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ E

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – PR, neste ato representado pelo senhor **IDIR TREVISÓ**, Prefeito Municipal, residente a Rua Dr. Ferreira Correia, centro, Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 197.260-1 SSP-PR e do CPF/MF nº 196.938.180-91, a seguir denominada CONTRATANTE a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº 000.000.000/0000-00, neste ato denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor \_\_\_\_\_, residente á Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº 000.000.000/0000-00, do CPF/MF nº 000.000.000-00, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014, Decreto Federal 10.024/2019 e com o Decreto Municipal nº 201 de 05/12/2016, subsidiariamente pelas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável, assim como pelas condições do Edital de Licitação nº \_\_\_\_/2021, Pregão \_\_\_\_/2021 - modalidade Eletrônico nº \_\_\_\_/2021, pelos termos da proposta da Contratada datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

§ 1º - O presente contrato tem por objeto o fornecimento pela contratada ao contratante de \_\_\_\_\_, conforme mapa de proposta em anexo.

§ 2º – integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Licitação \_\_\_\_/2021, Pregão \_\_\_\_/2021- Modalidade Processo Eletrônico \_\_\_\_/2021, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

**CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE EXECUÇÃO**

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL**

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ \_\_\_\_\_.

**CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

§ 1º - O pagamento será efetuado a prazo, em até 30 dias após a execução do objeto e mediante a apresentação da nota fiscal e será realizado unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, na conta corrente da empresa, mediante



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

apresentação do número do banco, da agência e da conta corrente, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr.

a) Vencido o prazo estabelecido acima e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços, exceto as revisões para reequilíbrio econômico financeiro da relação contratual.

§ 2º: Na nota fiscal do objeto deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do contrato (Pregão \_\_\_\_/2021 - Eletrônico nº \_\_\_\_/2021 e contrato nº \_\_\_\_/2021).

§ 3º: Caso se verifique erro na nota, o pagamento será susado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da nota.

§ 4º: As notas deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Ivaí, durante o horário do expediente.

§ 5º: O pagamento poderá ser susado, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§ 6º: A contratada ficará obrigada a apresentar nota fiscal do objeto.

§ 7º: Nas notas fiscais deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento das mercadorias, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I - Em caso de não constar esses dados, a nota não será empenhada.

§ 8º apresentação da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

### **CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO**

A despesa decorrente do presente Contrato será efetuada à conta dos seguintes recursos financeiros:

---

### **CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE**

- a) - O valor ora contratado será fixo, não podendo ser reajustado.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

§ 1º - Após a homologação do resultado e após a assinatura do contrato será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, **para no prazo de até 10 (dez) dias**, entregar o objeto desta licitação, para todos os LOTES, sob pena de decair do direito à contratação.

§ 2º - O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será de **12 meses** a partir da emissão do contrato pós publicação podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

§ 3º - O prazo estabelecido no parágrafo segundo desta cláusula poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da lei nº 8/666/93.

### CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

§ 1º - Constituem direitos de a CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

§ 2º - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) - efetuar o pagamento ajustado;
- b) - verificar o objeto entregue atestando se atende às especificações do edital e da proposta vencedora, caso contrário não aceitando o mesmo, exigindo o cumprimento do presente contrato conforme mapa de proposta.

§ 3º - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) - executar o objeto na forma ajustada;
- b) - atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato; (ver art. 71).
- (c)- manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- (d)- apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- e) - substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios ou defeitos (ver art. 69)

### CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

(A)- A Prefeitura poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, convocar o proponente remanescente, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido para as MPE, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

---

pelo primeiro classificado, inclusive, quanto aos preços atualizados de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da lei nº 8.666/93.

(B)- A recusa da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirá-lo dentro do prazo estabelecido no edital, estando à proposta dentro da validade, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida, ficando a mesma sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, além de decair no direito a contratação.

(C)- Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a adjudicatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90.

(D)- O licitante e o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

E) - As sanções previstas nos itens I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

F) - Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

G) - Fica estipulada a MULTA MORATÓRIA de 0,3% (três décimos percentual) por dia de atraso sobre o valor do bem atrasado quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e, decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 12.8.

(H)- Fica estipulada a MULTA COMPENSATÓRIA de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item 12.7, hipótese em que será cancelado o pedido ou documento correspondente.

(I)- O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor da contratante, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

(J)- Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**  
Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

K) - A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

(L)- Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

(M)- As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

N) - Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

O) - A aplicação da multa a que se refere o item 12.4.1 não impede a rescisão unilateral do contrato nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

P) - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas a licitante que:

Q) - recusar-se injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

R) - não mantiver sua proposta;

S) - incorrer em inexecução contratual.

T) - A aplicação da sanção prevista no item 10.4 deve observar o prazo de duração de no máximo 2 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Município de Ivaí Pr.

(U)- Quando o participante for punido com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibido de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.

(V)- A declaração de inidoneidade será aplicada a quem:

- Fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- Apresentar documento falso;
- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- Afastar ou procurar afastar participante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em infrações à ordem econômica, definidos na Lei nº 8.884/94;
- Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e produzirá seus efeitos perante o Município de Ivaí/PR.
- A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.
- As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:
- Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

**CLÁUSULA DÉCIMA – PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- A) - As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa, cujo procedimento deve observar o seguinte:
- B) - o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;
- (C)- o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;
- (D)- o acusado dispõe de 5 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;
- E) - caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;
- F) - quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim;
- G) - concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- H) - transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a Administração, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do Departamento de Licitações;





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**  
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

(I)- todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e

J) - da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

(L)- - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

M) . Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

N) - . A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e nos termos dos arts. 79 e 80 da Lei 8.666/93.

§ Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21/06/1993, suas alterações e legislação pertinente e pelos preceitos de direito público, aplicando sê-lhe supletivamente, os, princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. (ver art. 54).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá o prazo de vigência de 00/00/2021 a 00/00/202\_, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO – (artigos 66, 67, 69 e 70).**

Os fiscais do presente contrato são os designados pela Portaria \_\_\_\_/2021.

**CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS – (artigo 73).**

O responsável pelo recebimento do objeto são os designados pela Portaria \_\_\_\_/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí - PR

---

1 - A Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná exige que licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

(i) "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

Para os fins deste parágrafo, "terceiros" refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Nesse contexto, "funcionário público" inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisição.

(ii) "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um funcionário público; os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de aquisição ou à execução do contrato; e o "ato ou omissão" tem como objetivo influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato.

(III) "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente às ações de outra parte;

Para os fins deste parágrafo, o termo "partes" refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de aquisição ou seleção simular a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

(IV) "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato.

(v) "prática obstrutiva": significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do Banco, incluindo, inter alia, impedimento "cruzado", conforme acordado com outras Instituições Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações corporativas do Grupo Banco Mundial, e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em trâmite.

Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 55, § 2º).**

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituva-PR para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em três (03) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ivaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivai – PR

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR  
Idir Treviso - Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

---

CONTRATADA

---

TESTEMUNHA

---

TESTEMUNHA



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br)

e-mail: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

## ASSESSORIA JURÍDICA

**INTERESSADO:** Setor de Licitações

**ASSUNTO:** Aprovação da minuta de edital de Licitação.

Após análise da minuta do edital que objetiva à **Aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas; com o preço máximo estipulado em R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscientos reais)**. Encaminhada a esta assessoria; esta atendendo as disposições da Lei 8.666/93 e Decreto Federal nº 10.024/2019, esta assessoria verificou que a minuta do edital de licitação anexa ao memorando, atende aos requisitos do Art. 40 da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato está de acordo com as disposições legais.

Ivaí-PR, 08 de setembro de 2021.

**WILSON A. EIDAM**  
**PROCURADOR MUNICIPAL**





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br) email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

## AUTORIZAÇÃO PARA LICITAÇÃO

MEMO/2021

DE: PREFEITO MUNICIPAL  
PARA: SETOR DE LICITAÇÕES

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo e os termos da Lei Federal nº 8.666/93, **AUTORIZO** a licitação sob a modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**. Para fins previstos na Lei nº 8.666/93 e Decreto 10.024/2019, o qual tem por objeto **Aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas; com o preço máximo estipulado em R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais).**

Encaminhe-se ao Setor de Licitação para as providências necessárias.

Ivaí-PR, 08 de setembro de 2021.

\_\_\_\_\_  
IDIR TREVISIO  
PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76 175 918/0001-33**

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gabinete@ivaipr.gov.br

## **PORTARIA Nº 118/2021.**

**Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio e Pregoeiros para o exercício de 2021.**

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, e 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º, resolve:

**Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro e Presidente Municipal de Licitação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2021:**

**Comissão Permanente de Licitação:**

Alexandro Kovalczuk  
Egislatne Zubacz  
Marcia Luciene Kobilarz  
Marcia Schaiane de Lima  
Nicoli Crocoli  
Patrícia Bobek  
Sergio Canteri

**Pregoeiro:**

Welton Ademir Ferreira

**Presidente Municipal de Licitação:**

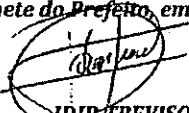
Welton Ademir Ferreira

**Equipe de Apoio:**

Alexandro Kovalczuk  
André Luis Prado Pereira  
Andréia Malicz Skeika  
Cristiane Kovalczuk  
José Eraldo Graniska  
Juliane Ruaro Kuhn  
Marcio Marques  
Marcia Schaiane de Lima  
Nicoli Crocoli  
Patrícia Bobek  
Sergio Canteri

**Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

Gabinete do Prefeito, em 28 de junho de 2021.

  
**IDIR TREVISÓ**  
Prefeito Municipal



(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto nº 10.024/2019)  
 Tipo de licitação: MENOR PREÇO.  
**OBJETO:** Link de Internet via fibra óptica a ser instalado no Abrigo Institucional "Anjo da Guarda" por um período de 12 meses  
**Licitação Deserta**  
**HOMOLOGAÇÃO:** 29.06.2021

**IDIR TREVISÓ**  
 Prefeito Municipal

Publicado por:  
 Andreia Malicz Skeika  
 Código Identificador:635D7D28

#### DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 126/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 098/2021 (LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93 E 10.024/2019) TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.**

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 126/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 098/2021**

(Leis Federais nº 8.666/93 e 10.024/2019)  
 Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

**OBJETO:** Contratação de capacitação para os profissionais que executar os serviços junto ao CRAS - Centro de Referência de Assistência Social de Ivaí.

**VALOR GLOBAL: R\$ 2.700,00**

**PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:**

• **MAKRO TREINAMENTO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME**

**HOMOLOGAÇÃO:** 29.06.2021

**IDIR TREVISÓ**  
 Prefeito Municipal

Publicado por:  
 Andreia Malicz Skeika  
 Código Identificador:1B1840FE

#### DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 123/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 095/2021 (LEIS FEDERAIS Nº 8.666/93 E 10.024/2019) TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.**

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 123/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2021**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 095/2021**

(Leis Federais nº 8.666/93 e 10.024/2019)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

**OBJETO:** Aquisição de equipamentos a serem destinados para a Entidade Apae. Emenda Parlamentar Nº 202030410013.

**VALOR UNITÁRIO: R\$ 749,00**

**VALOR GLOBAL: R\$ 2.247,00**

**PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:**

• **DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA - ME**

**HOMOLOGAÇÃO:** 29.06.2021

**IDIR TREVISÓ**  
 Prefeito Municipal

Publicado por:  
 Andreia Malicz Skeika  
 Código Identificador:BADF60DE

#### DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 127/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 099/2021 (LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E DECRETO 10.024/2019) TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.**

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**LICITAÇÃO Nº 127/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2021**

**PROCESSO ELETRÔNICO Nº 099/2021**

(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/2019)

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

**OBJETO:** Compra de Artefatos de cimento para a obra do Cemitério Municipal e estátua de cimento do Cristo Rei.

**VALOR UNITÁRIO LOTE 001: R\$ 27.900,91**

**VALOR UNITÁRIO LOTE 002: R\$ 18.787,45**

**VALOR GLOBAL: R\$ 46.688,36**

**PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:**

• **BRAZZALE & FILHOS LTDA - EPP**

**HOMOLOGAÇÃO:** 30.06.2021

**IDIR TREVISÓ**  
 Prefeito Municipal

Publicado por:  
 Andreia Malicz Skeika  
 Código Identificador:4D7D2923

#### DIVISÃO DE LICITAÇÃO PORTARIA Nº 118/2021.

**PORTARIA Nº 118/2021.**

*Súmula: Nomeia membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio e Pregoeiro para o exercício de 2021.*

*O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais das Leis Federais 8.666/93, artigo 51, e 10.520/2002, artigo 3º, IV, § 1º, resolve:*

*Art. 1º - Nomear os Membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Pregoeiro e Presidente Municipal de Licitação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser executadas pelo Município de Ivaí, durante o exercício de 2021:*

#### Comissão Permanente de Licitação:

*Alexandro Kovalczuk*

*Egisilaine Zubacz*

*Marcia Luciene Kobilarz*

*Marcia Schiavane de Lima*

*Nicoli Crocoli*

*Patricia Bobek*

*Sergio Canteri*

#### Pregoeiro:

*Welton Ademir Ferreira*

#### Presidente Municipal de Licitação:

*Welton Ademir Ferreira*

#### Equipe de Apoio:

*Alexandro Kovalczuk*

*André Luis Prado Pereira*

*Andréia Malicz Skeika*

*Cristiane Kovalczuk*

*José Eraldo Graniska*

*Juliane Ruaro Kuhn*

*Marcio Marques*

*Marcia Schiavane de Lima*

*Nicoli Crocoli*

*Patricia Bobek*

*Sergio Canteri*

*Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.*

*Gabinete do Prefeito, em 28 de junho de 2021.*

**IDIR TREVISÓ**  
 Prefeito Municipal

EDUCAÇÃO &gt;&gt; MUDANÇAS NA GRADE

# Ensino Médio valorizará os interesses dos alunos

Nas próximas semanas, mais matérias de apresentação serão feitas pela Secretaria Estadual

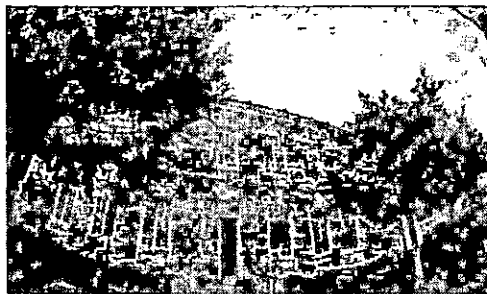
DA REDAÇÃO  
cristiano.spranger@com.br

A partir de 2022 começa a implementação gradual do Novo Ensino Médio no Paraná. Prevista pela Lei Federal nº 13.115/2017, a nova metodologia trará mudanças na carga horária e na organização curricular de escolas das redes de ensino públicas e privadas de todo o Brasil. As transformações na estrutura do Ensino Médio têm como objetivo incentivar

o papel protagonista dos estudantes, valorizando suas aptidões e interesses.

Na escola, o aluno encontrará um espaço de diálogo e orientação para desenvolver suas capacidades e avaliar suas possibilidades, sendo capaz de escolher de forma consciente e responsável as áreas de aprendizagem nas quais pretende se aprofundar. As instituições de ensino fornecerão esse espaço de reflexão durante as aulas do Projeto de Vida, quando os estudantes poderão compreender como melhor explorar suas potencialidades, além de planejar seu futuro profissional ou acadêmico.

Dessa maneira, o que se pretende é atender às expectativas dos jovens estudantes e, ao mesmo tempo, fortalecer seu interesse pelo estudo, melhorando índices de permanência na escola e resultados da aprendi-



Futura implementação gradual do Novo Ensino Médio no Paraná está prevista para acontecer a partir do próximo ano | Foto: Arquivo JM

## BASE NACIONAL CURRICULAR

### Série de componentes é prevista

Dentro da formação geral básica haverá uma série de componentes curriculares essenciais, necessários para todos os estudantes do Ensino Médio: Arte, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Educação Física, Matemática, Química, Física, Biologia, História, Geografia, Sociologia e Filosofia. As disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa serão obrigatórias nos três anos do Ensino Médio em que os estudantes terão a frente no novo modelo de Ensino Médio.

zagem. "A proposta do Novo Ensino Médio é que o jovem conecte o que ele aprende na escola com interesses pessoais e profissionais", afirma André-fábio de Oliveira dos Santos, chefe do Departamento de Desenvolvimento Curricular da Secretaria de Estado Educação e do Esporte.

"Além de um currículo mais flexível, ele vai ter a oportunidade de se aprofundar naqueles conhecimentos com os quais tem mais afinidade. O estudante sairá preparado para ir para a

universidade ou, se ele desejar, entrar no mercado de trabalho", explica. "A nossa expectativa é que o Novo Ensino Médio prepare o jovem para os desafios da vida em sociedade, para torná-lo consciente de suas ações no mundo". Nas próximas semanas, mais matérias de apresentação do Novo Ensino Médio Paranaense serão elaboradas pela Secretaria da Educação e do Esporte, que vão trazer mais detalhes sobre os itinerários formativos, a disciplina de Projeto de Vida e a Formação Geral Básica.

## RECONHECIMENTO

### Estudantes são indicados para a National Honor Society

Seis estudantes do programa de ensino médio internacional, High School, realizado pelo Colégio Ponta Grossense Sepam, em um convênio com a Universidade de Missouri (Missouri), foram indicados para compor a National Honor Society (NHS). A organização norte-americana visa reconhecer alunos do ensino secundário que se destacam em nota, voluntariado, liderança e aspectos do caráter. Os selecionados - Ana Carolina Yamamoto, Carolina Gomes, Enzo Mathias, Leonardo Borges, Letícia Schelski, Luiz André Pinto e Yasmim Schenberger - cursam o último ano do programa, que é realizado pelo Sepam.

Para a coordenadora do High School, Francine Cavagnari, ter alunos selecionados para essa Organização indica que o programa está sendo bem desenvolvido na instituição. "Ficamos contentes que seis dos nossos alunos receberam esse reconhecimento. A indicação é importante para somar às experiências do currículo", destaca Francine. O requisito mínimo para que os alunos sejam indicados à NHS é que sejam comprometidos com os estudos e apresentem média (GPA - Grade Point Average) de 3,5 - em um total de 4,0 pontos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI**  
Estado do Paraná

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
LICITAÇÃO Nº 125/2021  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0972021  
Licitação nº 020653 e Decreto nº 10.224/2019  
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.  
OBJETO: Lote de itens para a instalação de Ar Condicionado Split na Unidade de Saúde Bucal - U.S.B. - localizada no Arquivo Histórico - Arquivo da Guarda - por um período de 12 meses.  
Licitador: Desista.  
HOMOLOGAÇÃO: 28.06.2021  
Lar Treino - Paraná Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
LICITAÇÃO Nº 125/2021  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0972021  
Licitação nº 020653 e Decreto nº 10.224/2019  
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços para a manutenção e conservação do sistema de água e esgoto da Prefeitura Municipal de Inai - ME.  
HOMOLOGAÇÃO: 28.06.2021  
Lar Treino - Paraná Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
LICITAÇÃO Nº 125/2021  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0972021  
Licitação nº 020653 e Decreto nº 10.224/2019  
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.  
OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais destinados para a Unidade de Saúde Bucal - U.S.B. - localizada no Arquivo Histórico - Arquivo da Guarda - por um período de 12 meses.  
Licitador: Desista.  
HOMOLOGAÇÃO: 28.06.2021  
Lar Treino - Paraná Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
LICITAÇÃO Nº 125/2021  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0972021  
Licitação nº 020653 e Decreto nº 10.224/2019  
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços para a manutenção e conservação do sistema de água e esgoto da Prefeitura Municipal de Inai - ME.  
HOMOLOGAÇÃO: 28.06.2021  
Lar Treino - Paraná Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI**  
Estado do Paraná

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
LICITAÇÃO Nº 125/2021  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0972021  
Licitação nº 020653 e Decreto nº 10.224/2019  
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.  
OBJETO: Aquisição de materiais para a instalação de Ar Condicionado Split na Unidade de Saúde Bucal - U.S.B. - localizada no Arquivo Histórico - Arquivo da Guarda - por um período de 12 meses.  
Licitador: Desista.  
HOMOLOGAÇÃO: 28.06.2021  
Lar Treino - Paraná Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
LICITAÇÃO Nº 125/2021  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0972021  
Licitação nº 020653 e Decreto nº 10.224/2019  
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços para a manutenção e conservação do sistema de água e esgoto da Prefeitura Municipal de Inai - ME.  
HOMOLOGAÇÃO: 28.06.2021  
Lar Treino - Paraná Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
LICITAÇÃO Nº 125/2021  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0972021  
Licitação nº 020653 e Decreto nº 10.224/2019  
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.  
OBJETO: Aquisição de equipamentos e materiais destinados para a Unidade de Saúde Bucal - U.S.B. - localizada no Arquivo Histórico - Arquivo da Guarda - por um período de 12 meses.  
Licitador: Desista.  
HOMOLOGAÇÃO: 28.06.2021  
Lar Treino - Paraná Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
LICITAÇÃO Nº 125/2021  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 0972021  
Licitação nº 020653 e Decreto nº 10.224/2019  
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.  
OBJETO: Contratação de prestação de serviços para a manutenção e conservação do sistema de água e esgoto da Prefeitura Municipal de Inai - ME.  
HOMOLOGAÇÃO: 28.06.2021  
Lar Treino - Paraná Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE INAI**  
Estado do Paraná

**PORTARIA Nº 11.822/21**  
Senhor Honorário membro para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio e Proponente para o exercício de 2021.  
O Prefeito Municipal de Inai, Estado do Paraná, usando das suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 13.065/2019, artigo 1º, e 10.520/2002, artigo 3º, IV, e V, resolve:

Art. 1º - Nomear os membros para a Comissão Municipal Permanente de Licitação, Equipe de Apoio, Proponente e Presidente Municipal de Licitação, com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações que venham a ser realizadas pelo Município de Inai, durante o exercício de 2021.

Comissão Permanente de Licitação:  
Alexandro Kowalski  
Egísten Zubeck  
Mônica Luciane Koblitz  
Mônica Sotomaior de Lima  
Nicol Cezari  
Petrine Bobel  
Sergio Carsten

Proponente:  
Wilton Ademar Ferreira

Presidente Municipal de Licitação:  
Wilton Ademar Ferreira

Equipe de Apoio:  
Alexandro Kowalski  
André Luis Prado Pereira  
Andréa Maria Siqueira  
Cristiane Kowalski  
José Edson Guedes  
Júlia Rosa Kuhn  
Mônica Sotomaior de Lima  
Nicol Cezari  
Petrine Bobel  
Sergio Carsten

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA**  
Estado do Paraná

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2021**  
O MUNICÍPIO DE IPIRANGA, tendo público que às 09:00 horas do dia 15/07/2021, na plataforma BLCOMPRA (bllcompra.com.br), realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para aquisição de:

OBJETO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL	PRazo
VEÍCULO TIPO VAN	01	R\$ 24.966,50	16 dias

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, consultas e anexos poderão ser solicitados junto ao Proponente Eliane Goulart, Paraná, Brasil - Telefone: (042) 3242-1222 - E-mail: licitacao@ipiranga.pr.gov.br, e, diretamente na plataforma bllcompra.com.br. A partir das 14h00, com o início do Edital e seus respectivos modelos, anexos e anexos, poderá ser examinada no seguinte endereço: Rua XV de Novembro, 545, Centro, Ipiranga/Pr, e bllcompra.com.br, www.ipiranga.pr.gov.br, das 08:00 às 17:00 horas.  
Ipiranga, 30 de junho de 2021.

Eliane Goulart  
Proponente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA**  
Estado do Paraná

**AVISO DE EDITAL**  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 18/2021  
O MUNICÍPIO DE IPIRANGA, Estado do Paraná, com sede na Rua XV de Novembro, nº 545, Centro, Cep: 84.500-000, neste cidade, através do presidente da Comissão Permanente de Licitação a Sra. Eliane Goulart, devidamente designada pela Portaria nº 18/2021, torna público que fará realizar, junto ao Departamento de Licitação, do Município de Ipiranga, situado no bairro e endereço a seguir mencionados, CHAMAMENTO PÚBLICO para credenciamento objetivando a contratação de profissionais através de pessoa física ou jurídica para a prestação de serviços médicos (profissionais clínicos gerais), enfermagem e técnicas de enfermagem, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde e Hospital Municipal. Os interessados deverão protocolar sua documentação junto ao Departamento de Licitação, na Rua XV de Novembro, nº 545, Centro, Ipiranga/Pr, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min o Requerimento e toda a documentação necessária para o Credenciamento, a partir do dia 02/07/2021.  
A sessão de abertura dos envelopes das propostas que protocolaram seus requerimentos manifestando interesse no credenciamento, será realizada dia 14 de julho de 2021 às 14:00 horas.  
O edital completo e seus anexos, editais, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima e site: www.ipiranga.pr.gov.br; podendo ser solicitados através do e-mail: licitacao@ipiranga.pr.gov.br.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: [capinete@ivaipr.gov.br](mailto:capinete@ivaipr.gov.br)

## PORTARIA N º 152/2021

**Súmula: Designa Fiscais/gestores dos contratos do exercício de 2021.**

**O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67,**

**Resolve:**

**Art. 1º - Designar como fiscais/gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2021.**

### Gestores:

**Celia Siombalo Chaida - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
Denise Moleta Treviso - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;  
Diorgenes Jarski - Secretário Municipal de Administração;  
Juliane M. Ruaro Kuhn - Secretária Municipal de Habitação;  
Nicolí Crocoli - Secretária Municipal de Saúde;  
Paulo Cesar Metnek - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
Claudio Hyeda - Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;  
Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;**

### Fiscais:

**Daiana Rodrigues - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
Márcio Marques - Secretária Municipal de Finanças;  
Wicto Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;  
Egislaíne Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;  
Tânia Kíelt - Secretária Municipal de Saúde;  
Jelson Siombalo - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
Ana Paula dos Reis - Secretária Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;**

**Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

**Gabinete do Prefeito, em 16 de agosto de 2021.**

  
**IDIR TREVISIO**  
**Prefeito Municipal**

## PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA  
Estado do Paraná

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2021

O MUNICÍPIO DE RESERVA, entidade de personalidade jurídica de direito público, estabelecida à Avenida Cel. Reginho Borba nº 741, em Reserva/PR, inscrita no CNPJ nº 14.428.202/01-41, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. Lucas Machado Ribeiro, residente e domiciliado nesta cidade, parador da Câmara de Vereadores, RG nº 10.661.064-0, CPF nº 023.444.119-58, em face das propostas apresentadas e da validade do julgamento do Pregão Eletrônico nº 042/2021, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA A2 DISTRIBUIDORA BRASIL LTDA, com sede na Rua Rio de Janeiro, nº 1833, Sala 03, Bairro Centro, em Curitiba - PR, Cap. R\$500.031, telefone: (41) 3092-1151 / (41) 3274-4339 / (41) 9993-7535. E-mail: a2distribuidora@brasil.com.br, CNPJ nº 24.146.000/01-70, representada pelo Sr. Antonio Carlos de Oliveira Filho, residente e domiciliado na Rua Visconde de Albuquerque, nº 402, Bairro Country, em Curitiba - PR, portador da Carteira de Identidade nº 1.235.630-1, RG nº 1.235.630-1, CPF nº 47.747.119-34, classificado em primeiro lugar para o objeto da licitação, atendendo às condições previstas na Edital e às especificações das AAs, registrando-se as partes da determinações da Lei nº 10.520/2002, da Lei nº 8.666/93, do Decreto nº 7.819/2013 e do Decreto nº 10.234/2019, demais legislações complementares vigentes e pertinentes à matéria, bem como as determinações no instrumento convocatório do Pregão eletrônico, e sua conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de medicamentos comuns e princípios ativos específicos, no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 042/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição, visando atender a demanda do órgão gerenciador.
2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 2.1. O prazo de validade da presente Ata é de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
3. DOS PREÇOS E ESPECIFICAÇÕES

SECRETARIA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
Represenções e Quantidades

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	100	AMP	0,0000	0,0000
02	100	AMP	0,0000	0,0000

VALOR TOTAL (R\$) 0,0000

- 3.1. A aquisição da medicação será de acordo com a necessidade e conveniência da Municipalidade, mediante a expedição dos Ordens de Fornecimento.
- 3.2. As quantidades e as prazos de entrega que vierem a ser solicitados serão definidos na respectiva Ordem de Fornecimento, conforme as disposições do Edital.
4. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 4.1. A gestão da contratação de empresa para o fornecimento dos medicamentos de que trata este instrumento será exercida pela Sra. Ana Maria Pacheco - Secretária Municipal da Saúde.
- 4.2. O recebimento e fiscalização da entrega dos medicamentos de que trata esta Ata de Registro de Preços, bem como a assinatura dos pontos fiscais, será exercida pelo servidor designado: Sra. Gláucia Eliza Wanciel Guimarães - CPF 211530.
- 4.3. Quaisquer exigências da gestão e fiscalização, referentes ao objeto desta Ata, deverão ser prontamente atendidas pela empresa, sob pena de o Município e não pagar a prestação.
- 4.4. A fiscalização, exercida no interesse do Município, não exerce nem reduz a responsabilidade da empresa, por qualquer dano que venha causar a Administração ou a terceiros.
5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
- 5.1. No prazo de validade desta Ata, aplicam-se as disposições constantes da Edital de origem, inclusive quanto às multas e sanções.
- 5.2. Fora do prazo de validade da Ata, aplicam-se as disposições constantes da presente Ata, inclusive quanto às multas e sanções, ficando em caráter revogado, com a expressa ressalva a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 5.3. Por estarem asseis, nomeados e aposentados, depois de lida e achada conforme, ambas as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-se em 3 (três) vias.

MUNICÍPIO DE RESERVA  
Lucas Machado Ribeiro  
Prefeito Municipal de Reserva  
CONTRATANTE

A2 DISTRIBUIDORA BRASIL LTDA  
Antonio Carlos de Oliveira Filho  
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA  
Estado do Paraná

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2021

O MUNICÍPIO DE RESERVA, entidade de personalidade jurídica de direito público, estabelecida à Avenida Cel. Reginho Borba nº 741, em Reserva/PR, inscrita no CNPJ nº 14.428.202/01-41, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. Lucas Machado Ribeiro, residente e domiciliado nesta cidade, parador da Câmara de Vereadores, RG nº 10.661.064-0, CPF nº 023.444.119-58, em face das propostas apresentadas e do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico nº 042/2021, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DA EMPRESA CAVALI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES - FIEEL, com sede na Rua Manoel de Oliveira Junior, nº 370, Jardim Iracema, em Campo Mourão - PR, Cap. R\$100.000,00, telefone: (41) 3092-1151 / (41) 3274-4339 / (41) 9993-7535. E-mail: cavali@cavali.com.br, CNPJ nº 24.146.000/01-70, representada pelo Sr. Antonio Carlos de Oliveira Filho, residente na Rua Visconde de Albuquerque, nº 402, Bairro Country, em Curitiba - PR, portador da Carteira de Identidade nº 1.235.630-1, RG nº 1.235.630-1, CPF nº 47.747.119-34, classificado em primeiro lugar para o objeto da licitação, atendendo às condições previstas na Edital e às especificações das AAs, registrando-se as partes da determinações da Lei nº 10.520/2002, da Lei nº 8.666/93, do Decreto nº 7.819/2013 e do Decreto nº 10.234/2019, demais legislações complementares vigentes e pertinentes à matéria, bem como as determinações no instrumento convocatório do Pregão eletrônico, e sua conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para eventual aquisição de medicamentos comuns e princípios ativos específicos, no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 042/2021, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição, visando atender a demanda do órgão gerenciador.
2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 2.1. O prazo de validade da presente Ata é de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.
3. DOS PREÇOS E ESPECIFICAÇÕES

SECRETARIA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA  
Represenções e Quantidades

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	100	AMP	0,0000	0,0000
02	100	AMP	0,0000	0,0000

VALOR TOTAL (R\$) 0,0000

- 3.1. A aquisição da medicação será de acordo com a necessidade e conveniência da Municipalidade, mediante a expedição dos Ordens de Fornecimento.
- 3.2. As quantidades e as prazos de entrega que vierem a ser solicitados serão definidos na respectiva Ordem de Fornecimento, conforme as disposições do Edital.
4. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO DA PRESENTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
- 4.1. A gestão da contratação de empresa para o fornecimento dos medicamentos de que trata este instrumento será exercida pela Sra. Ana Maria Pacheco - Secretária Municipal da Saúde.
- 4.2. O recebimento e fiscalização da entrega dos medicamentos de que trata esta Ata de Registro de Preços, bem como a assinatura dos pontos fiscais, será exercida pelo servidor designado: Sra. Gláucia Eliza Wanciel Guimarães - CPF 211530.
- 4.3. Quaisquer exigências da gestão e fiscalização, referentes ao objeto desta Ata, deverão ser prontamente atendidas pela empresa, sob pena de o Município e não pagar a prestação.
- 4.4. A fiscalização, exercida no interesse do Município, não exerce nem reduz a responsabilidade da empresa, por qualquer dano que venha causar a Administração ou a terceiros.
5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
- 5.1. No prazo de validade desta Ata, aplicam-se as disposições constantes da Edital de origem, inclusive quanto às multas e sanções.
- 5.2. Fora do prazo de validade da Ata, aplicam-se as disposições constantes da presente Ata, inclusive quanto às multas e sanções, ficando em caráter revogado, com a expressa ressalva a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 5.3. Por estarem asseis, nomeados e aposentados, depois de lida e achada conforme, ambas as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-se em 3 (três) vias.

Reserva/PR, 09 de agosto de 2021.

MUNICÍPIO DE RESERVA  
Lucas Machado Ribeiro  
Prefeito Municipal de Reserva  
CONTRATANTE

CAVALI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS  
HOSPITALARES - FIEEL  
Antonio Carlos de Oliveira Filho  
CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA  
Estado do Paraná

## RESOLUÇÃO Nº 150/2021

A Diretora-Presidente do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RESERVA - RESERVA PREV, no uso de suas atribuições previstas no artigo 3º, inciso XV da Lei Municipal nº 488/2013 e Portaria Municipal nº 1.130/2021, CONSIDERANDO a necessidade administrativa e financeira do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE RESERVA - RESERVA PREV, em face do artigo 1º da Lei 488/2013, de 26 de março de 2013, CONSIDERANDO a competência atribuída pelo artigo 3º, inciso XV da Lei Municipal nº 488/2013, de 26 de março de 2013, CONSIDERANDO o requerimento da servidora ELLENICE DE OLIVEIRA RUINO, formalizado em 18 de maio de 2021, bem como o preenchimento das requisições constantes do artigo 3º da EC 647/2005, CONSIDERANDO em termos do parecer jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica do RESERVA PREV em 08 de junho de 2021, RESOLVE

Artigo 1º - Conceder aposentadoria à servidora ELLENICE DE OLIVEIRA RUINO, portadora do CNP nº 701.731.79-61, ocupante do cargo de Agente Administrativo, integrante do Quadro de Servidores do Município de Reserva, Nivel II, Classe O, de Anexo IV da Lei Municipal nº 1.130/2021, com proventos mensais no valor de R\$ 3.293,48 (três mil e duzentos e noventa e três reais e quarenta e oito centavos), observando o disposto no artigo 3º, §3º, inciso IV, da Constituição Federal.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Reserva/PR, 09 de agosto de 2021.

JOSSIMARA VIEIRA XAVIER  
Diretora-Presidente do Reserva Prev  
Portaria nº 1.130/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA  
Estado do Paraná

## RESOLUÇÃO Nº 160/2021

A Diretora-Presidente do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RESERVA - RESERVA PREV, no uso de suas atribuições previstas no artigo 3º, inciso XV da Lei Municipal nº 488/2013 e Portaria Municipal nº 1.130/2021, CONSIDERANDO a necessidade administrativa e financeira do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE RESERVA - RESERVA PREV, em face do artigo 1º da Lei 488/2013, de 26 de março de 2013, CONSIDERANDO a competência atribuída pelo artigo 3º, inciso XV da Lei Municipal nº 488/2013, de 26 de março de 2013, CONSIDERANDO o requerimento da servidora ROSELI APARECIDA SEMPRECHIA, formalizado em 03 de maio de 2021, bem como o preenchimento das requisições constantes do artigo 3º da EC 647/2005, CONSIDERANDO em termos do parecer jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica do RESERVA PREV em 17 de maio de 2021, CONSIDERANDO o parecer emitido pela Unidade de Controle Interno do Município de Reserva em data de 23 de maio de 2021, RESOLVE

Artigo 1º - Conceder aposentadoria à servidora ROSELI APARECIDA SEMPRECHIA, portadora do CNP nº 530.831.006-45, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, integrante do Quadro de Servidores do Município de Reserva, Nivel I, Classe VI, de Anexo IV da Lei Municipal nº 1.130/2021, com proventos mensais no valor de R\$ 3.311,61 (três mil e cento e onze reais e sessenta e um centavos), observando o disposto no artigo 3º, §3º, inciso IV, da Constituição Federal.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Reserva/PR, 09 de agosto de 2021.

JOSSIMARA VIEIRA XAVIER  
Diretora-Presidente do Reserva Prev  
Portaria nº 1.130/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA  
Estado do Paraná

## RESOLUÇÃO Nº 161/2021

A Diretora-Presidente do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE RESERVA - RESERVA PREV, no uso de suas atribuições previstas no artigo 3º, inciso XV da Lei Municipal nº 488/2013 e Portaria Municipal nº 1.130/2021, CONSIDERANDO a necessidade administrativa e financeira do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE RESERVA - RESERVA PREV, em face do artigo 1º da Lei 488/2013, de 26 de março de 2013, CONSIDERANDO a competência atribuída pelo artigo 3º, inciso XV da Lei Municipal nº 488/2013, de 26 de março de 2013, CONSIDERANDO o requerimento da servidora CLAYTON ESCOBAR ARAUJO DE LIMA, formalizado em 18 de maio de 2021, bem como o preenchimento das requisições constantes do artigo 3º da EC 647/2005, CONSIDERANDO em termos do parecer jurídico emitido pela Procuradoria Jurídica do RESERVA PREV em 05 de junho de 2021, CONSIDERANDO o parecer emitido pela Unidade de Controle Interno do Município de Reserva em data de 01 de julho de 2021, RESOLVE

Artigo 1º - Conceder aposentadoria à servidora CLAYTON ESCOBAR ARAUJO DE LIMA, portadora do CNP nº 652.310.019-49, ocupante do cargo de Agente Administrativo, integrante do Quadro de Servidores do Município de Reserva, Nivel II, Classe O, de Anexo IV da Lei Municipal nº 1.130/2021, com proventos mensais no valor de R\$ 3.408,89 (três mil e quatrocentos e oito reais e oitenta e nove centavos), observando o disposto no artigo 3º, §3º, inciso IV, da Constituição Federal.

Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Reserva/PR, 09 de agosto de 2021.

JOSSIMARA VIEIRA XAVIER  
Diretora-Presidente do Reserva Prev  
Portaria nº 1.130/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAI  
Estado do Paraná

## PORTARIA Nº 112/2021

Solista Designa Funções de confiança do exercício de 2021.

O Prefeito Municipal de NAI, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em cumprimento das disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 6º, resolve:

Art. 1º - Designar como Assessores para acompanhamento das atividades do Município em NAI - PR, durante o exercício de 2021:

Geleusa

Delia Soriano Chaves - Secretária Municipal de Educação Cultural;

Emerson Mendes Tavares - Secretário Municipal de Planejamento e Assistência Social;

João Roberto Ruffo - Secretário Municipal de Finanças;

João Roberto Lente - Secretário Municipal de Administração;

Adriana M. Rato Ruffo - Secretária Municipal de Saúde;

Neelci Dacal - Secretária Municipal de Saúde;

Paulo Cesar Medeiros - Secretário Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais;

Cláudio Haddad - Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

Georgio Carlos - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;

Felício;

Daniela Rodrigues - Secretária Municipal de Educação e Cultura;

Fernando Babiak - Secretário Municipal de Planejamento e Assistência Social;

Márcia Marques - Secretária Municipal de Finanças;

Walter Eduardo Soares - Secretário Municipal de Administração;

Episteme Dutra - Secretária Municipal de Saúde;

Tina Kalk - Secretária Municipal de Saúde;

José Roberto - Secretário Municipal de Saúde;

Clara e Servício Urban;

Ará Paula dos Reis - Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

Art. 2º - Esta Ata entrará em vigor na data de sua publicação, observando-se as disposições em contrário.

Na cidade de NAI, em 14 de agosto de 2021.

JOSSIMARA VIEIRA XAVIER  
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAI  
Estado do Paraná

EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 255/2021  
Licitação nº 101/2020  
Pregão nº 071/2020  
Processo Eletrônico nº 071/2020  
Registro no Pregão nº 025/2020  
OBJETO O presente contrato tem por objeto a aquisição de medicamentos e materiais hospitalares para o Hospital Municipal de NAI - Secretaria Municipal de Saúde, bem como, 01,01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43,44,45,46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,59,60,61,62,63,64,65,66,67,68,69,70,71,72,73,74,75,76,77,78,79,80,81,82,83,84,85,86,87,88,89,90,91,92,93,94,95,96,97,98,99,100,101,102,103,104,105,106,107,108,109,110,111,112,113,114,115,116,117,118,119,120,121,122,123,124,125,126,127,128,129,130,131,132,133,134,135,136,137,138,139,140,141,142,143,144,145,146,147,148,149,150,151,152,153,154,155,156,157,158,159,160,161,162,163,164,165,166,167,168,169,170,171,172,173,174,175,176,177,178,179,180,181,182,183,184,185,186,187,188,189,190,191,192,193,194,195,196,197,198,199,200,201,202,203,204,205,206,207,208,209,210,211,212,213,214,215,216,217,218,219,220,221,222,223,224,225,226,227,228,229,230,231,232,233,234,235,236,237,238,239,240,241,242,243,244,245,246,247,248,249,250,251,252,253,254,255,256,257,258,259,260,261,262,263,264,265,266,267,268,269,270,271,272,273,274,275,276,277,278,279,280,281,282,283,284,285,286,287,288,289,290,291,292,293,294,295,296,297,298,299,300,301,302,303,304,305,306,307,308,309,310,311,312,313,314,315,316,317,318,319,320,321,322,323,324,325,326,327,328,329,330,331,332,333,334,335,336,337,338,339,340,341,342,343,344,345,346,347,348,349,350,351,352,353,354,355,356,357,358,359,360,361,362,363,364,365,366,367,368,369,370,371,372,373,374,375,376,377,378,379,380,381,382,383,384,385,386,387,388,389,390,391,392,393,394,395,396,397,398,399,400,401,402,403,404,405,406,407,408,409,410,411,412,413,414,415,416,417,418,419,420,421,422,423,424,425,426,427,428,429,430,431,432,433,434,435,436,437,438,439,440,441,442,443,444,445,446,447,448,449,450,451,452,453,454,455,456,457,458,459,460,461,462,463,464,465,466,467,468,469,470,471,472,473,474,475,476,477,478,479,480,481,482,483,484,485,486,487,488,489,490,491,492,493,494,495,496,497,498,499,500,501,502,503,504,505,506,507,508,509,510,511,512,513,514,515,516,517,518,519,520,521,522,523,524,525,526,527,528,529,530,531,532,533,534,535,536,537,538,539,540,541,542,543,544,545,546,547,548,549,550,551,552,553,554,555,556,557,558,559,560,561,562,563,564,565,566,567,568,569,570,571,572,573,574,575,576,577,578,579,580,581,582,583,584,585,586,587,588,589,590,591,592,593,594,595,596,597,598,599,600,601,602,603,604,605,606,607,608,609,610,611,612,613,614,615,616,617,618,619,620,621,622,623,624,625,626,627,628,629,630,631,632,633,634,635,636,637,638,639,640,641,642,643,644,645,646,647,648,649,650,651,652,653,654,655,656,657,658,659,660,661,662,663,664,665,666,667,668,669,670,671,672,673,674,675,676,677,678,679,680,681,682,683,684,685,686,687,688,689,690,691,692,693,694,695,696,697,698,699,700,701,702,703,704,705,706,707,708,709,710,711,712,713,714,715,716,717,718,719,720,721,722,723,724,725,726,727,728,729,730,731,732,733,734,735,736,737,738,739,740,741,742,743,744,745,746,747,748,749,750,751,752,753,754,755,756,757,758,759,760,761,762,763,764,765,766,767,768,769,770,771,772,773,774,775,776,777,778,779,780,781,782,783,784,785,786,787,788,789,790,791,792,793,794,795,796,797,798,799,800,801,802,803,804,805,806,807,808,809,810,811,812,813,814,815,816,817,818,819,820,821,822,823,824,825,826,827,828,829,830,831,832,833,834,835,836,837,838,839,840,841,842,843,844,845,846,847,848,849,850,851,852,853,854,855,856,857,858,859,860,861,862,863,864,865,866,867,868,869,870,871,872,873,874,875,876,877,878,879,880,881,882,883,884,885,886,887,888,889,890,891,892,893,894,895,896,897,898,899,900,901,902,903,904,905,906,907,908,909,910,911,912,913,914,915,916,917,918,919,920,921,922,923,924,925,926,927,928,929,930,931,932,933,934,935,936,937,938,939,940,941,942,943,944,945,946,947,948,949,950,951,952,953,954,955,956,957,958,959,960,961,962,963,964,965,966,967,968,969,970,971,972,973,974,975,976,977,978,979,980,981,982,983,984,985,986,987,988,989,990,991,992,993,994,995,996,997,998,999,1000,1001,1002,1003,1004,1005,1006,1007,1008,1009,1010,1011,1012,1013,1014,1015,1016,1017,1018,1019,1020,1021,1022,1023,1024,1025,1026,1027,1028,1029,1030,1031,1032,1033,1034,1035,1036,1037,1038,1039,1040,1041,1042,1043,1044,1045,1046,1047,1048,1049,1050,1051,1052,1053,1054,1055,1056,1057,1058,1059,1060,1061,1062,1063,1064,1065,1066,1067,1068,1069,1070,1071,1072,1073,1074,1075,1076,1077,1078,1079,1080,1081,1082,1083,1084,1085,1086,1087,1088,1089,1090,1091,1092,1093,1094,1095,1096,1097,1098,1099,1100,1101,1102,1103,1104,1105,1106,1107,1108,1109,1110,1111,1112,1113,1114,1115,1116,1117,1118,1119,1120,1121,1122,1123,1124,1125,1126,1127,1128,1129,1130,1131,1132,1133,1134,1135,1136,1137,1138,1139,1140,1141,1142,1143,1144,1145,1146,1147,1148,1149,1150,1151,1152,1153,1154,1155,1156,1157,1158,1159,1160,1161,1162,1163,1164,1165,1166,1167,1168,1169,1170,1171,1172,1173,1174,1175,1176,1177,1178,1179,1180,1181,1182,1183,1184,1185,1186,1187,1188,1189,1190,1191,1192,1193,1194,1195,1196,1197,1198,1199,1200,1201,1202,1203,1204,1205,1206,1207,1208,1209,1210,1211,1212,1213,1214,1215,1216,1217,1218,1219,1220,1221,1222,1223,1224,1225,1226,1227,1228,1229,1230,1231,1232,1233,1234,1235,1236,1237,1238,1239,1240,1241,1242,1243,1244,1245,1246,1247,1248,1249,1250,1251,1252,1253,1254,1255,1256,1257,1258,1259,1260,1261,1262,1263,1264,1265,1266,1267,1268,1269,1270,1271,1272,1273,1274,1275,1276,1277,1278,1279,1280,1281,1282,1283,1284,1285,1286,1287,1288,1289,1290,1291,1292,1293,1294,1295,1296,1297,1298,1299,1300,1301,1302,1303,1304,1305,1306,1307,1308,1309,1310,1311,1312,1313,1314,1315,13

VALOR GLOBAL: R\$ 50.000,00  
 PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE A TABELA SINAPI:  
 5%  
 PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:  
 • FABIO SCHAMBOR 02828000931  
 HOMOLOGAÇÃO: 13.08.2021

**IDIR TREVISIO**  
 Prefeito Municipal

Publicado por:  
 Andreia Malicz Skeika  
 Código Identificador:29B145D7

#### DIVISÃO DE LICITAÇÃO

**PORTARIA N° 152/2021 SÚMULA: DESIGNA FISCALIS/GESTORES DOS CONTRATOS DO EXERCÍCIO DE 2021.**

**PORTARIA N° 152/2021**

*Súmula: Designa Fiscais/gestores dos contratos do exercício de 2021.*

*O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67,*

**Resolve:**

*Art. 1º - Designar como fiscais/gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - PR, durante o exercício de 2021.*

#### Gestores:

*Celia Siombalo Chaidá - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
 Denise Moleta Treviso - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
 Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;  
 Diogenes Jarski - Secretário Municipal de Administração;  
 Julianne M. Ruaro Kuhn - Secretária Municipal de Habitação;  
 Nicolli Croccoli - Secretária Municipal de Saúde;  
 Paulo Cesar Metnek - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
 Claudio Hyeda - Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;  
 Sérgio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;*

#### Fiscais:

*Dalana Rodrigues - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
 Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
 Márcio Marques - Secretária Municipal de Finanças;  
 Wictor Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;  
 Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;  
 Tânia Kiehl - Secretária Municipal de Saúde;  
 Jelson Siombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
 Ana Paula dos Reis - Secretária Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;*

*Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.*

*Gabinete do Prefeito, em 16 de agosto de 2021.*

**IDIR TREVISIO**  
 Prefeito Municipal

Publicado por:  
 Andreia Malicz Skeika  
 Código Identificador:C55C71AB

#### DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DECRETO 174/2021

#### DECRETO N.º 174/2021

**Súmula:** Exonera Conselheira Tutelar.

O Senhor **IDIR TREVISIO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA

Art. 1º - É exonera a pedido, a Conselheira Tutelar **FRANCIELI CANTERI**, portadora do RG nº 126458061 PR, a partir de 16 de agosto de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de agosto de 2021.

**GABINETE DO PREFEITO**, em 16 de agosto de 2021.

**IDIR TREVISIO**  
 Prefeito Municipal

Publicado por:  
 Joana Dercach Jensen  
 Código Identificador:F5B9AB4C

#### DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DECRETO 175/2021

#### DECRETO N.º 175/2021

O Senhor **IDIR TREVISIO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

#### DECRETA

Art. 1º - A partir do dia 16 de agosto de 2021, **MARIA TATIANE OSTACHEVSKI**, portadora do RG nº 10.308.105-0 Pr, assume como Membro Titular do Conselho Tutelar.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de agosto de 2021.

**GABINETE DO PREFEITO**, em 16 de agosto de 2021.

**IDIR TREVISIO**  
 Prefeito Municipal

Publicado por:  
 Joana Dercach Jensen  
 Código Identificador:D18D9257



#### GABINETE DO PREFEITO DECRETO N.º 137/2021

**Súmula** - Concede Progressão Funcional aos Servidores Municipais, nos termos da Lei Municipal nº. 380/2006 regulamentada pelo Decreto nº 100/2007.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com contido nos artigos 2º da Lei 380/2006 c/c Lei 230/2000 e Decreto Municipal nº. 100/2007.

#### DECRETA: -

Art. 1º - Concede Progressão Funcional, aos Servidores abaixo relacionados, em razão do cumprimento dos requisitos exigidos pelo Decreto Municipal nº. 0100/2007 em seu artigo 4º, que regulamentou a Lei Municipal nº. 380/2006, ocupantes de cargos efetivos constantes da Tabela de vencimentos prevista pelo Anexo I, da Lei Municipal nº.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

CNPJ 76 175 918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3347-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

e-mail: gdu.net@ltda.pr.gov.br

## **PORTARIA N º 035/2021**

**Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2021.**

**O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73,**

### **Resolve:**

**Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2021, será assim composta:**

**Daiana Rodrigues - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
Marcia Schaiane de Lima - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
Diorgenes Jarski - Secretária Municipal de Administração;  
Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;  
Egislaïne Zubacz e Juliane M. Ruaro Kuhn - Secretária Municipal de Habitação;  
Nicoli Crocoli - Secretária Municipal de Saúde;  
Paulo Cesar Metnek - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
Claudio Hyeda - Secretária Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;  
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.**

**Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.**

**Gabinete do Prefeito, em 02 de fevereiro de 2021.**

  
**IDIR TREVISÓ**  
**Prefeito Municipal**

Andréia Malicz Skeika  
Cristiane Kovalczuk  
José Eraldo Graniska  
Juliane Ruaro Kuhn  
Marcia Schaiane de Lima  
Nicolí Crocoli  
Patrícia Bobek  
Reginaldo Koryelo  
Sergio Canteri

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 04 de janeiro de 2021.

Gabinete do Prefeito, em 02 de fevereiro de 2021.

**IDIR TREVISÓ**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Keila Storer Bueno  
Código Identificador:8DA0A826

#### **DIVISÃO DE LICITAÇÃO** **PORTARIA Nº 034/2021**

**PORTARIA Nº 034/2021**

*Súmula: Designa Fiscais/gestores dos contratos do exercício de 2021.*

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 67,

Resolve:

Art. 1º - Designar como fiscais/gestores para acompanhamento dos contratos do Município de Ivaí - Pr, durante o exercício de 2021.

#### Gestores:

Celia Siombalo Chaida - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
Denise Moleta Treviso - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;  
Diorgenes Jarski - Secretário Municipal de Administração;  
Juliane M. Ruaro Kuhn - Secretária Municipal de Habitação;  
Nicolí Crocoli - Secretária Municipal de Saúde;  
Paulo Cesar Metnek - Secretário Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
Hyeda - Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;  
Sergio Canteri - Secretário Municipal de Esportes e Turismo;

#### Fiscais:

Daiana Rodrigues - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
Patrícia Bobek - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
Márcio Marques - Secretário Municipal de Finanças;  
Wicto Eduardo Bonette - Secretária Municipal de Administração;  
Egislaine Zubacz - Secretária Municipal de Habitação;  
Tania Kiehl - Secretária Municipal de Saúde;  
Jelson Siombalo - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
Renato Derkucz - Secretária Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de fevereiro de 2021.

**IDIR TREVISÓ**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Keila Storer Bueno  
Código Identificador:3D6360DA

#### **DIVISÃO DE LICITAÇÃO** **PORTARIA Nº 035/2021**

**PORTARIA Nº 035/2021**

*Súmula: Designa membros para a Comissão Municipal de Recebimento de compras, obras e serviços para o exercício de 2021.*

O Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e em atenção às disposições legais da Lei Federal 8.666/93, artigo 15, § 8º e artigo 73,

Resolve:

Art. 1º - A Comissão de Recebimento de compras, obras e serviços da Prefeitura Municipal de Ivaí durante o exercício de 2021, será assim composta:

Daiana Rodrigues - Secretária Municipal de Educação e Cultura;  
Marcia Schaiane de Lima - Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social;  
Diorgenes Jarski - Secretária Municipal de Administração;  
Jose Roberto Roth - Secretário Municipal de Finanças;  
Egislaine Zubacz e Juliane M. Ruaro Kuhn - Secretaria Municipal de Habitação;  
Nicolí Crocoli - Secretária Municipal de Saúde;  
Paulo Cesar Metnek - Secretária Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos;  
Claudio Hyeda - Secretária Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente;  
Sergio Canteri - Secretária Municipal de Esportes e Turismo.

Art. 2º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 02 de fevereiro de 2021.

**IDIR TREVISÓ**  
Prefeito Municipal

Publicado por:  
Keila Storer Bueno  
Código Identificador:144B564F

#### **DIVISÃO DE LICITAÇÃO** **EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 021/2021** **LICITAÇÃO Nº 006/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº:** **006/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 006/2021**

**EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 021/2021**

Licitação nº 006/2021

Pregão eletrônico nº: 006/2021

Processo eletrônico nº: 006/2021

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a aquisição de produtos de higiene e limpeza- Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social.

CONTRATADA: MULTICENTER & DIGICOLOR ATACADO LTDA-ME

CONTRATANTE: Município de Ivaí - Pr.

Valor global: R\$ 19.148,90

VIGÊNCIA: 12 meses

DATA DA ASSINATURA: 01/02/2021

**IDIR TREVISÓ**  
Prefeito Municipal

**ELISABETE SASS GASPAR**  
Representante Legal



TRANSPORTE >> CONSELHO ANALISA DADOS DA CONCESSIONÁRIA

# Nova passagem de ônibus em Ponta Grossa deve ser superior a R\$ 6

Presidente do Sinropas diz que preço inviabiliza o transporte em Ponta Grossa. Reajuste será em abril

DA REDAÇÃO  
cotidiano@jornaldamanhã.com.br

HA quase dois anos sem aumento tarifário no transporte coletivo em Ponta Grossa, nesta semana o Conselho Municipal de Transportes (CMT) se reúne para discutir o novo reajuste. Segundo o presidente do Sinropas, a tarifa inviabiliza o transporte público em Ponta Grossa, avalia.

Atualmente, a passagem de ônibus custa R\$ 4,30. Entre os itens considerados para a base de cálculo está o Índice de Passagem por Quilômetro (IPK), que já apresentou queda nos últimos anos em Ponta Grossa, mas despençou conside-



Memória. Nesta semana o Conselho Municipal de Transportes (CMT) se reúne para discutir o novo reajuste da passagem de ônibus. 1 Foto: Arquivo JM

## 'Solução não é simples', diz Luisão

Para Luisão, não existe uma solução simples. O executivo junto com o Conselho Municipal de Transportes (CMT) vai ter que buscar meios de viabilizar subsídios para o transporte coletivo. "Não está dizendo que o cidade tem que entregar um dinheiro para o ônibus, pelo contrário, ele precisa ter que pagar uma tarifa", diz Luisão. Mas se Ponta Grossa não encontrar uma forma de subsídio, vamos ter cada vez mais curtos e menos ônibus circulando, tornando o transporte muito caro", relata. O IPK da cidade é muito baixo porque a tarifa é alta.

taxavelmente em função da pandemia. "Não existe uma solução simples. O executivo junto com

a AMT vai ter que buscar meios de viabilizar subsídios para o transporte coletivo", considera

Luisão.

Na segunda-feira (01), Luisão esteve em Araucária (PR), em reunião com o secretário de Planejamento, Samuel Almeida da Silva, com o superintendente do Transporte Coletivo, Vinícius Jacob da Silva, e com o jornalista Laércio Monteiro, para conhecer a medida implantada no município, que resultou na tarifa mais barata do país: R\$2,20.

O intuito é trazer ideias a Ponta Grossa a fim de combater com a redução da passagem de ônibus. "Temos a preocupação em trazer inovação para que a tarifa não seja aumentada. Para isso, buscamos entendimentos e vamos atrás de outras realidades. É uma responsabilidade social, como presidente do sindicato", frisa Luisão.

A expectativa de Araucária deu certo que a expectativa é de futuramente implantar a tarifa zero. De acordo com o jornalista do município, Laércio Monteiro, a cidade nunca teve uma tarifa social como atualmente, "o que se tornou visível a adesão dos usuários ao transporte coletivo, diminuindo o fluxo de veículos nas vias e, consequentemente, aumentando a utilização dos ônibus por todas as classes sociais", analisa.

## BOLETIM

### PG registra 185 novos casos e quatro óbitos pela Covid-19

A Fundação Municipal de Saúde (FMS) de Ponta Grossa confirmou 185 novos casos e quatro óbitos pela Covid-19 nesta terça-feira (02). Com isso, a cidade chegou a 18.381 diagnósticos positivos e 287 óbitos pela doença desde o início da pandemia. O número de recuperados saltou 1,8 mil em 24 horas: de 11.033 para 12.833.

O perfil das vítimas do coronavírus são de dois homens e duas mulheres, com idades variando na faixa etária de 60 a 69 anos, uma de 50 a 59 e outra com mais de 80 anos. Já, ainda, seis óbitos a serem confirmados, quatro suspeitos e 13 descartados. Pacientes em isolamento domiciliar são 5.191, enquanto há 33 em enfermaria e 30 leitos da Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

A Fundação ainda monitora 1.730 casos, com 18 suspeitos hospitalizados. Na ala da Covid-19 do Hospital Universitário da Universidade Estadual de Ponta Grossa há 19 pacientes nos 61 leitos de enfermaria, enquanto há 40 pessoas nas 16 camas hospitalares de UTI.

No Estado do Paraná, a Seca divulgou nesta terça-feira (02) mais 1.391 novos diagnósticos de Covid-19 e 97 óbitos em decorrência da doença. Os dados acumulados mostram que o Paraná soma 572.123 casos confirmados e 10.461 mortes.

## licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
Estado do Paraná

**EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 000021**  
Assinatura de Luisão (01/01/2021)  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a execução de 20 obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
Estado do Paraná

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 000021**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 000021  
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a realização de obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
Estado do Paraná

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 000021**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 000021  
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a realização de obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
Estado do Paraná

**EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 000021**  
Assinatura de Luisão (01/01/2021)  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a execução de 20 obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
Estado do Paraná

**EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 000021**  
Assinatura de Luisão (01/01/2021)  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a execução de 20 obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
Estado do Paraná

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 000021**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 000021  
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a realização de obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
Estado do Paraná

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 000021**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 000021  
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a realização de obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
Estado do Paraná

**EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 000021**  
Assinatura de Luisão (01/01/2021)  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a execução de 20 obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
Estado do Paraná

**EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 000021**  
Assinatura de Luisão (01/01/2021)  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a execução de 20 obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
Estado do Paraná

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 000021**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 000021  
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a realização de obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
Estado do Paraná

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 000021**  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 000021  
Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a realização de obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA  
Estado do Paraná

**EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 000021**  
Assinatura de Luisão (01/01/2021)  
OBJETO: O presente contrato tem por objeto a execução de 20 obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁVIA  
Estado do Paraná

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 01/2021**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a realização de obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

Vinicius Weigert  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁVIA  
Estado do Paraná

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 01/2021**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a realização de obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

Vinicius Weigert  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁVIA  
Estado do Paraná

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 01/2021**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a realização de obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIÁVIA  
Estado do Paraná

**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇO Nº 01/2021**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a realização de obras de infraestrutura, totalizando R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob a forma de empreitada por preço global, com prazo de execução de 180 dias, a contar da data de assinatura do contrato. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021. O presente contrato será assinado em duas partes, a primeira em 15/01/2021 e a segunda em 15/02/2021.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí - PR

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 190/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2021  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 131/2021  
(Decreto nº 10.024/19 e Lei 8.666/93)**

**OBJETO:** Aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas.

**Sessão de julgamento:** 23/09/2021 às 09h30min.

**Dotação Orçamentária:**

05001206062001201433903000000 0590


**Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos:**

**Departamento Municipal de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR**

**Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivaí – Pr - fone – (42) 3247-1222 – ramal 216**

**Site: [www.ivaí.pr.gov.br](http://www.ivaí.pr.gov.br)**

**Ivaí, 09 de setembro de 2021.**

  
**Welton Ademir Ferreira  
Pregoeiro Municipal  
Portaria Nº 118/2021**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

A Prefeitura Municipal de Ivaí e a Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente, através do pregoeiro municipal e da Comissão Municipal de Licitações, designada pela Portaria Municipal nº 118/2021, de 28.06.2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, órgão Oficial do Município de Ivaí para divulgação de atos oficiais e no jornal impresso Diário da Manhã, da cidade de Ponta Grossa - PR no dia 02.07.2021, com a devida autorização pelo Senhor Idir Treviso- Prefeito Municipal de Ivaí – PR, na Modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO** nos moldes com as Leis Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014, Decretos Federal nº 10.024/19 e com o Decreto Municipal nº 201 de 05/12/2016, subsidiariamente pelas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável e pelas normas do Portal de Compras Eletrônicas da **BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL** e pelas condições previstas neste edital torna publica a realização de licitação, no dia **23 de setembro de 2021 às 09h30min**, na modalidade Pregão Eletrônico, objetivando subsidiar a **Aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas.**

**TIPO: Menor preço - Por lote**

**1.0. ABERTURA:**

**RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS**

Data de início de acolhimento de PROPOSTA: 13/09/2021.

Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 23/09/2021 – 09h00min.

Data de início da fase de LANCES: 23/09/2021 – a partir das 09h30min.

Local: [www.blicompras.org.br](http://www.blicompras.org.br)

**OBSERVAÇÃO:** A sessão do presente Pregão será transmitida por meio da INTERNET, através da aba “LICITAÇÕES AO VIVO” disponível no site da Prefeitura Municipal, permanecendo on-line até o final do certame com possibilidade de acesso a todos os interessados.

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ ENCAMINHAMENTOS:**

Endereço: Rua Rui Barbosa, 632.

Pregoeiro: Welton Ademir Ferreira

E-mail: [licitacao@ivai.pr.gov.br](mailto:licitacao@ivai.pr.gov.br)

Telefone: (042) 3247-1222

Horário de expediente da Prefeitura: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

**Compõem este Edital os Anexos:**

**ANEXO 01** - TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO

**ANEXO 02** - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

**ANEXO 03** - MODELO DE CARTA PROPOSTA COMERCIAL PARA LICITANTE VENCEDOR

**ANEXO 04** – DECLARAÇÕES DE (inidoneidade, fatos impeditivos, não emprega menor, responsabilidade, que não integra seu corpo social empregado público).

**ANEXO 05** – DECLARAÇÃO ME/EPP

**ANEXO 06**- MINUTA DO CONTRATO

**1. OBJETO:** A presente licitação tem como objeto **Aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas, com as características constantes no ANEXO I deste edital.**

Conforme Decreto 10.024/19 Art. 26: após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**Os documentos relativos à habilitação, solicitados no anexo 02 do presente edital, deverão ser ANEXOS OBRIGATORIAMENTE juntamente com a proposta na página do COMPRAS BLL, em local próprio para documentos.**

**AS EMPRESAS QUE NÃO ANEXAREM A DOCUMENTAÇÃO NA PLATAFORMA SERÃO CONSIDERADAS INABILITADAS.**

**Obs. Esses documentos só estarão disponíveis após o encerramento da disputa do Pregão.**

### **2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

2.1 O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da **Bolsa de licitações e Leilões do Brasil**.

2.2 Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura Municipal de Ivaí, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo "Licitações" constante da página eletrônica do Bolsa de licitações e Leilões do Brasil ([www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br)).

### **3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO:**

3.1 O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário de início da disputa.

### **4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:**

4.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

4.2 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto a **Bolsa de licitações e Leilões do Brasil** ([www.bllcompras.org.br](http://www.bllcompras.org.br)).

4.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

4.4 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da Administração Municipal.

4.5 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo 05 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, informar o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

### **5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

#### **5.1 Do pregoeiro:**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- a) Conduzir a sessão pública;
- b) Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- c) Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- d) Coordenar a sessão pública e o envio de lances;
- e) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- f) Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- g) Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- h) Indicar o vencedor do certame;
- i) Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- j) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- k) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

**Da equipe de apoio**

- a) Caberá à equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

**Do licitante**

Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

- a) Credenciar-se previamente de que trata o §2º do art. 5º, no sistema eletrônico utilizado no certame;
- b) Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- c) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

**PARTICIPAÇÃO:**

5.2 A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.

5.3 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

**ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES**

5.4 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

aceitabilidade das propostas. **Todo contato com o pregoeiro deve ser feito através do chat disponibilizado pelo sistema.**

5.5 O tipo de julgamento será no modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.6 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.7 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no caput e no § 1º, a sessão pública será encerrada automaticamente.

5.8 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no § 1º, o pregoeiro poderá assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7º, mediante justificativa.

5.9 5.17 Face à imprevisão do tempo extra, as empresas participantes deverão estimar o seu valor mínimo de lance a ser ofertado, evitando assim, cálculos de última hora, que poderá resultar em uma disputa frustrada por falta de tempo hábil.

5.10 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.11 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

5.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.13 As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado no Edital (REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO DO ITEM/LOTE) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados;

5.14 Fica a critério do (a) pregoeiro (a) a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que, antes do início da disputa de lances;

5.15 Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

5.16 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecerem acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

5.18 Facultativamente, o (a) Pregoeiro (a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação.

5.19 O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

**5.20 Os documentos relativos à habilitação, solicitados, deverão ser ANEXADOS na página do portal, em local próprio para documentos, para que se evite a desclassificação por identificação.**

**Obs. Esses documentos só estarão disponíveis após o encerramento da disputa do Pregão.**

5.21 Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora deverão ser encaminhados em originais ou cópias autenticadas, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da sessão pública virtual, **juntamente com a proposta de preços corrigida**, para a Prefeitura Municipal de Ivaí:

**Prefeitura Municipal de Ivaí**

**Endereço:** Rua Rui Barbosa, 632, Centro

**Pregoeiro (a):** Welton Ademir Ferreira

**E-mail:** Licitacao@ivai.pr.gov.br

**Telefone:** (0XX42) 3247-1222

5.22 A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação original dentro das condições dispostas no item 5.24.

5.23 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido acarretará nas sanções previstas no item 12, deste Edital, podendo o (a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

5.24 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

5.25 Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

5.26 Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

5.27 **Quando for constatado o empate, conforme estabelecem os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o Pregoeiro aplicará os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o (a) pregoeiro (a) ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.**

**6. PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí - PR

6.1 A empresa interessada em participar do certame deverá anexar a proposta com o valor inicial no portal da BLL sob pena de inabilitação. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.2 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, serem informadas no campo próprio as **ESPECIFICAÇÕES** e **MARCAS** dos serviços e/ou produtos ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do serviço e/ou produto. A não inserção de arquivos ou informações contendo as especificações e marcas dos serviços e/ou produtos neste campo implicará na desclassificação da Empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

**O objeto** deverá estar totalmente dentro das especificações contidas no **ANEXO 01 e 03**.

6.3 A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6.4 Na hipótese de o licitante ser ME/EPP será necessário à informação desse regime fiscal no campo próprio sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

**6.1.1 EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:**

6.1.2 Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via "chat" de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5(cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão;

b) No caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 8.2.1, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea "a";

c) Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea "a" anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

**6.1.3 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem**

**6.1.4 O objeto licitado** será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

6.1.2 O (A) Pregoeiro (a) anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo (a) Pregoeiro (a) acerca da aceitação do lance de menor valor.

6.2 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

6.3 Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 5.27 e 5.28 deste Edital, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.

6.4 De sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

## **7. PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO**

7.1 A Empresa vencedora deverá enviar ao (a) Pregoeiro (a), a Proposta de Preços escrita, com o(s) valor(es) oferecido(s) após a etapa de lances, em 01 (uma) via rubricada em todas as folhas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone e número de agência de conta bancária, no prazo estipulado no item 5.24, deste Edital.

Após a finalização da disputa a empresa deverá **OBRIGATORIAMENTE** reajustar os valores unitários na PLATAFORMA BLL nos casos de LOTES (de acordo com o valor global final do lote e considerando o valor máximo para cada item exigido em edital conforme o termo de referência). Após a empresa estar adjudicada não será possível a alteração. Diferente disto, a proposta a ser considerada será a proposta reajustada automaticamente pela plataforma.

**Na proposta escrita, deverá conter:**

- a) Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto e/ou serviço ou destacados;
- b) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- c) Especificação e/marca completa do serviço e/ou produto oferecido com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente conforme descrito no **ANEXO 01 e 03**, deste Edital e;
- d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser entregue no endereço indicado no Anexo 01.

Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o Menor preço (TIPO ESTABELECIDO).

Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado por este Edital.

Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

## **8. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

Para julgamento será adotado o critério de **Menor preço – Por lote**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí - PR

**09. HABILITAÇÃO**

Conforme **ANEXO 02**.

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Decreto 10.024/19, Art. 24:

Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida à impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

**Pedidos de Esclarecimentos**

Art. 23. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§ 1º O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

§ 2º As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

**DO RECURSO**

**Intenção de recorrer e prazo para recurso**

Art. 44. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§ 1º As razões do recurso de que trata o **caput** deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§ 2º Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§ 3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no **caput**, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§ 4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- 09.1 A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.**
- 09.2** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.
- 09.3** Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.
- 09.4** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

### **Autoridade competente**

Art. 45. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do **caput** do art. 13.

### **Pregoeiro**

Art. 46. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do **caput** do art. 17.

## **11. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ao licitante que:

- 11.1. Se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente e;
- 11.2. Não mantiver a sua proposta, ou não enviar a documentação original via correio.
- 11.3. A declaração de inidoneidade será aplicada ao licitante que:
- 11.5 Apresentar documento falso;
- 11.6. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- 11.7. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- 11.8. Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.9. Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal n.º 12529/11;
- 11.10. Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- 11.11. Caberá multa compensatória a ser calculada sobre o valor total da proposta, sem prejuízo das demais sanções administrativas e indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa, ao licitante que:
- 11.12. Apresentar declaração falsa: multa de até 20%;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**  
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí - PR

11.13. Deixar de apresentar documento na fase de saneamento, ou não enviar os documentos originais via correio: multa de até 10%;

11.14 Não manter sua proposta, até o momento da adjudicação: multa de até 20%.

11.15 Caberá multa compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com a administração pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

11.16.. Nas hipóteses referidas no item precedente, após apuração efetuada através de processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na "Dívida Ativa", para cobrança judicial.

11.17. A multa poderá ser aplicada juntamente com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração ou com a declaração de inidoneidade. As sanções por ato praticados no decorrer da contratação estão previstas no Instrumento de Contrato.

11.18 As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA.

11.19 As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito, devida e formalmente justificadas e comprovadas.

11.20. A aplicação das sanções estabelecidas compete ao Prefeito do Município de Ivaí. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a responsabilização da licitante inadimplente por eventuais perdas ou danos causados à instituição. No processo de aplicação das sanções é assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

11.21. Poderá ser utilizada como base para aplicação de penalidades a Instrução Normativa nº 001/2017 da Secretaria Geral de Administração da União, publicada no Diário Oficial da União no dia 16 de outubro de 2017, página 198.

## **12. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO:**

12.1 O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será de 12 meses e será contado a partir da emissão do contrato.

12.2 Após a homologação do resultado será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, **para no prazo de até 10 (dez) dias, entregar o objeto desta licitação**, para todos os LOTES, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no item 11, deste Edital.

12.3 O objeto será recebido e aceito após sumária inspeção pelos órgãos técnicos da Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, podendo ser rejeitado, caso a qualidade e especificações não atendam ao que foi licitado e às condições de recebimento e aceitação do (s) produto (s) constantes do **ANEXO 05** deste edital, e deverá ser substituído pelo fornecedor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município, sob pena de suspensão da empresa de participar de licitação, de acordo com a legislação vigente.

## **13. DO PAGAMENTO**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

O pagamento será efetuado, a prazo, em até 30 dias após a execução do objeto com a apresentação da respectiva fatura, para todos os LOTES e/ou ITENS, mediante depósito em nome da empresa vencedora em contracorrente devidamente identificada e;

A contratada deverá, durante toda a vigência do contrato, manter em dia os pagamentos referentes ao INSS e FGTS.

a) Vencido o prazo estabelecido acima e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços, exceto as revisões para reequilíbrio econômico financeiro da relação contratual.

### **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**Os recursos orçamentários correrão por conta da seguinte dotação:**

05001206062001201433903000000 0590

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

13.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Ivaí revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. **O MUNICÍPIO DE IVAÍ** poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

13.2. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

13.3. É facultado a(o) Pregoeiro (a), ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

13.4. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo (a) Pregoeiro (a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

13.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

13.6. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação e/ou aquisição.

13.7. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**  
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

13.8. Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo (a) Pregoeiro (a).

13.9. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

13.10. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Ibituva, Estado do Paraná, considerado aquele a que está vinculado o (a) Pregoeiro (a).

13.11. O (A) Pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário das **08h00min às 17h00min**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, à Rua Rui Barbosa, 632 (Centro), para melhores esclarecimentos.

13.12. A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

13.13. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do (a) Pregoeiro (a) em contrário.

13.13.1 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo (a) Pregoeiro (a), nos termos da legislação pertinente.

13.14. As condições estabelecidas no edital e seus anexos vinculam as partes, e nos casos em que se encontram presentes os requisitos do Artigo 55 da Lei 8.666/93, há substituição do instrumento do contrato, na forma do artigo 62 da mesma Lei já mencionada.

13.15. Atendida a conveniência administrativa, ficam os licitantes vencedores obrigados a aceitar, nas mesmas condições contratuais ou de fornecimento, os eventuais acréscimos ou supressões, em conformidade com o Artigo 65, seus parágrafos e incisos da Lei nº 8.666/93 com as alterações da Lei nº 8.883/94.

#### **DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**

I – Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (II) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II – Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III – Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou

Integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Ivaí, 09 de setembro de 2021.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**  
Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

**ANEXO 01**

**OBJETO:** O presente Pregão tem por objeto **Aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas**, conforme condições e especificações constantes no Edital e neste Termo de Referência.

**1.1**

**TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO**



Município de Ivaí  
Solicitação 310/2021

Revista: Página: 1

<b>Solicitação</b>		<b>Emite em</b>		<b>Quantidade de Itens</b>	
<b>Número</b>	<b>Tipo</b>				
310	Aquisição de Material	13/09/2021		1	
<b>Solicitante</b>		<b>Processo Gerado</b>			
<b>Código</b>	<b>Nome</b>	<b>Número</b>			
12187-8	CLAUDIO HYEDA	583/2021			
<b>Local</b>					
<b>Código</b>	<b>Nome</b>				
5	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA				
<b>Órgão</b>		<b>Pagamento</b>			
<b>Nome</b>		<b>Forma</b>			
05	SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA E MEIO AMBIENTE	À PRAZO			
<b>Entrega</b>		<b>Prazo</b>			
<b>Local</b>		<b>15 Dias</b>			
SECRETARIA DE AGRICULTURA					
<b>Descrição:</b>					
AQUISIÇÃO DE NOTA FISCAL DE PRODUTOR.					
<b>Justificativa:</b>					
PELA NECESSIDADE DO MESMO PARA ANDAMENTO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.					
<b>Item</b>					
001 NOTA FISCAL DE PRODUTOR.					
<b>Código</b>	<b>Nome</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Unitário</b>	<b>Valor</b>
042041	NOTA FISCAL DE PRODUTOR: NOTA FISCAL DE PRODUTOR: TAMANHO- 240 X 280 MM CORES: 1 X 0 PAPEL: AUTOCOPIATIVO QUANTIDADE DE VIAS: 05 CAIXA CONTENDO 500 UNIDADES.	CX	40,00	315,00	12.600,00
<b>TOTAL</b>					<b>12.600,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>12.600,00</b>

**2. PERÍODO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

- **12 meses**

**3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- Proceder à entrega das mercadorias nas especificações e quantidades acordadas, de acordo com cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal solicitante.
- O fornecedor deverá proceder à troca de mercadorias danificadas.
- Se a empresa vencedora deixar de entregar o (s) produto (s) por qualquer motivo ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no artigo 86 e seguintes da Lei 8.666/93, garantida a defesa prévia em processo próprio do interessado, independente de outras previstas em lei.

**4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- Notificar, por escrito, a contratada, em caso de eventuais distorções no processo de entrega de mercadorias, fixando prazo para a sua correção.
- Efetuar os pagamentos ajustados, dentro dos prazos acordados.
- Dar a contratada as condições necessárias a regular execução dos serviços.

**5. FORMA DE ENTREGA**

Entrega em no máximo 10 dias após o recebimento da nota de empenho.

- ☐ **Frete e custos com a descarga por conta do fornecedor.**

**FORMA DE PAGAMENTO**

- A prazo em até 30 dias, após a entrega dos produtos.

No momento da liquidação do contrato, a contratada deverá apresentar certidões negativas de débitos junto ao INSS, FGTS e Trabalhista.

**6. CONDIÇÕES DE ENTREGA E LOCAL**

A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada EM ATÉ 10 (dez) DIAS, APÓS a SOLICITAÇÃO.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

### **ANEXO 02**

#### **1. HABILITAÇÃO**

##### **1.1 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**Todos os documentos solicitados neste anexo, excluindo as declarações que deverão ser datadas do dia do pregão, os demais não poderão ter datas de emissão superior a 60 (sessenta) dias.**

##### **1.2.1 Habilitação Jurídica**

- a) **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) **Inscrição do Ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.**
- c) **Certidão da Junta Comercial ME/EPP/MEI (com data de emissão e validade, expressa no documento).**

##### **1.1.2 Regularidade Fiscal**

- a) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual**, relativo à sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; **(com data de emissão e validade, expressa no documento);**
  - b) **Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal** (alvará de licença para localização), relativo ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto da presente licitação, com vigência válida para o exercício de 2021 e nos municípios em que os alvarás de licença não tem validade explícita no próprio, será considerado válido o apresentado dos exercícios anteriores com as alterações realizadas conforme contrato social;
  - c) **Prova de inscrição no CNPJ, com distinção de ME ou EPP;**
  - d) **Prova de regularidade para com a Fazenda Federal**, compreendendo os tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e também com a **Dívida Ativa da União**, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional;
  - e) **Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
  - f) **Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal** do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;
- E( 1) No caso de municípios que mantêm Cadastro Mobiliário e Imobiliário separados, deverão ser apresentados os comprovantes referentes a cada um dos cadastros;
- g) **Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRS/FGTS);**
  - h) **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Inciso incluído pela Lei 12.440, de 2011). [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br)

Na falta de validade expressa nos documentos de habilitação, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão

##### **1.1.3 Habilitação Técnica:**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

a) Apresentar no mínimo 01 (um) atestado/declaração fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu, satisfatoriamente, o objeto licitado. O atestado/declaração deverá conter, no mínimo, o nome da empresa/órgão contratante, número de CNPJ, o nome do responsável pelo mesmo. **Poderá ser solicitado pela Comissão de licitação cópia (s) de notas fiscais emitidas em nome do (s) declarante (s) compatível com o objeto ora licitado para maior sustentação ao atestado apresentado.**

**1.1.5. Declarações:**

**Assinada por representante legal da proponente, de que:**

- a) Não foi declarada **inidônea** para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal;
- b) Não há **superveniência** de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos do Art. 32 da Lei nº 8.666/93;
- c) **A empresa atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99);**
- d) **Não integra em seu corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal – Art. 9º inciso III da Lei 8.666/93;**
- e) Declaração de **Responsabilidade**;
- f) Declaração de **ME/EPP**;

**1.1.6. Qualificação Econômico-Financeira**

a) **Certidão negativa falência e/ou recuperação judicial** expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, contendo expresso na própria certidão o prazo de sua validade.

a.1) Para as empresas que optarem de participar através de filial, deverá também ser apresentada certidão negativa para com o cartório/comarca onde se encontra instalada a filial.

a.2) Na falta de validade expressa na Certidão Negativa, ter-se-ão como válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias de sua emissão.

**1.2** Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a ser autenticada pelo (a) Pregoeiro(a)/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termo- sensível (Fac-símile). As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

**1.3** O (A) Pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

**1.4** A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.

**1.5** Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

1.6 Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

1.7 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, por ocasião da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.

1.8 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme § 1º do Artigo 43 da Lei 147/2014.

1.9 A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

**ANEXO 03**

**MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº ..... acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

**1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

NOME DA EMPRESA:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE e CARGO:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

ENDEREÇO e TELEFONE:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

**2. PROPOSTA (READEQUADA AO LANCE VENCEDOR)**

Lote	Item	Qtd	Emb	Descrição do objeto	Unit	Total
TOTAL					Total Geral dos Itens	

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

**3. CONDIÇÕES GERAIS**

3.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL**

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**LOCAL E DATA**

**NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

**ANEXO 04**

**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº /2021**

**DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

**DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**DECLARAÇÃO NÃO POSSUIR NO SEU QUADRO MENOR DE IDADE**

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93.

(1) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

**DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR EM SEU QUADRO FUNCIONARIO PUBLICO**

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório que nenhum servidor público, ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, integra nosso quadro societário, nem funcional, sob qualquer regime de contratação.

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital, que tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e nos comprometemos a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

\_\_\_\_\_  
(Nome da empresa)

\_\_\_\_\_  
CNPJ / MF nº,

\_\_\_\_\_  
sediada (endereço completo)

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Nome e nº da cédula de identidade do declarante



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

**ANEXO 05**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2021.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do responsável pela empresa)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Contador ou Técnico Contábil)

OBSERVAÇÃO: Assinalar com um "X" a condição da empresa.

*[Handwritten signature]*



## PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

### ANEXO 006 - MINUTA CONTRATO

CONTRATO Nº \_\_\_\_/2021.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ E

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí – PR, neste ato representado pelo senhor **IDIR TREVISÓ**, Prefeito Municipal, residente a Rua Dr. Ferreira Correia, centro, Ivaí – PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 197.260-1 SSP-PR e do CPF/MF nº 196.938.180-91, a seguir denominada CONTRATANTE a empresa \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, cidade \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob nº 000.000.000/0000-00, neste ato denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor \_\_\_\_\_, residente á Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº 000.000.000/0000-00, do CPF/MF nº 000.000.000-00, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Leis Complementares 123/2006 e 147/2014, Decreto Federal 10.024/2019 e com o Decreto Municipal nº 201 de 05/12/2016, subsidiariamente pelas normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e demais legislação aplicável, assim como pelas condições do Edital de Licitação nº \_\_\_\_/2021, Pregão \_\_\_\_/2021 - modalidade Eletrônico nº \_\_\_\_/2021, pelos termos da proposta da Contratada datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2021 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

§ 1º - O presente contrato tem por objeto o fornecimento pela contratada ao contratante de \_\_\_\_\_, conforme mapa de proposta em anexo.

§ 2º – integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Licitação \_\_\_\_/2021, Pregão \_\_\_\_/2021- Modalidade Processo Eletrônico \_\_\_\_/2021, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

### CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA DE EXECUÇÃO

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta.

### CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

Pela execução do objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ \_\_\_\_\_.

### CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

§ 1º - O pagamento será efetuado a prazo, em até 30 dias após a execução do objeto e mediante a apresentação da nota fiscal e será realizado unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, na conta corrente da empresa, mediante





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

apresentação do número do banco, da agência e da conta corrente, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr.

a) Vencido o prazo estabelecido acima e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços, exceto as revisões para reequilíbrio econômico financeiro da relação contratual.

§ 2º: Na nota fiscal do objeto deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do contrato (Pregão \_\_\_\_/2021 - Eletrônico nº \_\_\_\_/2021 e contrato nº \_\_\_\_/2021).

§ 3º: Caso se verifique erro na nota, o pagamento será susinado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da nota.

§ 4º: As notas deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Ivaí, durante o horário do expediente.

§ 5º: O pagamento poderá ser susinado, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§ 6º: A contratada ficará obrigada a apresentar nota fiscal do objeto.

§ 7º: Nas notas fiscais deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento das mercadorias, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I - Em caso de não constar esses dados, a nota não será empenhada.

§ 8º apresentação da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

#### **CLÁUSULA QUINTA – RECURSO FINANCEIRO**

A despesa decorrente do presente Contrato será efetuada à conta dos seguintes recursos financeiros:

#### **CLÁUSULA SEXTA – CRITÉRIO DE REAJUSTE**

- a) - O valor ora contratado será fixo, não podendo ser reajustado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

§ 1º- Após a homologação do resultado e após a assinatura do contrato será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, **para no prazo de até 10 (dez) dias**, entregar o objeto desta licitação, para todos os LOTES, sob pena de decair do direito à contratação.

§ 2º - O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será de **12 meses** a partir da emissão do contrato pós publicação podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

§ 3º - O prazo estabelecido no parágrafo segundo desta cláusula poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da lei nº 8.666/93.

### CLÁUSULA OITAVA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

§ 1º - Constituem direitos de a CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

§ 2º - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

a) - efetuar o pagamento ajustado;

b) - verificar o objeto entregue atestando se atende às especificações do edital e da proposta vencedora, caso contrário não aceitando o mesmo, exigindo o cumprimento do presente contrato conforme mapa de proposta.

§ 3º - Constituem obrigações da CONTRATADA:

a) - executar o objeto na forma ajustada;

b) - atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato; (ver art. 71).

(c)- manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

(d)- apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;

e) - substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios ou defeitos (ver art. 69)

### CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

(A)- A Prefeitura poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, convocar o proponente remanescente, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido para as MPE, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí - PR

pelo primeiro classificado, inclusive, quanto aos preços atualizados de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da lei nº 8.666/93.

(B)- A recusa da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirá-lo dentro do prazo estabelecido no edital, estando à proposta dentro da validade, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida, ficando a mesma sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, além de decair no direito a contratação.

(C)- Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a adjudicatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90.

(D)- O licitante e o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

E) - As sanções previstas nos itens I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

F) - Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

G) - Fica estipulada a MULTA MORATÓRIA de 0,3% (três décimos percentual) por dia de atraso sobre o valor do bem atrasado quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e, decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 12.8.

(H)- Fica estipulada a MULTA COMPENSATÓRIA de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item 12.7, hipótese em que será cancelado o pedido ou documento correspondente.

(I)- O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor da contratante, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

(J)- Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

K) - A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

(L)- Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

(M)- As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

N) - Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

O) - A aplicação da multa a que se refere o item 12.4.1 não impede a rescisão unilateral do contrato nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

P) - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas a licitante que:

Q) - recusar-se injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

R) - não mantiver sua proposta;

S) - incorrer em inexecução contratual.

T) - A aplicação da sanção prevista no item 10.4 deve observar o prazo de duração de no máximo 2 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Município de Ivaí Pr.

(U)- Quando o participante for punido com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibido de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.

(V)- A declaração de inidoneidade será aplicada a quem:

- Fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- Apresentar documento falso;
- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- Afastar ou procurar afastar participante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

---

- Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em infrações à ordem econômica, definidos na Lei nº 8.884/94;
- Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e produzirá seus efeitos perante o Município de Ivaí/PR.
- A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.
- As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:
- Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

**CLÁUSULA DÉCIMA – PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- A) - As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa, cujo procedimento deve observar o seguinte:
- B) - o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;
- (C)- o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;
- (D)- o acusado dispõe de 5 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;
- E) - caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;
- F) - quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim;
- G) - concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;
- H) - transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a Administração, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do Departamento de Licitações;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

(I)- todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e

J) - da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

(L)- - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

M) . Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

N) - . A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e nos termos dos arts. 79 e 80 da Lei 8.666/93.

§ Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21/06/1993, suas alterações e legislação pertinente e pelos preceitos de direito público, aplicando sê-lhe supletivamente, os, princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. (ver art. 54).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

O presente Contrato terá o prazo de vigência de 00/00/2021 a **00/00/202\_**, podendo ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO – (artigos 66, 67, 69 e 70).**

Os fiscais do presente contrato são os designados pela Portaria \_\_\_\_/2021.

**CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS – (artigo 73).**

O responsável pelo recebimento do objeto são os designados pela Portaria \_\_\_\_/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

I - A Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná exige que licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

(i) "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

Para os fins deste parágrafo, "terceiros" refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Nesse contexto, "funcionário público" inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisição.

(ii) "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um funcionário público; os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de aquisição ou à execução do contrato; e o "ato ou omissão" tem como objetivo influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato.

(III) "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente às ações de outra parte;

Para os fins deste parágrafo, o termo "partes" refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de aquisição ou seleção simular a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

(IV) "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato.

(v) "prática obstrutiva": significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí – PR

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do Banco, incluindo, inter alia, impedimento "cruzado", conforme acordado com outras Instituições Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações corporativas do Grupo Banco Mundial, e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em trâmite.

Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (art. 55, § 2º).**

Fica eleito o foro da Comarca de Ibituva-PR para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em três (03) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ivaí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**  
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Departamento de Compras e Contratos

---

Rua Rui Barbosa, 632 Tel.: (042) 3247-1222 CEP: 84.460-000 Ivaí - PR

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR  
Idir Treviso - Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

---

CONTRATADA

---

TESTEMUNHA

---

TESTEMUNHA

*[Handwritten signature]*

**Artigo 1º** - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares a servidora CLEONICE DA SILVA FERNANDES, matrícula nº 91, RG. Nº 4.404.071, período aquisitivo de 09/06/2019 a 08/06/2020, com o cargo de Gari, lotada na Secretaria de Serviços Urbanos e Rurais – Divisão de Serviços Urbanos e Rurais.

**Artigo 2º** - A férias, ora concedida, será usufruída no período de 10/09/2021 a 09/10/2021.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 09 dias do mês de setembro de 2021.

**GILSON JOSÉ DE GÓIS**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**ANDRESSA DA SILVA**  
Secretária de Administração.

**Publicado por:**  
Allan Thaler Domingos  
**Código Identificador:**F5CB9D42

## ADMINISTRAÇÃO RH CMDI – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO

### RESOLUÇÃO N.º 01/2021

Súmula: Aprovação do Plano de Ação do SIFF - referente ao recurso Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa - 2021, do FIPAR, Valor previsto para 2021 é de R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais).

O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Itaúna do Sul, no uso de suas atribuições que lhe conferem a Lei Municipal n.º 624/2008 e a Lei 1289/2019, atendendo as deliberações da reunião ordinária realizada no dia 09 de Setembro de 2021.

### RESOLVE:

**Art. 1º** - Aprovar o Plano de Ação do SIFF - referente ao recurso Incentivo Garantia de Direitos da Pessoa Idosa - 2021, do FIPAR, Valor previsto para 2021, R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais).

**Art. 2º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

.....a do Sul, 09 de Setembro de 2021.

**MARCILEI MARTINS DOMINGUES**  
Presidente CMDI

**Publicado por:**  
Allan Thaler Domingos  
**Código Identificador:**2FF45D6A

## ADMINISTRAÇÃO RH PORTARIA Nº 255/2021

### PORTARIA Nº 255/2021

SÚMULA: Concede 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao servidor JULIO CESAR DA SILVA, como abaixo se especifica e dá outras providências.

**GILSON JOSÉ DE GÓIS**, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor,

### RESOLVE

**Artigo 1º** - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao servidor JULIO CESAR DA SILVA, matrícula nº 295, RG. Nº 8.249.889-3, período aquisitivo de 05/07/2018 a 04/07/2019, com o cargo de Gari, lotado na Secretaria de Serviços Urbanos e Rurais – Divisão de Serviços Urbanos e Rurais.

**Artigo 2º** - A férias, ora concedida, será usufruída no período de 10/09/2021 a 09/10/2021.

**Artigo 3º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 09 dias do mês de setembro de 2021.

**GILSON JOSÉ DE GÓIS**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**ANDRESSA DA SILVA**  
Secretária de Administração.

**Publicado por:**  
Allan Thaler Domingos  
**Código Identificador:**CA5333F7

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES EXTRATO DISPENSA 47.2021

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE ITAUNA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, com sede na Av. Brasil, nº 883, centro inscrito no CNPJ/MF. Sob n.º 75.458.836/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Gilson José de Gois, em pleno exercício de seu mandato e funções, RATIFICA a dispensa de licitação com mural nº **047/2021** os termos do art. 24, inciso II da lei 8.666/93 e suas alterações, conforme quadro abaixo.

DISPENSA DE LICITAÇÃO COM MURAL N.º 047/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 141/2021	
CONTRATADA: ELECLIM REFRIGERAÇÃO E ELÉTRICA LTDA	CNPJ Nº 41.522.411/0001-24
OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE FOGÕES INDUSTRIAIS, GELADEIRAS E FREEZER DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
VALOR: R\$1.420,00 (Mil quatrocentos e vinte reais)	
VENCIMENTO: IMEDIATO	
DATA DA ASSINATURA: 09 de setembro de 2021.	
FORO: Comarca de Nova Londrina, Estado do Paraná.	

Itaúna do Sul-PR, 09 de setembro de 2021.

**GILSON JOSÉ DE GOIS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Bruna Pereira Martins Alves  
**Código Identificador:**B17F69CD

## ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

### DIVISÃO DE LICITAÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO Nº190/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 131/2021 (LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E DECRETO 10.024/19). TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.

**AVISO DE LICITAÇÃO Nº190/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2021  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 131/2021**  
(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/19).  
Tipo de licitação: MENOR PREÇO.  
OBJETO: Aquisição de 40 caixas de impressos contendo cada 500 jogos de nota fiscal produtor rural totalizando 20.000 notas.

**Dotação Orçamentária:**

05001206062001201433903000000 0590

**Data limite para acolhimento de PROPOSTA: 23/09/2021 – 09h00min.****Data de início da fase de LANCES: 23/09/2021 – a partir das 09h30min.****Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Dpto. Mun. de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR - Rua Rui Barbosa, 606 – Centro - Ivai – Pr - fone – (42) - 3247-1222 - ramal 216 – site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br)**

Ivai, 09 de setembro de 2021.

**WELTON ADEMIR FERREIRA**

Pregoeiro Municipal

Publicado por:

Andreia Malicz Skeika

Código Identificador:F9724C22

**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS****DECRETO 188/2021****DECRETO Nº 188/2021**

Súmula: Nomeia Assessora de Departamento.

O Senhor **IDIR TREVISÓ**, Prefeito Municipal de Ivai, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,**DECRETA**Art. 1º - É nomeada a Sra. **MICHELY APARECIDA GALVAO, RG Nº 8.900.162-5 PR**, para exercer o cargo comissionado de Assessora de Departamento, Símbolo CC3, a partir de 08 de setembro de 2021.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2021.

**GABINETE DO PREFEITO**, em 09 de setembro de 2021.**IDIR TREVISÓ**

Prefeito Municipal

Publicado por:

Joana Dercach Jensen

Código Identificador:5A0FB274

**ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA****SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº.  
032/2021-PMI**

Após os lances e análise dos documentos de habilitação do procedimento licitatório Pregão Presencial nº. 032/2021-PMI, que tem por objeto Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de Material de Expediente para as Secretarias do Município de Ivatuba, e nos termos da Lei nº. 10.520 de 17 de Julho de 2002, ADJUDICO o objeto a favor das licitantes: Itens: 01, 02, 06, 07, 08, 09, 10, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 34, 35, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 59, 60, 61, 65, 77, 78, 79, 81, 82, 92, 102, 103, 104, 105, 116, 117, 119, 123 e 126 à empresa TANGO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 05.304.697/0001-08, no valor de R\$ 17.343,00 (Dezessete mil trezentos e quarenta e três reais); Itens: 11, 14, 16, 24, 25, 26, 36, 38, 39, 51, 52, 56, 57, 58, 70, 71, 72, 80, 93, 106 e 124 à empresa PAPIROS MOVEIS E ELERTOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 25.325.301/0001-16, no valor de R\$ 18.160,50 (Dezoito mil cento e sessenta reais e cinquenta centavos); Itens: 03, 04, 05, 12, 13, 15, 33, 53, 62, 63, 64, 66, 68, 73, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 118, 121, 122 e 125 à empresa A. QUEIROZ LTDA, inscrita no

CNPJ/MF sob nº.: 32.270.276/0001-86, no valor de R\$ 18.147,35 (Dezoito mil cento e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos); Itens: 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 40, 67, 91, 94, 101, 114 e 115 à empresa C.A.C. COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 02.282.485/0001-89, no valor de R\$ 14.054,14 (Quatorze mil cinquenta e quatro reais e quatorze centavos). Comunicamos ainda que não houveram proponentes interessados nos itens 69, 90 e 120, restando assim desertos.

Ivatuba/Pr, 03 de Setembro de 2021.

**JOSILAINE FATIMA DE OLIVEIRA**

Pregoeira

Publicado por:

Tauana Presa Requena

Código Identificador: BAB8D59E

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº.  
032/2021-PMI**

O Prefeito Municipal torna pública a HOMOLOGAÇÃO efetivada em 03 de Setembro de 2021 do Processo Licitatório executado sob a modalidade Pregão Presencial nº. 032/2021-PMI, que tem por objeto Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de Material de Expediente para as Secretarias do Município de Ivatuba, declarando como vencedoras para os Itens: 01, 02, 06, 07, 08, 09, 10, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 34, 35, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 54, 55, 59, 60, 61, 65, 77, 78, 79, 81, 82, 92, 102, 103, 104, 105, 116, 117, 119, 123 e 126 a empresa TANGO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 05.304.697/0001-08, no valor de R\$ 17.343,00 (Dezessete mil trezentos e quarenta e três reais); Itens: 11, 14, 16, 24, 25, 26, 36, 38, 39, 51, 52, 56, 57, 58, 70, 71, 72, 80, 93, 106 e 124 a empresa PAPIROS MOVEIS E ELERTOS EIRELI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 25.325.301/0001-16, no valor de R\$ 18.160,50 (Dezoito mil cento e sessenta reais e cinquenta centavos); Itens: 03, 04, 05, 12, 13, 15, 33, 53, 62, 63, 64, 66, 68, 73, 74, 75, 76, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 118, 121, 122 e 125 a empresa A. QUEIROZ LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 32.270.276/0001-86, no valor de R\$ 18.147,35 (Dezoito mil cento e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos); Itens: 27, 28, 29, 30, 31, 32, 37, 40, 67, 91, 94, 101, 114 e 115 a empresa C.A.C. COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob nº.: 02.282.485/0001-89, no valor de R\$ 14.054,14 (Quatorze mil cinquenta e quatro reais e quatorze centavos). Comunicamos ainda que não houveram proponentes interessados nos itens 69, 90 e 120, restando assim desertos.

Comunico ainda, que a empresa acima tem o prazo máximo d (cinco) dias, após a data da publicação destes comunicados na Imprensa Oficial do Município, para comparecer a sede da Prefeitura Municipal, para assinarem os termos contratuais, sob pena das sanções previstas no Edital em referência.

Ivatuba/Pr, 03 de Setembro de 2021.

**SERGIO JOSÉ SANTI**

Prefeito Municipal

Publicado por:

Tauana Presa Requena

Código Identificador: 0FBC2915

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2021-PMI**

O Município de Ivatuba torna público aos interessados a convocação para a participação de licitação na modalidade Pregão Presencial, de acordo com as seguintes especificações:

**MODALIDADE:** Pregão Presencial Nº 042/2021-PMI.**TIPO:** Menor preço por lote.**OBJETO:** Contratação de Pessoa Jurídica para Assessoria Esportiva, Planejamento e Execução de Atividades Diversas para



## PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA

ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº. 1149/2021

SÚMULA: Estabelece as diretrizes orçamentárias para a elaboração do Orçamento do Município para o exercício de 2022.

**CÂMARA MUNICIPAL DE RESERVA.** Estado do Paraná, aprovou, e o **PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA**, sancionou a seguinte:

## LEI

## CAPÍTULO I

## DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município de Reserva para a elaboração do orçamento do Município, relativo ao exercício financeiro de 2022, em cumprimento ao disposto no § 2º do artigo 165 da Constituição Federal, Lei Orgânica do Município (Art. 101, II, § 1º, e Complementar).

II - as metas e prioridades da administração municipal;

III - a estrutura e organização dos organismos;

IV - as diretrizes gerais para elaboração e execução do orçamento do Município e suas alterações;

V - as disposições relativas à receita e arrecadação do Município;

VI - as disposições relativas às despesas do Município;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VIII - diretrizes para o Poder Legislativo;

IX - as disposições gerais;

X - as disposições gerais;

XI - as disposições gerais;

II - de Metas e Prioridades da administração municipal em conformidade com o conteúdo do Art. 165, § 2º da Constituição Federal;

III - de Metas e Prioridades, elaborado em conformidade com o § 1º do art. 2º, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, incluindo os anexos de Evolução do Patrimônio Líquido do Município nos últimos três exercícios;

IV - de Metas e Prioridades, elaborado em conformidade com o § 1º, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

V - relatório com indicação dos projetos das obras em execução, bem como das despesas programadas para conservação do patrimônio público.

## DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º - Em conformidade com o § 2º do artigo 165, da Constituição Federal e com o inciso I do § 2º do artigo 101 da Lei Orgânica Municipal, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2022, serão estabelecidas no Orçamento Municipal.

Parágrafo único - A execução orçamentária de 2022 deverá respeitar as metas e prioridades definidas, sem que isso constitua óbice à efetiva programação das despesas.

## CAPÍTULO II

## DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração, execução e fiscalização do orçamento, por meio de assembleias, a serem convocadas especialmente para esse fim, pelo governo municipal.

Art. 4º - O projeto de lei orçamentária anual não poderá conter autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares até 50% (cinco por cento) do total da despesa prevista.

Art. 5º - A Lei Orçamentária Anual não poderá conter autorização para que o Poder Executivo realize contratação de Operações de Crédito por Antecipação da Receita para a realização de obras e serviços de interesse público.

Art. 6º - A Lei Orçamentária Anual não poderá conter autorização para que o Poder Executivo realize contratação de Operações de Crédito por Antecipação da Receita para a realização de obras e serviços de interesse público.

Art. 7º - O projeto de lei orçamentária anual, em conformidade com o disposto no inciso I do § 2º do artigo 101 da Lei Orgânica Municipal, será elaborado em conformidade com a Estrutura Organizacional do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - A Lei Orçamentária para 2022 evidenciará as Receitas e Despesas por Unidade Orçamentária, especificando aquelas vinculadas às entidades da Administração Indireta e aos Órgãos Físicos e da Seguradora Social.

Art. 9º - As despesas serão desdobradas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operação especial, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 10 - As despesas obedecerão aos ditames da Portaria SOSTFN 42/199 e 163/2001, bem como às alterações posteriores.

Art. 11 - A proposta orçamentária, a ser encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal, até o dia 30 de outubro de 2021, conterá 3 (três) cópias do referido projeto, das quais uma deverá ser enviada para cópia e arquivamento no Ministério Público, e comparecer-se:

I - ao Poder Executivo;

II - ao Poder Legislativo;

III - ao Poder Judiciário;

IV - ao Poder Executivo;

V - ao Poder Judiciário;

VI - ao Poder Judiciário;

VII - ao Poder Judiciário;

VIII - ao Poder Judiciário;

IX - ao Poder Judiciário;

X - ao Poder Judiciário;

XI - ao Poder Judiciário;

XII - ao Poder Judiciário;

XIII - ao Poder Judiciário;

XIV - ao Poder Judiciário;

XV - ao Poder Judiciário;

XVI - ao Poder Judiciário;

XVII - ao Poder Judiciário;

XVIII - ao Poder Judiciário;

XIX - ao Poder Judiciário;

XX - ao Poder Judiciário;

XXI - ao Poder Judiciário;

XXII - ao Poder Judiciário;

XXIII - ao Poder Judiciário;

XXIV - ao Poder Judiciário;

XXV - ao Poder Judiciário;

XXVI - ao Poder Judiciário;

§ 2º - Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará o Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

Art. 18 - Os orçamentos para o exercício de 2022 destinarão recursos para a Reserva de Contingência.

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo por ano, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 3º.

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 10 de setembro de 2022, poderão ser utilizados pelo ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

§ 3º - A Lei orçamentária conterá dotação para a reserva de contingência, no valor de até 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2022, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme o disposto no § 1º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como do art. 4º da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001.

Art. 19 - Os investimentos com duração superior a 12 meses são controlados pela Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 20 - Os projetos e atividades prioritários na Lei Orçamentária para 2022 com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundas de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinários, são serão executados e utilizados a qualquer título, no decorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, reposita, de acordo com o disposto no inciso II do § 2º do artigo 165, da Constituição Federal.

§ 1º - A aplicação do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizada em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida no item 3º, parágrafo único.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 21 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 22 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 23 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 24 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 25 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 26 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 27 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 28 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 29 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 30 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 31 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 32 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 34 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 35 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 36 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

§ 2º - Na Lei Orçamentária Anual os Orçamentos da Receita e da Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução opere o disposto no caput deste artigo.

Art. 37 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiária somente aquelas de caráter educativo, assistencial, de saúde, agricultura, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, dependendo de autorização em lei específica.

§ 1º - As condições para transferência de recursos a entidades privadas deverão obedecer o disposto no artigo 155, § 1º da LRF.

Art. 38 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 17 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal em cada um dos Poderes em 2022, Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida os limites predefinidos estabelecidos pela Lei.

Art. 39 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificada pela autoridade competente, o Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF.

Art. 40 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso ultrapassarem os limites estabelecidos na LRF.

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exclusão de despesas com horas extras;

IV - exclusão de despesas com horas extras;

V - exclusão de despesas com horas extras;

VI - exclusão de despesas com horas extras;

VII - exclusão de despesas com horas extras;

VIII - exclusão de despesas com horas extras;

IX - exclusão de despesas com horas extras;

X - exclusão de despesas com horas extras;

XI - exclusão de despesas com horas extras;

XII - exclusão de despesas com horas extras;

XIII - exclusão de despesas com horas extras;

XIV - exclusão de despesas com horas extras;

XV - exclusão de despesas com horas extras;

XVI - exclusão de despesas com horas extras;

XVII - exclusão de despesas com horas extras;

XVIII - exclusão de despesas com horas extras;

XIX - exclusão de despesas com horas extras;

XX - exclusão de despesas com horas extras;

XXI - exclusão de despesas com horas extras;

XXII - exclusão de despesas com horas extras;

XXIII - exclusão de despesas com horas extras;

XXIV - exclusão de despesas com horas extras;

XXV - exclusão de despesas com horas extras;

XXVI - exclusão de despesas com horas extras;

XXVII - exclusão de despesas com horas extras;

XXVIII - exclusão de despesas com horas extras;

XXIX - exclusão de despesas com horas extras;

XXX - exclusão de despesas com horas extras;

XXXI - exclusão de despesas com horas extras;

XXXII - exclusão de despesas com horas extras;

XXXIII - exclusão de despesas com horas extras;

XXXIV - exclusão de despesas com horas extras;

XXXV - exclusão de despesas com horas extras;

XXXVI - exclusão de despesas com horas extras;

XXXVII - exclusão de despesas com horas extras;

XXXVIII - exclusão de despesas com horas extras;

XXXIX - exclusão de despesas com horas extras;

XXXX - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXI - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXII - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXIII - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXIV - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXV - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXVI - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXVII - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXVIII - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXIX - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXX - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXXI - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXXII - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXXIII - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXXIV - exclusão de despesas com horas extras;

XXXXXV - exclusão de despesas com horas extras;

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIANA - PR

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

ANEXO DE LICITAÇÃO

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2021**

**CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO PÚBLICO**

**OBJETO:** Credenciamento de empresas para prestação de serviços de exames laboratoriais para atender a demanda do Hospital Municipal Carolina Lupion e Laboratório do SEMUS.

**INÍCIO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:** das 08:00 horas do dia 13 de setembro de 2021.

**FIM RECEBIMENTO DE ENVELOPES:** 09:30 horas do dia 13 de setembro de 2021.

**DATA DA ABERTURA:** 13 de outubro de 2021.

**HORÁRIO:** 10:00 horas (Horário de Brasília).

**LOCAL DE ABERTURA:** Sala de Reuniões do Departamento de Compras e Licitação, 3º Andar no endereço informado abaixo.

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** O edital completo poderá ser adquirido através do e-mail: compras@jaguariana.pr.gov.br. Maiores informações no Departamento de Compras e Licitação - sala de Trabalho, 3º Andar, telefone (41) 3535-4455, das 08





## PROPOSTA COMERCIAL

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 131/2021, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

### IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA: ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA

CNPJ Nº 05.665.084/0001-04 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 254.571.638

REPRESENTANTE: BRAZ ALBANO CARGO: SÓCIO ADMINISTRADOR

CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº 1.729.366-9 SSP-SC CPF: 538.699.669-04

ENDEREÇO: RUA PÉROLA DO VALE, 55 – ITROUPAVA CENTRAL BLUMENAU – SC

TELEFONE: (47) 3337-1854 E-MAIL: [ALBGRAF@TERRA.COM.BR](mailto:ALBGRAF@TERRA.COM.BR)

BANCO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL AGÊNCIA: 2374 Nº DA CONTA BANCÁRIA: 781-6

Item	Código	Descrição	Und	Qtde	Valor Unit	Valor Total
01	042041	NOTA FISCAL DE PRODUTOR: TAMANHO- 240 X 280 MM CORES: 1 X 0 PAPÉL: AUTOCOPIATIVO QUANTIDADE DE VIAS: 05 CAIXA CONTENDO 500 UNIDADES	Cx	40	314,00	12.560,00
VALOR TOTAL R\$						12.560,00
Obs.: Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos sociais, taxas fretes, seguros e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram da execução do objeto licitado, na forma e condições previstas no Edital e seus anexos.						

VALOR TOTAL R\$ 12.560,00 – DOZE MIL E QUINHENTOS E SESENTA REAIS;

**MARCA:** ALBGRAF

**CONDIÇÕES DE ENTREGA E LOCAL** A entrega do objeto da presente licitação deverá ser efetuada EM ATÉ 10 (dez) DIAS, APÓS a SOLICITAÇÃO.

**FORMA DE PAGAMENTO** - A prazo em até 30 dias, após a entrega dos produtos. No momento da liquidação do contrato, a contratada deverá apresentar certidões negativas de débitos junto ao INSS, FGTS e Trabalhista.

### CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

**VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL** De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**CONCORDAMOS COM TODAS AS EXIGENCIAS CONTIDAS NESTE EDITAL**

Digitally signed by BRAZ  
ALBANO:53869966904  
Date: 2021.09.21 09:39:11 -03'00'



Blumenau, 23 de Setembro de 2021

Digitally signed by BRAZ

ALBANO:53869966904

Date: 2021.09.21 09:39:41 -03'00'

ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA

BRAZ ALBANO

DIRETOR

RG N° 1.729.366-9 SSP-SC

CPF N° 538.699.669-04



JUCESC

**ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE LIMITADA**  
**Alteração Contratual nº. 04 da Sociedade**  
**ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA EPP**  
**CNPJ: 05.665.084/0001-04**  
**NIRE 42203302561**

JUCESC 2052

1. **ALIDA ALBANO**, brasileira, nascida na data de 07/06/1966, natural de Ilhota/SC, casada sob regime da comunhão parcial de bens, comerciante, inscrita na CI nº. 1.729.233-6 SSP/SC e no CPF nº. 710.786.810-15, residente e domiciliada na Rua Pinheiro, nº. 201, bairro Itoupava Central, em Blumenau/SC, 89066-170;

2. **BRAZ ALBANO**, brasileiro, nascido na data de 16/12/1961, natural de Witmarsum/SC, casado sob regime da comunhão parcial de bens, comerciante, inscrito na CI nº. 1.729.366-9 SSP/SC e no CPF nº. 538.699.669-04, residente e domiciliado na Rua Pinheiro, nº. 201, bairro Itoupava Central, em Blumenau/SC, 89066-170, **únicos sócios da empresa ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA EPP**, com sede na Rua Gustavo Zimmermann, nº. 1990, bairro Itoupava Central, Blumenau/SC, CEP 89062-100, registrada na Junta Comercial de Santa Catarina, sob o NIRE 42203302561 de 15/05/2003 e sua última alteração sob nº 20073081981 de 20/11/2007 inscrita no CNPJ sob o nº 05.665.084/0001-04, resolvem assim, alterar o contrato social:

1ª. A sociedade tinha por objeto social: a exploração no ramo de atividades gráficas (indústria e comércio de formulários contínuos); passando a ser:

- A Exploração no Ramo de Atividades Gráficas (Indústria e Comércio de Formulários Contínuos, Bobinas de Cupom Fiscal);
- Impressão de Material para Uso Publicitário como: Cartazes, Banners, Outdoors, Catálogos, Tabloides, Calendários;
- Impressão de Material para Outros Usos como: Cartões, Diplomas, Convites;
- Impressão de Blocos de Notas Fiscais.

2ª. A sociedade tinha como sede e domicílio a Rua Gustavo Zimmermann, nº. 1990, bairro Itoupava Central, Blumenau/SC, CEP 89062-100, passando neste ato para Rua Pérola do Vale, nº. 55, sala 02, bairro Itoupava Central, Blumenau/SC, CEP 89062-212.

3ª. Os sócios resolvem dar nova redação consolidando o Contrato Social, tornando assim sem efeito a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato de constituição, que passa a ter a seguinte disposição:

**CLÁUSULA 1ª.** A sociedade gira sob o nome empresarial **ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA EPP** e terá como sede e domicílio na **Rua Pérola do Vale, nº. 55, sala 02, bairro Itoupava Central, Blumenau/SC, CEP 89062-212.**

*Alida*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*



JUCESC

**CLÁUSULA 2ª.** O capital social é de R\$ 69.300,00 (Sessenta e nove mil e trezentos reais), dividido em 100 (Cem) quotas de valor nominal de R\$ 693,00 (Seiscentos e noventa e três reais) cada quota, totalmente integralizados em bens e direitos, assim subscritas:

JUCESC 2053

- ✓ Em Moeda Corrente Nacional: R\$ 10.000,00 (Dez mil reais);
- ✓ Um Computador Celeron 700: R\$ 1.200,00 (Mil e duzentos reais);
- ✓ Um Pentium 200: R\$ 1.100,00 (Mil e cem reais);
- ✓ Uma Impressora Laser Jet 1100: R\$ 1.400,00 (Mil e quatrocentos reais);
- ✓ Uma Impressora LX 300: R\$ 600,00 (Seiscentos reais);
- ✓ Uma reimpressora Mutilite 1250: R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais);
- ✓ Uma Intercaladora Catu ALC 20: R\$ 18.000,00 (Dezoito mil reais);
- ✓ Uma Processadora Megsa PM 300: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais);
- ✓ Uma minigravadora de chapa Printset: R\$ 1.000,00 (Mil reais).

O capital social totalmente integralizado pelos sócios da seguinte forma:

NOME	QUOTAS	VALOR
ALIDA ALBANO	10	R\$ 6.930,00
BRAZ ALBANO	90	R\$ 62.370,00
TOTAL	100	R\$ 69.300,00

**CLÁUSULA 3ª.** A sociedade tem por objeto social:

- A Exploração no Ramo de Atividades Gráficas (Indústria e Comércio de Formulários Contínuos, Bobinas de Cupom Fiscal);
- Impressão de Material para Uso Publicitário como: Cartazes, Banners, Outdoors, Catálogos, Tabloides, Calendários;
- Impressão de Material para Outros Usos como: Cartões, Diplomas, Convites;
- Impressão de Blocos de Notas Fiscais.

**CLÁUSULA 4ª.** A sociedade iniciou suas atividades em 15 de Maio de 2003 e seu prazo de duração é indeterminado.

**CLÁUSULA 5ª.** As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

**CLÁUSULA 6ª.** A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**CLÁUSULA 7ª.** A administração da sociedade é exercida pelo sócio **BRAZ ALBANO**, com os poderes e atribuições de **sócio administrador**, autorizado o uso do nome empresarial, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

Atu

Atu



JUCESC

**CLÁUSULA 8ª.** Ao término da cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

JUCESC 2054

**CLÁUSULA 9ª.** Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

**CLÁUSULA 10ª.** A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

**CLÁUSULA 11ª.** O sócio administrador poderá, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

**CLÁUSULA 12ª.** Qualquer deliberação social será tomada pelo sócio que possui no mínimo três quartos do capital social.

**CLÁUSULA 13ª.** Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do sócio remanescente, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

**Parágrafo único:** O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

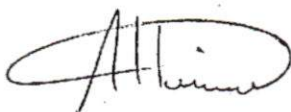
**CLÁUSULA 14ª.** O sócio administrador declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

**CLÁUSULA 15ª.** O sócio administrador poderá outorgar procuração a terceiros, determinando especificamente os poderes do outorgado e limitando o tempo dos mandatos.

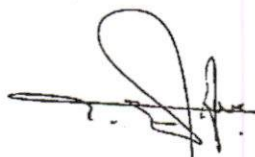
**CLÁUSULA 16ª.** Fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau/SC, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estarem assim justos e contratados assinam a presente alteração em 03 (Três) vias de igual teor e forma para que surta os efeitos legais e necessários.

Blumenau/SC, 09 de Maio de 2013.



ALIDA ALBANO



BRAZ ALBANO



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 03/06/2013 SOB Nº. 20131298941  
Protocolo: 13/129894-1, DE 24/05/2013

Empresa: 42 2 0330256 1  
ALBGRAF FORMULARIOS  
CONTINUOS LTDA EPP -

BLASCO BORGES BARCELLOS  
SECRETÁRIO GERAL

**DECLARAÇÃO DE ESTAR ENQUADRADA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A proponente abaixo assinada, participante da licitação, por seu representante credenciado, e Contador ou Técnico Contábil declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei Complementar 123/2006 - incisos I e II do artigo 3º e demais legislação pertinente que esta enquadrada como **Empresa de Pequeno Porte** e que:

- a) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06;
- b) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, § 4º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Blumenau, 17 de Novembro de 2020

**BRAZ**  
**ALBANO:53**  
**869966904**

Assinado de forma  
digital por BRAZ  
ALBANO:53869966  
904  
Dados: 2020.11.17  
14:21:54 -02'00'

ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA

Braz Albano

Diretor - Sócio Administrador

RG: 1.729.366-9 SSP-SC

CPF: 538.699.669-04

**NELSON JOSE**  
**MOHR:82832**  
**030963**

Assinado de forma  
digital por NELSON JOSE  
MOHR:82832030963  
Dados: 2020.11.17  
14:17:44 -03'00'

CAPITAL CONTADORES

Nelson José Mohr

Contador

CRC 1SC021439/O-6

CPF: 828.320.309-63



**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N° 131/2021**

ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n° 05.665.084/0001-04, sediada RUA PÉROLA DO VALE, 55 - ITROUPAVA CENTRAL - BLUMENAU - SC Declara, sob as penas da lei, que CUMPRE todos os requisitos de habilitação do Pregão Eletrônico n° **131/2021** do Município de **IVAI – PR.**

Blumenau, 23 de Setembro de 2021

Digitally signed by BRAZ

ALBANO:53869966904

Date: 2021.09.21 10:09:43 -03'00'

ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA

BRAZ ALBANO

DIRETOR

RG N° 1.729.366-9 SSP-SC

CPF N° 538.699.669-04



## DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2021

**DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

**DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS** Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

**DECLARAÇÃO NÃO POSSUIR NO SEU QUADRO MENOR DE IDADE** Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93. (1) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

**DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR EM SEU QUADRO FUNCIONARIO PUBLICO** Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório que nenhum servidor público, ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, integra nosso quadro societário, nem funcional, sob qualquer regime de contratação.

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE** Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital, que tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e nos comprometemos a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Blumenau, 23 de Setembro de 2021

Digitally signed by BRAZ

ALBANO:53869966904

Date: 2021.09.21 09:53:28 -03'00'

ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA

BRAZ ALBANO

DIRETOR

RG Nº 1.729.366-9 SSP-SC

CPF Nº 538.699.669-04



**DECLARAÇÃO DE ESTAR ENQUADRADA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A proponente abaixo assinada, participante da licitação, por seu representante credenciado, e Contador ou Técnico Contábil declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei Complementar 123/2006 - incisos I e II do artigo 3º e demais legislação pertinente que esta enquadrada como **Empresa de Pequeno Porte** e que:

- a) o valor da receita bruta anual da sociedade, no último exercício, não excedeu o limite fixado nos incisos I e II, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06;  
b) não se enquadra em quaisquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º, § 4º, incisos I a X, da mesma Lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Blumenau, 17 de Novembro de 2020

**BRAZ**

**ALBANO:53**

**869966904**

Assinado de forma digital por BRAZ

ALBANO:53869966904

Dados: 2020.11.17  
14:21:54 -02'00'

ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA

Braz Albano

Diretor - Sócio Administrador

RG: 1.729.366-9 SSP-SC

CPF: 538.699.669-04

**NELSON JOSE**

**MOHR:82832**

**030963**

Assinado de forma digital por NELSON JOSE

MOHR:82832030963

Dados: 2020.11.17  
14:17:44 -03'00'

CAPITAL CONTADORES

Nelson José Mohr

Contador

CRC 1SC021439/O-6

CPF: 828.320.309-63

CONCEDIDO A <b>ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - EPP</b>			CMC 73992
NATUREZA JURÍDICA 2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		ÁREA UTILIZADA (m²) 20	
PARA ESTABELECEER NA RUA PEROLA DO VALE, 55, PARCELA 05 - ALBGRAF, ITROUPAVA CENTRAL, 89062-212			
ATIVIDADE PRINCIPAL CNAE: 1741-9/01 - FABRICAÇÃO DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS, SD			
DATA DE EMISSÃO: 04/05/2021		VÁLIDO ATÉ: 30/04/2022	
ATIVIDADE SECUNDÁRIA CNAE: 4647-8/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA, SD CNAE: 1813-0/99 - IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS, SD CNAE: 1741-9/02 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PAPEL, CARTOLINA, PAPEL-CARTÃO E PAPELÃO ONDULADO PARA USO INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE ESCRITÓRIO, EXCETO FORMULÁRIO CONTÍNUO, SD CNAE: 1813-0/01 - IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO, SD			
Tipo da empresa MATRIZ	CNPJ 05.665.084/0001-04	REGIME DE TRIBUTAÇÃO Simples Nacional	INÍCIO DA ATIVIDADE 18/05/2017
OBRIGATÓRIA A FIXAÇÃO DO ALVARÁ EM LOCAL VISÍVEL.		DATA DO PAGAMENTO DA TAXA DE LICENÇA: 28/04/2021	

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 661bc2a86f05A5

**DOCUMENTO VÁLIDO PARA FUNCIONAR SE ATENDIDOS OS DISPOSITIVOS LEGAIS**

1. Lei Estadual N° 16.157/2013 e Decreto Estadual N° 1.957/2013.
2. Lei complementar municipal N° 751/2010 - Código de Zoneamento, uso e ocupação do Solo
3. Lei Municipal N° 2.047/1974 - Código de Posturas Municipais.
4. Lei Complementar Municipal N° 84/1995 - Código Municipal de Saúde.
5. Lei Complementar Municipal N° 747/2010 - Código Municipal de Meio Ambiente

SIGLAS		
AF = Atendimento/Funcionários	CT = Centro de treinamento	PD = Centro de processamento de dados
AL = Almoxarifado	DE = Depósito Fechado	PE = Ponto de exposição
AT = Antena de transmissão	EA = Escritório administrativo	SD = Sede
CB = Unidade de abastecimento de combustíveis	GM = Garagem	UA = Unidade de atendimento avançada
CE = Caixa eletrônico	OF = Oficina de reparação	UE = Unidades de ensino





**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral****Contribuinte,**

Confira os dados de cadastro da Pessoa Jurídica e, existindo qualquer divergência, providencie junto à Secretaria de Estado da Fazenda a sua atualização cadastral.

 <b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA</b> <b>CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS</b>			
CNPJ/CPF <b>05665084000104</b>		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO ESTADUAL E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	
Início Atividade com ICMS <b>15/05/2003</b>			
INSCRIÇÃO ESTADUAL <b>254571638</b>	NOME EMPRESARIAL <b>ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>1741901 - Fabricação de formulários contínuos</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>4647801 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria</b> <b>1813001 - Impressão de material para uso publicitário</b> <b>1813099 - Impressão de material para outros usos</b> <b>1741902 - Fabricação de produtos de papel, cartolina, papelcartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório</b>			
CONTRIBUINTE CREDENCIADO/DISPENSADO A EMITIR OS SEGUINTE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS <b>- Credenciado a Emitir Nota Fiscal Eletrônica - NFe a partir de 01/04/2010</b>			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA</b>			
LOGRADOURO <b>RUA PÉROLA DO VALE</b>	NÚMERO <b>55</b>	COMPLEMENTO <b>SALA 02</b>	
CEP <b>89062-212</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ITOUPIAVA CENTRAL</b>	MUNICÍPIO <b>BLUMENAU</b>	UF <b>SC</b>
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVO desde 16/06/2003</b>			

Modelo aprovado pela Portaria SEF nº 375, de 26/08/2003.

Emitido em **08/09/2021 15:52:38** (data e hora de Brasília).





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM  
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENV. ECONÔMICO SUSTENTÁVEL  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA - JUCESC

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Página 1 de 1

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

<b>Nome Empresarial</b> ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA			
<b>Natureza Jurídica:</b> SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
<b>Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE (Sede)</b> 42 2 0330256-1	<b>CNPJ</b> 05.665.084/0001-04	<b>Data de Arquivamento do Ato Constitutivo</b> 15/05/2003	<b>Data de Início de Atividade</b> 15/05/2003
<b>Endereço Completo (Logradouro, N° e Complemento, Bairro, Cidade, UF, CEP)</b> RUA PÉROLA DO VALE, 55-SALA 02, ITROUPAVA CENTRAL, BLUMENAU, SC, 89.062-212			
<b>Objeto Social</b> ATIVIDADES GRÁFICAS (INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS, BOBINAS DE CUPOM FISCAL); IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO COMO: CARTAZES, BANNERS, OUTDOORS, CATÁLOGOS, TABLOIDES, CALENDÁRIOS; IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS COMO: CARTÕES, DIPLOMAS, CONVITES E IMPRESSÃO DE BLOCOS DE NOTAS FISCAIS.			
<b>Capital: R\$</b> 69.300,00 (SESSENTA E NOVE MIL E TREZENTOS REAIS)		<b>Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei nº 123/2006)</b> Empresa de pequeno porte	<b>Prazo de Duração</b> Indeterminado
<b>Capital Integralizado: R\$</b> 69.300,00 (SESSENTA E NOVE MIL E TREZENTOS REAIS)			
<b>Sócios/Participação no Capital/Espécie de Sócio/Administrador/Término do Mandato</b>			
<b>Nome/CPF ou CNPJ</b>	<b>Participação no capital(R\$)</b>	<b>Espécie de Sócio</b>	<b>Administrador</b>
BRAZ ALBANO 538.699.669-04	62.370,00	SOCIO	Administrador
ALIDA ALBANO 710.786.810-15	6.930,00	SOCIO	
<b>Último Arquivamento</b> Data: 15/02/2017 Número: 20178490650 Ato: REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE Evento(s): REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE			<b>Situação</b> REGISTRO ATIVO <b>Status</b> XXXXXXXXXXXXXX

Florianópolis - SC, terça-feira, 24 de agosto de 2021

BLASCO BORGES BARCELLOS  
SECRETÁRIO GERAL

Eu,  
Conferi e assino.

Documento Assinado Digitalmente 24/08/2021  
Junta Comercial de Santa Catarina  
CNPJ: 83.565.648.0001-32

Você deve instalar o certificado da JUCESC  
[www.jucesc.sc.gov.br/certificado](http://www.jucesc.sc.gov.br/certificado)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 05.665.084/0001-04

Certidão nº: 20330522/2021

Expedição: 30/06/2021, às 16:28:16

Validade: 26/12/2021 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.665.084/0001-04**, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 05.665.084/0001-04

**Razão Social:** ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA EPP

**Endereço:** R PEROLA DO VALE 55 / ITROUPAVA CENTRAL / BLUMENAU / SC / 89062-212

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 06/09/2021 a 05/10/2021

**Certificação Número:** 2021090601111354926009

Informação obtida em 13/09/2021 15:00:59

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>05.665.084/0001-04</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>15/05/2003</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		<b>PORTE EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>17.41-9-01 - Fabricação de formulários contínuos</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>17.41-9-02 - Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo</b> <b>18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário</b> <b>18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos</b> <b>46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R PEROLA DO VALE</b>	NÚMERO <b>55</b>	COMPLEMENTO <b>SALA 02</b>
CEP <b>89.062-212</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ITOUJAVA CENTRAL</b>	MUNICÍPIO <b>BLUMENAU</b>
UF <b>SC</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>terres.contabil@terra.com.br</b>		TELEFONE <b>(47) 3337-1854/ (47) 3339-0759</b>
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>19/03/2005</b>
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/09/2021** às **13:56:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>05.665.084/0001-04</b> MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA <b>15/05/2003</b>
NOME EMPRESARIAL <b>ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE <b>EPP</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>17.41-9-01 - Fabricação de formulários contínuos</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>17.41-9-02 - Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo</b> <b>18.13-0-01 - Impressão de material para uso publicitário</b> <b>18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos</b> <b>46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>		
LOGRADOURO <b>R PEROLA DO VALE</b>	NÚMERO <b>55</b>	COMPLEMENTO <b>SALA 02</b>
CEP <b>89.062-212</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>ITOUJAVA CENTRAL</b>	MUNICÍPIO <b>BLUMENAU</b>
UF <b>SC</b>	ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>terres.contabil@terra.com.br</b>	
TELEFONE <b>(47) 3337-1854/ (47) 3339-0759</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>19/03/2005</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **14/09/2021** às **13:56:51** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Secretaria da Fazenda  
Diretoria de Receita

www.blumenau.sc.gov.br

**ALVARÁ - 2021**  
Alvará de Localização e Instalação

CONCEDIDO A <b>ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - EPP</b>		CMC 73992
NATUREZA JURÍDICA 2062 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA		ÁREA UTILIZADA (m²) 20
PARA ESTABELECEER NA RUA PEROLA DO VALE, 55, PARCELA 05 - ALBGRAF, ITROUPAVA CENTRAL, 89062-212		
ATIVIDADE PRINCIPAL CNAE: 1741-9/01 - FABRICAÇÃO DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS, <b>SD</b>		
DATA DE EMISSÃO: 04/05/2021		VÁLIDO ATÉ: 30/04/2022
ATIVIDADE SECUNDÁRIA CNAE: 4647-8/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA, <b>SD</b> CNAE: 1813-0/99 - IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA OUTROS USOS, <b>SD</b> CNAE: 1741-9/02 - FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE PAPEL, CARTOLINA, PAPEL-CARTÃO E PAPELÃO ONDULADO PARA USO INDUSTRIAL, COMERCIAL E DE ESCRITÓRIO, EXCETO FORMULÁRIO CONTÍNUO, <b>SD</b> CNAE: 1813-0/01 - IMPRESSÃO DE MATERIAL PARA USO PUBLICITÁRIO, <b>SD</b>		
Tipo da empresa MATRIZ	CNPJ 05.665.084/0001-04	REGIME DE TRIBUTAÇÃO Simples Nacional
		INÍCIO DA ATIVIDADE 18/05/2017
OBRIGATÓRIA A FIXAÇÃO DO ALVARÁ EM LOCAL VISÍVEL.		DATA DO PAGAMENTO DA TAXA DE LICENÇA: 28/04/2021

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO: 661bc2a86f05A5

**DOCUMENTO VÁLIDO PARA FUNCIONAR SE ATENDIDOS OS DISPOSITIVOS LEGAIS**

1. Lei Estadual N° 16.157/2013 e Decreto Estadual N° 1.957/2013.
2. Lei complementar municipal N° 751/2010 - Código de Zoneamento, uso e ocupação do Solo
3. Lei Municipal N° 2.047/1974 - Código de Posturas Municipais.
4. Lei Complementar Municipal N° 84/1995 - Código Municipal de Saúde.
5. Lei Complementar Municipal N° 747/2010 - Código Municipal de Meio Ambiente

*Handwritten signature*

SIGLAS		
AF = Atendimento/Funcionários	CT = Centro de treinamento	PD = Centro de processamento de dados
AL = Almoxarifado	DE = Depósito Fechado	PE = Ponto de exposição
AT = Antena de transmissão	EA = Escritório administrativo	SD = Sede
CB = Unidade de abastecimento de combustíveis	GM = Garagem	UA = Unidade de atendimento avançada
CE = Caixa eletrônico	OF = Oficina de reparação	UE = Unidades de ensino

*Handwritten signature*



Secretaria da Fazenda  
Diretoria de Receita

**Gerência de Cobrança**

[www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br)

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

**Nome:** ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - EPP

**CPF/CNPJ:** 05.665.084/0001-04

**CMC:** 73992

**Endereço:** PEROLA DO VALE 55, PARCELA 05 - ALBGRAF, ITROUPAVA CENTRAL, BLUMENAU - SC, CEP 89062-212

Para fins de LICITAÇÃO.

Certificamos, nos termos do Artigo 2º do Decreto Nº 9.101 de 29/01/2010, que inexistente débito impeditivo para a expedição desta Certidão em nome do contribuinte acima identificado, ressalvado ao Município de Blumenau o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser apurada.

A presente Certidão Negativa de Débito, tem validade pelo prazo de 180 (Cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição. Esta certidão refere-se a débitos municipais.

**Número de Certidão:** 90115506212

**Assinatura Digital:** DDEA0FBC62745CB9592C2CC716E4C1DC

**Data/Hora Emissão:** 30/06/2021 16:21:15

**Data Validade:** 27/12/2021

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço <http://www.blumenau.sc.gov.br/cidadao>





Secretaria da Fazenda  
Diretoria de Receita

Gerência de Cobrança

[www.blumenau.sc.gov.br](http://www.blumenau.sc.gov.br)

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Requerente: ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA - EPP (05.665.084/0001-04)

Nº Cadastro: 119924

Insc. 2.5.04.0001.1000.001

Municipal:

Endereço: PEROLA DO VALE 55, PARCELA 05 - ALBGRAF, ITROUPAVA CENTRAL, BLUMENAU - SC, CEP 89062-212

Para fins de LICITAÇÃO.

Certificamos, nos termos do Artigo 5º do Decreto Nº 9.101 de 29/01/2010, que inexistente débito impeditivo para a expedição desta Certidão referente ao imóvel acima identificado, ressalvado ao Município de Blumenau o direito de cobrar qualquer importância que venha a ser apurada.

A presente Certidão Negativa de Débito, tem validade pelo prazo de 180 (Cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição. Esta certidão refere-se a débitos municipais.

Número de Certidão: 90116106218

Assinatura Digital: E283CF51EB29FFCB4DB3F0BF68A76A26

Data/Hora Emissão: 30/06/2021 16:24:01

Data Validade: 27/12/2021

Atenção: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço <http://www.blumenau.sc.gov.br/cidadao>



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS**

Nome (razão social): **ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA**  
CNPJ/CPF: **05.665.084/0001-04**

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**  
Número da certidão: **210140128018655**  
Data de emissão: **13/09/2021 14:59:12**  
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei n 15.510/11.): **12/11/2021**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA**  
**CNPJ: 05.665.084/0001-04**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:41:46 do dia 30/06/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 27/12/2021.

Código de controle da certidão: **FA47.3995.A120.9F50**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**CERTIDÃO FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº: 1031272**

À vista dos registros constantes no **sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição** do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:

**NOME: ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA**

Raiz do CNPJ: 05.665.084

Certidão emitida às 08:50 de 27/08/2021.

**OBSERVAÇÕES**

- 1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão.
- 2) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial;
- 3) Foram considerados os normativos do CNJ;
- 4) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- 5) Esta certidão abrange os processos dos Juizados Especiais e das Turmas Recursais;

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>





27/08/2021

0011426300

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Blumenau

**CERTIDÃO**  
**FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

CERTIDÃO Nº: 8727001

FOLHA: 1/1

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Blumenau, com distribuição anterior à data de 07/06/2021, verificou-se **NADA CONSTAR** em nome de:

**ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA, portador do CNPJ: 05.665.084/0001-04. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Blumenau, sexta-feira, 27 de agosto de 2021.

PEDIDO Nº:

0011426300



### ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Vimos por meio desta atestar que a empresa ALBGRAF FORMULARIOS CONTÍNUOS LTDA, sob CNPJ nº 05.665.084/0001-04, faz parte do quadro de fornecedores da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ - SC, sob CNPJ: 83.102.764/0001-15**, atendendo a parte de impressos de Formulário Contínuo, Blocos entre outros impressos.

Atestamos ainda, que os materiais/mercadorias, foram entregues corretamente e em dia estipulado, conforme cronograma estabelecido por esta empresa. As mercadorias foram de qualidade satisfatória, suprimdo as nossas necessidades.

Blumenau, 16 de Setembro de 2020

Sem mais

EDIO FRANKENBERGER  
Mat. 63126  
Município de Timbó

Prefeitura Municipal de Timbó - SC  
83.102.764/0001-15  
**Édio Frankenger**  
Central de Compras e Orçamentos  
Fone: 47 3380 7049




## ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Vimos por meio desta atestar que a empresa ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTINUOS LTDA. sob CNPJ nº 05.665.084/0001-04, faz parte do quadro de fornecedores do MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS - PR, sob CNPJ: 76.995.323/0001-24, atendendo toda a parte de impressos gráficos.

Atestamos ainda, que os materiais/mercadorias foram entregues corretamente e em dia estipulado, conforme cronograma estabelecido por esta empresa. As mercadorias foram de qualidade satisfatória, suprimindo as nossas necessidades.

Sem mais.

Mariópolis, 11 de Janeiro de 2021.

  
Francisco Valdomiro Bueno  
Divisão de Compras e Licitações







IMBILIDADE

IMPRESSOS DE SEGURANÇA

Sem ASSINATURA

Conta não

**PROPOSTA COMERCIAL**

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI – PR

Apresentamos nossa proposta para prestação dos serviços objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº 131/2021 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

**1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

RAZÃO SOCIAL: Contiplan Tecnologia Gráfica Ltda. - EPP

CNPJ: 66.605.734/0001-02.

ENDEREÇO: Rua Francisco Hurtado, 431, Água Funda, S.Paulo/SP - Cep: 04156-040

Nº: FONE: (11) 2107 5507, FAX: (11) 2107 5504 - E-mail: licitacao@contiplan.com.br

Representante Legal: Sr. Luiz Cesar Affonso Alves – RG: 10.827.147-X – SSP/SP – CPF: 029.853.318-97

Conta corrente: BANCO: Brasil, Ag.: 0300-X - Conta corrente nº: 594.133-8

**2. PROPOSTA**

ITEM	Quant.	Descrição	Unid.	Valor Unitário	Valor total
1	40	NOTA FISCAL DE PRODUTOR: TAMANHO- 240 X 280 MMCORES: 1 X OPAPÉL: AUTOCOPIATIVO QUANTIDADE DE VIAS: 05CAIXA CONTENDO 500 UNIDADES.	Caixa	R\$ 315,00	R\$ 12.600,00

Valor total da proposta R\$ 12.600,00 (doze mil e seiscentos reais)

**3. CONDIÇÕES GERAIS**

3.1. A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação. VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

São Paulo, 21 de setembro de 2021.

Luiz Cesar Affonso Alves  
Rep. Legal / RG: 10.827.147-X

66.605.734/0001-02

CONTIPLAN TECNOLOGIA  
GRÁFICA LTDA - EPP

Rua Francisco Hurtado, 431 Terreo  
Água Funda - CEP: 04156-040  
SÃO PAULO - SP



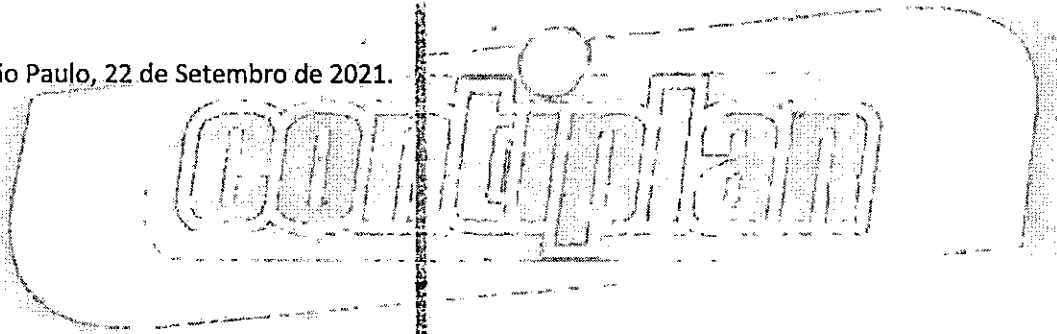


IMPRESSOS DE SEGURANÇA

## DECLARAÇÃO

Contiplan Tecnologia Gráfica Ltda EPP CNPJ sob nº 66.605.734/0001-02, com à Rua Francisco Hurtado 431 – Água Funda – São Paulo/SP – CEP: 04156-040, DECLARO(AMOS) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão, que estou (amos) sob o regime de EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006.

São Paulo, 22 de Setembro de 2021.



66.605.734/0001-02

CONTIPLAN TECNOLOGIA  
GRÁFICA LTDA - EPP

Rua Francisco Hurtado, 431 Terceiro  
Água Funda - CEP: 04156-040  
SÃO PAULO - SP

Luiz Cesar Affonso Alves  
Representante Comercial

CPF: 029.853.318-97 / RG: 10.827.147-X

**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

Fig. 1

**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

**Instrumento de Alteração e Consolidação Contratual de sociedade empresaria, sob o tipo juridico de sociedade limitada, nos termos da Lei nr. 10.406 de 10/01/2002 -**

C.N.P.J. Nº 66.605.734/0001-02  
NIRE Nº 35.210.295.343 de 19/07/1991

**Alteração nr. 010**

Pelo presente instrumento particular, de alteração e consolidação contratual, de sociedade empresária, sob o tipo jurídico de sociedade limitada, nos termos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, sob a égide dos termos e propósito que lhes autoriza a ordem legal – jurídica e contratual societária, os abaixo assinados:

**Sr. GELSON KAZUYUKI TOMITA**, brasileiro, divorciado, nascido em 11/08/1965, natural de São Caetano do Sul - Estado de São Paulo, empresário, portador do RG. 11.900.534-7- SSP-SP e CPF nº. 092.212.668-26, com domicílio fiscal a Rua Francisco Hurtado, 431 - Água Funda - Município de São Paulo - SP - CEP - 04156-040 e **Sra. MARIA DE FÁTIMA HENRIQUES CABRAL SILVA**, brasileira, casada sob o regime da Comunhão Parcial de Bens na vigência da Lei nº 6.515/77, empresária, nascida aos 03/06/1965, na cidade de São Paulo - SP, portadora do RG 8.132.785 SSP - SP e CPF No. 063.319.938-94, com domicílio fiscal à Rua Francisco Hurtado, 431 - CEP 04156-040 no município de São Paulo - Estado de São Paulo.

Únicos sócios administradores, da sociedade empresária, sob o tipo jurídico de sociedade limitada, nos termos da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que gira sob a denominação social **"CONTIPLAN FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA"**, com sede social a **RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 302 - município de PIEDADE - SP, CEP 18170-000**, com exploração do ramo de atividade de: Escritório Comercial da Produção de Formulários Contínuos, ou seja a preparação de documentos e serviços especializados de apoio Administrativo, tais como o serviço de preparo de Documentos, Serviços de digitação de textos, serviços de preenchimentos de formulários, serviços de transcrição de documentos, com o fim específico de *produção de formulários contínuos*, impressos ou não, *indústria de artes gráficas em geral, comércio de suprimentos para informática*, Comércio varejista de Formulários contínuos para informática, exceto pré-impressos, a *prestação de serviços de fotolito e arte final*, ou seja, Serviços de Pré-Impressão, que compreende a Clicheria, litotipo, e fotocomposição, a composição / tratamento de texto e imagem em geral, bem como a confecção de provas de impressão, os serviços gráficos de pré-impressão, em geral, devidamente classificadas no Concla-CNAE - Fiscal sob nr 8219-9/99, devidamente inscrita na Receita Federal do Brasil sob o C.N.E.J. nr. 66.605.734/0001-02, e *filial 0002 - a RUA FRANCISCO HURTADO, 431 - Água Funda - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO - CEP - 04156-040*, com exploração do ramo de atividade de: 2.1 - Produção de Formulários

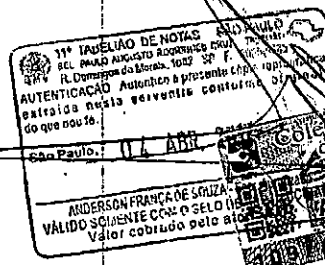
Vistos->  
Advogado

## Sócios

~~Testemunhas~~

Contador

Antonio Zallocco Neto  
RG 8.289.033-X SSP SP



**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

Fls 2

Contínuos, impressos ou não, devidamente classificadas no Concla-CNAE - Fiscal sob nr.1741-9/01 - Serviços de Pré-impressão, que compreende a Clicheria, linotipo, e fotocomposição, a composição, o tratamento de texto e imagem em geral, bem como a confecção de provas de impressão; os serviços gráficos de pré-impressão, em geral, devidamente classificadas no Concla-CNAE - Fiscal sob nr 1821-100, e - Serviços de Impressão de materiais gráficos diversos para escritórios e impressos sob encomenda, inclusive, suprimentos de Informática, devidamente classificados no Concla-CNAE - Fiscal sob nr 4751-2/00, FILIAL também inscrita na Receita Federal do Brasil no C.N.P.J. sob nr. 66.605.734/0002-93 e registro na JUCESP NIRE sob nr. 359.01587485 de 02/02/1994, com Contrato Social devidamente registrado na JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) sob NIRE nr 352.102.95341 de 19/07/1991, e Instrumentos de Alteração Contratual também devidamente registrados na JUCESP alteração nr 01 sob nr 14011/94-3 DE 02/02/1994, alteração nr 02 sob nr. 68.246/94-8 em 20/05/1994, alteração nr 03 sob nr 88.585/95-5 de 05/06/1995, alteração nr 04 sob nr. 59.465/00-1 de 11/04/2000, alteração nr 05 sob nr. 87.399/02-7 de 17/07/2002, alteração nr 06 sob nr. 224.022/02-8 de 25/10/2002, alteração nr 07 sob nr. 3.377/04-0 de 08/01/2004, alteração nr 08 e Consolidação de Contrato Social sob nr. 157674/08-3 de 11/07/2008, alteração nr 09 de Contrato Social sob nr. 43.966/09-3 de 10/02/2009, devidamente inscrita na Receita Federal do Brasil, sob o C.N.P.J. sob nr. 66.605.734/0001-02, com Capital Social totalmente integralizado em moeda corrente do país, no valor de de R\$ 150.000.00 (cento e cinquenta mil reais), resolvem, de comum acordo, por mútuo consenso, alterar o Ato Constitutivo e suas alterações posteriores, nos termos e condições, com base nas exigências da Lei 10.406 de 10/01/2002, artigo 2.031; da Sociedade Limitada e dos artigos que regem a sociedade, "Código Civil", inclusive, subsidiariamente, portanto, de forma suplementar ao que dispõe a legislação que trata deste tipo e forma de Sociedade, também terá aplicação o que dispõe a Lei - 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (c./ alterações pelas Leis - 9.457 de 5 de maio de 1997 c./ 10.303 de 31 de outubro de 2001), para pautar aquelas disposições e ajustes contratuais expressos, tudo conforme segue, o que fazem mediante as condições e cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira (1.ª):** - Os Sócios resolvem alterar a Denominação Social da sociedade gira sob a denominação social "CONTIPLAN Formulários Contínuos Ltda - ME", para "CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP", sendo que com esta alteração a partir desta data, e através deste Instrumento de alteração de Sociedade Empresaria sob o tipo jurídico de sociedade limitada, nos termos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; continuará como optante e enquadrada no Regime de Microempresa, SIMPLES NACIONAL, de acordo com as disposições legais, com a opção pelo estatuto da Microempresa, conforme o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples), regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às pessoas jurídicas consideradas como microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), nos termos definidos na Lei nº 9.317, de 1996, e alterações posteriores, Lei 9.841/99, nos termos da Lei Complementar nr 123 de 14 de dezembro de 2006, SIMPLES NACIONAL, e alterações posteriores, e seus respectivos artigos, estabelecido em cumprimento ao que determina o disposto.

**Cláusula Segunda (2.ª):** - É nesta data também alterada a Atividade da sociedade empresaria que passa para a exploração do ramo de atividade de:

**Atividade Principal:**

- Impressão de Material para uso Industrial, Comercial e Publicitário - CNAE - Fiscal sob nr. 1813-0/99;

**Atividades Secundárias:**

- Impressão de Material de Segurança, Impressão de Cartões Magnéticos Gravados ou não, sob encomenda e com suporte de qualquer material CNAE-Fiscal sob nr 1812-

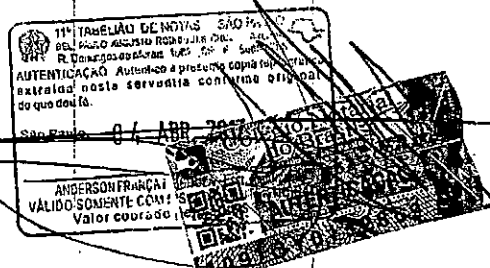
Vistos ->  
Advogado

Sócios

Testemunhas

Contador

Antonio Zallocco Neto  
RG 8.289.033-X SSP SP



**CONTOPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

Fls 3

1/00; - Produção de Formulários Contínuos, impressos ou não, devidamente classificadas no CNAE - Fiscal sob nr 1741-9/01; - Serviços de Pré-impressão, Clicheria, linotipo, e fotocomposição, tratamento de texto e imagem em geral, bem como a confecção de provas de impressão, os serviços gráficos de pré-impressão, em geral - CNAE - Fiscal sob nr 1821-1/00; - Serviços de Microfilmagem devidamente classificadas no CNAE-Fiscal sob nr. 74.20-0/05; - Serviços de Impressão de Selos, Etiquetas e Rótulos Adesivos classificadas no CNAE - Fiscal sob nr 1741-9/02; - Comercio de Materiais Gráficos diversos e suprimentos de Informática, classificadas no CNAE - Fiscal sob nr 4751-2/01; - Serviços de Impressão de materiais gráficos diversos para escritórios e impressos sob encomenda, inclusive, suprimentos de Informática, classificados no CNAE - Fiscal sob nr 4751-2/00 c; - Prestação de serviços de personalização, digitalização e codificação de documentos e dados variáveis, serviços de desenvolvimentos, implantação, gerenciamento e consultoria em Sistemas. Serviços de processamento e tratamento de texto e margem em geral, Armazenamento de Dados, Serviços de Apoio Técnico e Administrativo em geral, devidamente, classificadas no CNAE - Fiscal sob nr 8219-9/99.

**Cláusula Terceira (3.ª):** - Nesta data os sócios resolvem alterar o endereço da sede social da RUA MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 302 - município de PIEDADE - SP, CEP 18170-000, para a RUA FRANCISCO HURTADO, 431 - TERREO - Água Funda - MUNICIPIO DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO - CEP - 04156-040, devidamente registrado na JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) sob NIRE nr 352.102.95341 de 19/07/1991, e devidamente inscrita na Receita Federal do Brasil, sob o C.N.P.J. sob nr. 66.605.734/0001-02,

**Cláusula Quarta (4.ª):** - Os sócios resolvem a partir desta data encerrar as atividades da Filial, filial 0002 - com sede a RUA FRANCISCO HURTADO, 431 - Água Funda - MUNICIPIO DE SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO - CEP - 04156-040, FILIAL está devidamente inscrita na Receita Federal do Brasil no C.N.P.J. sob nr. 66.605.734/0002-93 e registro na JUCESP NIRE sob nr. 359.01587485 de 02/02/1994,

**Cláusula Quinta (5.ª):** - O Capital Social da sociedade que é no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) divididos em 150.000 (cento e cinquenta mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma totalmente subscrita e integralizada em moeda corrente do país, fica aumentado e alterado para R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) dividido em 300.000 (trezentos mil) cotas no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma totalmente subscrita e integralizada, com parte dos valores constantes da conta de reserva contábil referente ao Saldo disponível em 31/12/2015, de AFAC - Reserva para Futuro Aumento de Capital, no valor de R\$ 150.000,00 e assim distribuído aos sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	EM R\$
GELSON KAZUYUKI TOMITA	290.000	290.000,00
MARIA DE FÁTIMA HENRIQUES CABRAL SILVA	10.000	10.000,00
TOTAL	300.000	300.000,00

**Parágrafo - Primeiro (1.º)** - A responsabilidade dos Sócios é, na forma da disposição que contém as legislações civis, restritas ou limitadas ao valor e proporção de suas Quotas, bem como, limitada ao valor total do Capital Social integralizado e, ainda, àquela que venha ser constituída ou formada como esfera patrimonial em geral da Sociedade.

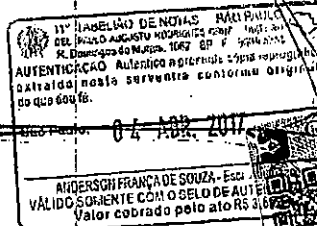
Vistos  
Advogado

Sócios

Testemunhas

Contador

Antonio Zallocco Neto  
RG 8.289.033-X SSP SP





**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

Fls 4

**Parágrafo - Segundo (2º.)** - A formalização das quitações em favor dos **Sócios** - **Contratantes** acerca do cumprimento respectivo destas obrigações que se destinam ao valor do **Capital Social**, e demais disposições, serão representadas respectivamente pela **assinatura** do presente instrumento, seguidas das formalizações que sejam próprias a cada qual das formas e modos contratados para integralização do **Capital Social**, razão pela qual as quitações serão de caráter recíproco entre os sócios.

**Parágrafo - Terceiro (3º.)** - Somente ocorrerá à responsabilidade pessoal e patrimonial dos **Sócios** quando se tratar de saldo relativo a perdas sociais, na forma do vigente Artigo - 1.023 do Código Civil, apuradas e indicadas sob a forma contábil própria e regular através de Balanço Especial ou Anual, portanto, aos limites de suas respectivas percentagens (%) de Quotas, prevalecendo em todos os demais casos, circunstâncias e formas o que dispõem os Artigos - 989; 1.023; 1.024 e 1.052, todos do Código Civil, complementar e subsidiariamente a intenção, vontade e disposição contratual - societária dos **Sócios** os que dispõem a Lei - 6.404 de 15 de dezembro de 1.976 (alterada p./ Lei - 9.457 de 5 de maio de 1997 e 10.303 de 31 de outubro de 2001).

**CONSOLIDAÇÃO**

*Por força das alterações e ocorrências acima descritas ou seja, Alteração da Denominação Social - Alteração de Atividades Econômicas - Encerramento de Filial - e Alteração do Endereço da Sede Social, as partes resolvem CONSOLIDAR, as cláusulas contratuais, para se adequar à LEI 10.406 DE 10/01/2002 do Novo Código Civil, e subsidiariamente portanto de forma complementar, aos dispositivos da Lei 6.404 de 15/12/1976, em conjunto c./ alterações pelas Leis - 9.457 de 5 de maio de 1997 e 10.303/2001, o respectivo contrato primitivo, que passam a vigorar com as seguintes redações; para conhecimento dos sócios.*

**Cláusula Primeira (1.ª):** - Por força da Lei 10.406 de 10/01/2002, nos termos do art. 966 "caput" e § único; art. 982, "caput"; e art. 2.031, passa a ser **sociedade empresária sob o tipo jurídico da sociedade limitada**, com o arquivamento deste ato no Registro Público de Empresas Mercantis e atividades afim, a cargo da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

**Cláusula Segunda (2.ª):** - A sociedade gira sob a denominação social "**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**".

**Cláusula Terceira (3.ª):** - A sociedade empresária tem seu endereço sede A RUA FRANCISCO HURTADO, 431 - TERREO - Água Funda - MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - SP - CEP - 04156-040, podendo estabelecer filiais e sucursais em qualquer ponto do território nacional, obedecendo as disposições legais e vigentes.

**Parágrafo Único:** A sociedade empresária explora o ramo de atividade devidamente classificada no CONCLA, conforme segue:

- Exploração do ramo de atividade principal de:  
Impressão de Material para uso Industrial, Comercial e Publicitário - CNAE - Fiscal sob nr. 1813-0/99;

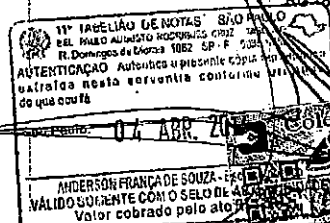
Viscos->  
Advogado

Sócios

Testemunhas

Contador

Antonio Zallocco Neto  
RG-8.289.033-X SSP SP



**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

Fls 5

- Exploração de atividades Secundárias de:  
Impressão de Material de Segurança, Impressão de Cartões Magnéticos Gravados ou não, sob encomenda e com suporte de qualquer material - CNAE - Fiscal sob nr 1812-1/00; Produção de Formulários, Cartões, Impressos ou não, devidamente classificadas no CNAE - Fiscal sob nr 1741-9/01; Serviços de Pré-impressão, Clicheria, linotipo, e fotocomposição, tratamento de texto e imagem em geral, bem como a confecção de provas de impressão, os serviços gráficos de pré-impressão, em geral - CNAE - Fiscal sob nr 1821-1/00; Serviços de Microfilmagem devidamente classificadas no CNAE - Fiscal sob nr 74.20-0/05; Serviços de Impressão de Rótulos e Adesivos classificadas no CNAE - Fiscal sob nr 1741-9/02; Comercio de Materiais Gráficos diversos e suprimentos de Informática, classificadas no CNAE - Fiscal sob nr 4751-2/01; Serviços de Impressão de materiais gráficos diversos para escritórios e impressos sob encomenda, inclusive, suprimentos de Informática, classificados no CNAE - Fiscal sob nr 4751-2/00; Prestação de serviços de personalização, digitalização e codificação de documentos e dados variáveis, serviços de desenvolvimentos, implantação, gerenciamento e consultoria em Sistemas. Serviços de processamento e tratamento de texto e margem em geral, Armazenamento de Dados, Serviços de Apoio Técnico e Administrativo em geral, devidamente, classificadas no CNAE - Fiscal sob nr 8219-9/99.

**Cláusula Quarta (4.ª):** - A sociedade tem por foro a comarca de **SAO PAULO - Capital** para dirimir a qualquer ação fundada neste instrumento particular, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por muito especial que seja.

**Cláusula Quinta (5.ª):** - O Capital Social da sociedade que é no valor de **R\$ 300.000,00** (trezentos mil reais) divididos em 300.000 (trezentos mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma totalmente subscrita e integralizada em moeda corrente do país na época, e também com parte dos valores constantes da conta de reserva contábil referente ao Saldo disponível em 31/12/2015, de AFAC - **Reserva para Futuro Aumento de Capital**, no valor de **R\$ 150.000,00** e assim distribuído aos sócios da seguinte forma:

SÓCIOS	QUOTAS	EM R\$
GELSON KAZUYUKI TOMITA	290.000	290.000,00
MARIA DE FÁTIMA HENRIQUES CABRAL SILVA	10.000	10.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>300.000</b>	<b>300.000,00</b>

**Parágrafo - Primeiro (1.º)** - A responsabilidade dos Sócios é, na forma da disposição que contém as legislações civis, restritas ou limitadas ao valor e proporção de suas Quotas, bem como, limitada ao valor total do Capital Social integralizado e, ainda, àquela que venha ser constituída ou formada como esfera patrimonial em geral da Sociedade.

**Parágrafo - Segundo (2.º)** - A formalização das quitações em favor dos Sócios - Contratantes acerca do cumprimento respectivo destas obrigações que se destinam ao valor do Capital Social, e demais disposições, serão representadas respectivamente pela assinatura do presente Instrumento, seguidas das formalizações que sejam próprias a cada qual das formas e modos contratados para integralização do Capital Social, razão pela qual as quitações serão de caráter recíproco entre os sócios.

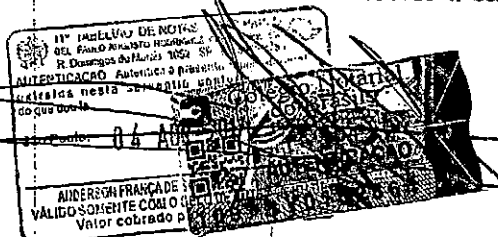
Vistos ->  
Advogado

Sócios

Testemunhas

Contador

Antonio Zallocco Neto  
RG 8.289.033-X SSP SP



**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

Fls 6

**Parágrafo - Terceiro (3º.)** - Somente ocorrerá a responsabilidade pessoal e patrimonial dos **Sócios** quando se tratar de saldo relativo a perdas sociais, na forma do vigente Artigo - 1.023 do Código Civil, apuradas e indicadas sob a forma contábil própria e regular através de Balanço Especial ou Anual, portanto, aos limites de suas respectivas percentagens (%) de Quotas, prevalecendo em todos os demais casos, circunstâncias e formas o que dispõem os Artigos - 989; 1.023; 1.024 e 1.052, todos do Código Civil, complementar e subsidiariamente a intenção, vontade e disposição contratual - societária dos **Sócios** os que dispõem a Lei - 6.404 de 15 de dezembro de 1.976 (alterada p./ Lei - 9.457 de 5 de maio de 1997 e 10.303 de 31 de outubro de 2001).

**Cláusula Sexta (6ª):** - O valor do Capital Social a qualquer tempo poderá ser aumentado, sem que haja restrições de vezes e valores, salvo quando houver restrição imposta por Legislação que se aplique ao caso ou literal disposição dos **Sócios** neste sentido ou finalidade. Podendo para tanto, utilizarem os **Sócios** da criação de partes novas, remanejamento de valores contabilizados, desde que não haja restrição ou impedimento de ordem contábil, fiscal e normativa, dinheiros e papéis descontados, créditos e direitos possuidores de liquidez apurados ou por apurar, títulos e papéis emitidos pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, Títulos da Dívida Pública, Ações, Debêntures, Bens Imóveis, parte ou totalidade das reservas da **Sociedade**, incluindo-se, Juros e Correção de Capital próprio previsto em Balanço, conversão de parte do passivo - créditos e direitos líquidos, mediante deliberação daquele (s) **Sócio** (s) que represente (m) a maioria absoluta do Capital Social da **Sociedade**, sendo obrigatória a justificativa formal e técnica, sempre por parte daquele **Sócio** que assim o desejar.

**Parágrafo - Primeiro (1º.)** - O aumento, diminuição ou redução, do valor do Capital do Social, quando sugerido ou reivindicado por qualquer dos **Sócios**, exceto o **Sócio - Administrador**, deverá ser formalizado através de indicação expressa em Reunião Especial de **Sócios**, a qual deverão conter a justificativa, motivo e fundamento para o aumento, assim como o meio e forma a ser utilizada para que haja o aumento indicado, ficando adstrita esta forma a quaisquer das hipóteses indicadas pela Cláusula acima, devendo o (s) **Sócio** (s) conhecerem, votarem e deliberarem pela aprovação do aumento de Capital Social proposto.

**Parágrafo - Segundo (2º.)** - Portanto as modificações inerentes ao Capital Social, incluindo-se, aumento ou diminuição de seu valor, serão sempre oriundas de deliberações, portanto, decisões que se verifique em Reuniões Especiais ou Regulares de **Sócios**, assim como através de Assembleias de **Sócios**, quando for o caso, as quais serão convocadas, realizadas e executadas, sempre de conformidade com o disposto na deliberação dos **Sócios** que representa a maioria do Capital Social da **Sociedade**, assim como ao que dispõe a Seção VI, artigos - 1.081 a 1.084 do Código Civil.

**Parágrafo - Terceiro (3º.)** - Quando possuir a **Sociedade** apenas dois (2) únicos **Sócios**, não obstante aos termos das "deliberações dos sócios", os quais serão aplicados naquilo que couber ou for adequado a esta circunstância e quantidade ou número de **Sócios**, em lugar da votação e deliberação pelos **Sócios** que venham a representar a maioria do Capital Social da **Sociedade**, fará a pessoa do **Sócio - Administrador** dentro de suas atividades e obrigações, uma "Carta Informativa", expondo e justificando a necessidade de que haja aumento ou diminuição do valor do Capital Social.

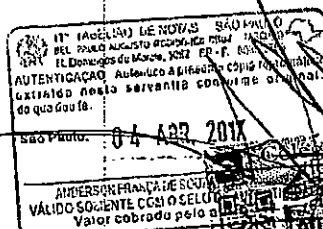
Vistos ->  
Advogado

Sócios

Testemunhas

Contador

Antonio Zallocco Neto  
RG 8.289.033-X SSP SP



**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

Fls 7

**Cláusula Sétima (7.ª)** - Ainda, quando possuir a **Sociedade** apenas dois (2) únicos Sócios e, sendo diversa a quantidade ou percentual (%) de Quotas que respectivamente possuem em relação à **Sociedade** e ao seu Capital Social, deverá a solicitação ou indicação para que haja aumento ou diminuição do valor do Capital Social ser encaminhada para conhecimento, apreciação e manifestação à pessoa do **Sócio - Administrador**, o qual deverá oferecer expressamente a sua posição, justificando e fundamentado na, quer para os fins de aumento ou diminuição do valor do Capital Social. Todavia, quando a sugestão ou indicação for efetuada pelo **Sócio - Administrador**, deverá tal providência ser acompanhada desta providência expressa, ou seja, "Carta Informativa", para deliberação do **Sócio - Proprietário** existente. Sendo, que em caso de discordância por parte do **Sócio - Proprietário**, deverá este, providenciar trabalho técnico de caráter específico, que indique a inviabilidade, incorreção e demais acerca da providência sugerida ou indicada pelo **Sócio - Administrador**, cabendo neste caso, ser colhida a manifestação daquele que seja o Profissional responsável pela contabilidade da **Sociedade**, o qual tecnicamente deverá referendar a sugestão ou indicação efetuada pelo **Sócio - Administrador**, ou ainda, anuir o trabalho técnico impugnativo, restando obrigatório ao **Sócio - Administrador** e/ou **Sócio - Proprietário** impugnador, acolherem a manifestação oferecida pelo responsável - contábil, salvo quando qualquer deles optar pela retirada da **Sociedade**, mantendo a sua discordância, que será desde logo considerada como rompimento da afinidade entre Sócios.

**Cláusula Oitava (8.ª)** - As Quotas Societárias que representam de forma respectiva e percentualmente é de caráter inalienável e indivisível em relação à **Sociedade**, não podendo ser objeto de qualquer tipo de constrição legal, ou ainda, ser oneradas, caucionadas, ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo quando se tratar da hipótese de mera transferência em favor de condomínios de quotas quando reivindicada pelo condomínio - titular deste direito, ou ainda, em favor do Espólio do **Sócio** - "pré-morto", representado por seu Inventariante legal e regularmente constituído, assim como para os fins de alienação junto a Terceiros e também entre os Sócios.

**Parágrafo Primeiro (1.º)** - Declara os sócios administradores, que as cotas sociais, ficam em caráter, de impenhorabilidade, de acordo com o artigo 649, I do Código de Processo Civil Brasileiro, vigente.

**Parágrafo Segundo (2.º)** - As Quotas Societárias não serão objeto de arrolamentos judiciais, para os fins de partilha em Feitos Judiciais que se destine a colocar termo em sociedade conjugal, independentemente de qual seja o regime da comunhão - casamento, cabendo nestes casos ou hipóteses ser arrolado única e tão somente o valor ou preço destas Quotas Societárias, para os fins de compensação ou cálculo de valores em partilha de bens, ou seja, somente poderá nesta hipótese serem consideradas as Quotas Societárias como valor pecuniário a ser partilhado ou arrolado, não gerando nenhum efeito ou direito no campo da transferência ou ingresso de Terceiros em geral favorecido com o arrolamento, partilha ou valor das Quotas Societárias.

**Parágrafo Terceiro (3.º)** - O Espólio, Herdeiros, Sucessores, Cônjuge - Supérstite e Ex-cônjuges, ainda, que em trâmite a dissolução conjugal ou divórcio, não poderá desde logo exigir a parte que lhe couber na Quota Societária, muito menos, ingressar na **Sociedade**, sendo-lhes apenas de direito à parte do lucro social quando houver, até que se resolva a questão relativa as Quotas., conforme dispõe o vigente Artigo - 980 do Código Civil.

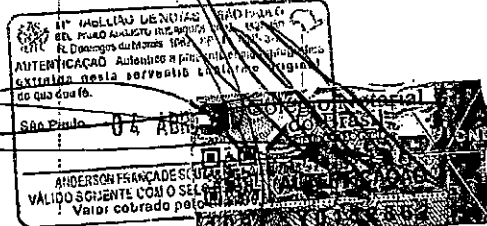
Vistos ->  
Advogado

Sócios

Testemunhas

Contador

Antonio Zallocco Neto  
RG 8.289.033-X SSP SP





**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

Fls 8

**Parágrafo Quarto (4.º)** - No caso de um dos sócios desejar retirar-se da sociedade, deverá notificar o outro, e/ou os demais sócios remanescentes, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, e seus haveres, apurados em balanço especial, serão reembolsados em 100 (cem prestações iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira após 60 (sessenta) dias da data do balanço especial).

**Parágrafo Quinto (5.º)** - Os meios admitidos para que se verifique o preço ou o valor próprio das Quotas Societárias, serão:

- Perícia Técnica Contábil e de Avaliação de Ativos - Carteira de Clientes,
- Arbitragem profissional composta por contador, auditor economista, advogado.
- Perícia Técnica de avaliação de Bens Imóveis.

**Parágrafo Sexto (6.º)** - Uma vez conhecido o valor ou preço das quotas nos termos dos parágrafos, desta Cláusula Oitava, cumpre ao(s) Sócio(s) Adquirente(s), iniciarem o pagamento e a integralização do valor ou preço geral das quotas conforme estipula a Carta - notificação formulada pelo Sócio Alienante, cedente ou transferidor, conforme parágrafo 3.º desta Cláusula oitava.

**Cláusula Nona (9.ª)** - Somente é autorizada a utilização ou emprego da Sociedade à pessoa do Sócio - Administrador, o qual isoladamente fará uso da Sociedade, ou ainda, emprego da Pessoa Jurídica (Razão Social), em negócios que digam respeito à própria Sociedade. Desta forma, é vedado aos Sócios exceto aquele que exerça a função de Sócio - Administrador, agir, empregar e utilizar isoladamente a Sociedade, devendo ser observada a ordem de poderes e atributos que para solução e procedimentos à frente da Sociedade são reservados e outorgados à Pessoa do Sócio - Administrador.

**Parágrafo Primeiro (1.º)** - A Sociedade será administrada e gerida única e exclusivamente pelas pessoas dos Sócios - Administradores, no caso ao Sr. GELSON KAZUYUKI TOMITA, administrador - sócio e interina e transitoriamente em seus impedimentos a Sra. MARIA DE FÁTIMA HENRIQUES CABRAL, administradora - sócia, cuja administração será individualmente ou em conjunto, e por tempo indeterminado ou que vigor a Sociedade, cabendo-lhe enquanto Sócio(s) - Administrador(es) no exercício de suas atividades e função à frente da Sociedade, zelar pelos interesses e direitos da Sociedade, observando a ordem legal - normativa em geral e contratual - societária, especialmente aquelas inerentes ao cargo ou atividade de Sócio (a) - Administrador (a) da Sociedade, conforme prevê o Artigo - 1.011, "caput" e parágrafo - Segundo (2º), Parágrafo - Segundo (2º) do Artigo - 1.013, combinado com o Artigo - 653 e seguintes, todos do "Código Civil".

**Parágrafo - Segundo (2º)** - A pessoa do Sócio (a) - Administrador (a), responderá solidariamente perante a Sociedade e Terceiros, quando sejam estes prejudicados em razão de seu desempenho no exercício destas funções ou cargo sob comprovada culpa.

**Parágrafo - Terceiro (3º)** - O Sócio - Administrador, é investido no cargo, assim como quando for necessário o seu Substituto, independentemente de caução ou de qualquer outra garantia em favor da Sociedade.

**Parágrafo - Quarto (4.º)** - Os administradores declaram não estarem impedidos por Lei, e para todos os efeitos legais, nos termos da lei de exercerem as atividades que lhes competem neste instrumento, em virtude de condenação

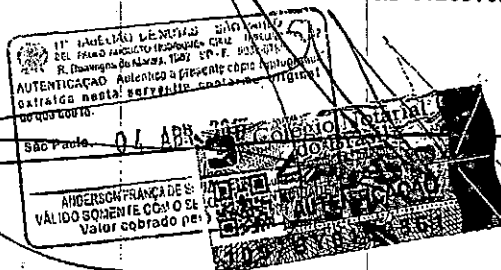
Vistos ->  
Advogado

Sócios

Testemunhas

Contador

Antonio Zallocco Neto  
RG 8.289.033-X SSP SP



## F1s 9

de, de lesa de, de concurrencia, a

**uinto (5.º)** - A utilização ou direito privado é expressamen

texto (6.º) - A vedação em te

**Setimo (7.º) - Aos administradores**

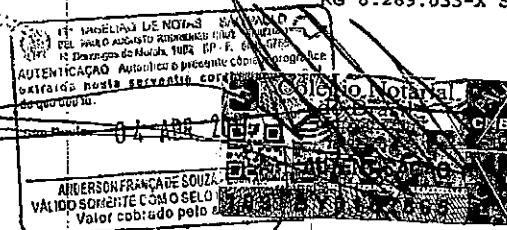
**vo (8.º):** - Para nomear pro

0.ª) - A sociedade remunerar

Primeiro (11.ª) - De acordo com

**Dividendo** - A distribuição de lucros

Antonio Zallocco Neto  
RG 8.289.033-X SSP SP



**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

Fls 10

**Cláusula Décima Segunda (12.ª)** - A Sociedade embora constituída, portanto, contratada originariamente para vigor sob a forma e o regime de uma **Sociedade Empresarial - Limitada**, possuindo como fonte subsidiária de aplicação o que dispõe a Lei - 6.404 de 15 de dezembro de 1976, c/ alterações através das Leis - 9.457 de 5 de maio de 1997 e 10.303 de 31 de outubro de 2001, poderá, mediante a deliberação do (s) Sócio (s) que detenha (m) a maioria do percentual relativo ao Capital Social, transformar-se em qualquer outro tipo, forma e regime de **Sociedade**. Devendo esta deliberação decorrer de Reunião Especial de Sócios.

**Cláusula Décima Terceira (13.ª)** - Para o exercício da função e cargo de **Sócios - Administradores**, declaram as pessoas dos Srs: **GELSON KAZUYUKI TOMITA, administrador - sócio** e a Sra. **MARIA DE FÁTIMA HENRIQUES CABRAL SILVA, administradora - sócia** desde logo através da presente, que não é pessoa impedida por Lei Especial, ou ainda, condenado através de regular processo judicial - criminal, cuja pena vede ou impeça, ainda, que temporariamente acesso a Cargos Públicos, Direção e Presidência de Instituições Financeiras, bem como, declara para exercício da Gerência e Administração da **Sociedade**, que não responde ou se encontram sob condenação em Processos Judiciais por crimes Falimentares, contra a Economia Popular, contra as Relações e Direitos do Consumidor, contra a Ordem Tributária e a Previdência Social, contra as Normas de Defesa da Concorrência, contra a Fé Pública ou Propriedade, ou ainda, qualquer outro assemelhado ou indicado pelo vigente Artigo - 1.011, Parágrafo - Primeiro (1.º), do Código Civil.

**Cláusula Décima Quarta (14.ª)** - A formalização, assim como a investidura dos **Sócios**: ao Sr. **GELSON KAZUYUKI TOMITA, administrador - sócio** e a Sra. **MARIA DE FÁTIMA HENRIQUES CABRAL SILVA, administradora - sócia**, ou ainda, de qualquer outro **Sócio** que venha exercer a Gerência ou Administração da **Sociedade**, ocorrerá inicialmente com o registro e arquivamento deste Contrato Social perante o Órgão competente : Junta Comercial do Estado de São Paulo ou qualquer de seus Escritórios Regionais, posteriormente com os registros e arquivamentos das respectivas Alterações.

**Cláusula Décima Quinta (15.ª)** - Dentre as funções e deveres que são inerentes ao cargo de **Sócio - Administrador da Sociedade**, poderá, ainda, o **Sócio - Administrador** ora regularmente nomeado e constituído pelo presente Instrumento - Contrato Social, inclusive, ao nível de Mandato de Procuração, Artigos - 653 e seguintes do Código Civil, praticar: **15.1.** - fazer realizar de forma regular, portanto, ainda que uma única vez durante do exercício fiscal - Reunião de Sócios, **15.2.** - convocar e fazer realizar, sempre que necessário e de conformidade com disposto na ordem Contratual Societária, Reuniões Especiais de Sócios; **15.3.** - as convocações e consequentes realizações de que tratam os itens - **15.1.** e **15.2.**, também se aplicam quando se tratar de Assembleia de Sócios, obedecendo-se às disposições que contém e faz a presente ordem Contratual - Societária e também a Norma - Legal que seja incidente, atualmente a Legislação Civil - Código Civil, incluindo-se, aquelas dispostas na Lei - 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (alterada p./ Lei - 9.457 de 5 de maio de 1997 e 10.303 de 31 de outubro de 2001) ; **15.4.** - Representará o **Sócio - Administrador da Sociedade** perante todos os Órgãos, Secretarias, Agências Reguladoras, Municipalidades, Autarquias, Instituições de Classe ou Segmento Econômico, dirigindo a estes, sempre que necessários os devidos requerimentos, impugnações, recursos administrativos, revisões e demais, tendo por objeto a defesa dos interesses e direitos da **Sociedade**; **15.5.** - Poderá o **Sócio - Administrador**, subscrever termos, declarações e outras, assim como receber notificações, autuações, intimações e demais, que sejam efetuadas ou endereçadas à **Sociedade** pelos Órgãos competentes; **15.6.** - poderá o **Sócio - Administrador**, firmar e ajustar contratos de locação e demais, que tenham por objeto a locação, cessão de espaço físico e demais, com vistas à instalação de unidades, escritórios, filiais e outras da **Sociedade**; e **15.7.** - poderá o **Sócio - Administrador** subscrever, firmar,

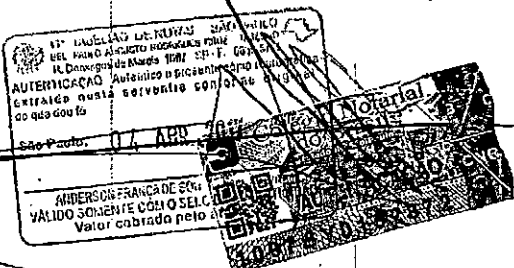
Vistos ->  
Advogado

Sócios

Testemunhas

Contador

Antonio Zallocco Neto  
RG 8.289.033-X SSP SP



**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

Fls 11

declarar e atestar, quer seja por instrumento particular ou público, situações e condições que sejam atinentes ou próprias das atividades que desenvolve ou pratica a **Sociedade**, para os fins em geral, incluindo-se, aqueles contábeis, fiscais, previdenciários.

**Parágrafo Primeiro (1.º)** - A convocação dos sócios para a reunião será mediante carta contra recibo, contendo o local, a data, a hora e os assuntos sobre os quais devam os sócios deliberar.

**Parágrafo Segundo (2.º)** - As deliberações sociais em reunião deverão atender ao quórum estabelecido na lei, e nos casos omissos, o quórum respeitado será o de titulares de mais da metade do capital social.

A sociedade por deliberação dos sócios poderá:

1. Transformar-se em outro tipo social;
2. Incorporar outra sociedade ou ser incorporada;
3. Fundir-se com outra sociedade;
4. Cindir-se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades, extinguindo-se se a versão for total, ou absorver patrimônio da sociedade cindida.

**Cláusula Décima Sexta (16.ª)** - Combinadas com as atividades que são inerentes ao cargo e função de **Sócio - Administrador** da Sociedade, itens: 15.1. a 15.7., poderá a pessoa do **Sócio - Administrador** em nome, portanto, representando a **Sociedade** receber como outorgada, Escrituras Públicas de: 16.1. - Dações em Pagamento; 16.2. - Confissões de Dívidas; 16.3. - Hipotecas em primeiro (1.º) e segundo grau; 16.4. - Compra e Venda de Bens Imóveis, 16.5. - Móveis e Ativos em geral; 16.6. - Cessões de Direitos e Créditos e 16.7. - Penhor Mercantil e de Ativos, podendo, ainda, pela via de Instrumentos Particulares Representar a Sociedade enquanto Contratante em todos os seus Negócios, Direitos e Interesses, os quais sejam assemelhados ou idênticos aos que são indicados nos itens: 16.1. a 16.7., incluindo-se, em ambas as vias e formas, ou seja, por Instrumento Particular ou Público, quando se tratar de Contratos onde se verifique o exercício de qualquer das atividades que possui a **Sociedade** enquanto Pessoa Jurídica de direito.

**Cláusula Décima Sétima (17.ª)** - Combinadas com as atividades que são inerentes ao cargo e função de **Sócio - Administrador** da Sociedade, Cláusula Décima Quinta (15.ª) itens 15.1 a 15.7, assim como aquelas que indica a Cláusula Décima Sexta (16.ª), itens: 16.1. a 16.7., poderá a pessoa do **Sócio - Administrador** em nome, portanto, representando a **Sociedade** receber como outorgada, Escrituras Públicas de: 17.1. - Dações em Pagamento; 17.2. - Confissões de Dívidas; 17.3. - Hipotecas em primeiro (1.º) e segundo grau; 17.4. - Compra e Venda de Bens Imóveis, 17.5. - Móveis e Ativos em geral; 17.6. - Cessões de Direitos e Créditos e 17.7. - Penhor Mercantil e de Ativos, podendo, ainda, pela via de Instrumentos Particulares Representar a Sociedade enquanto Contratante em todos os seus Negócios, Direitos e Interesses, os quais sejam assemelhados ou idênticos aos que são indicados nos itens: 16.1. a 16.7, incluindo-se, em ambas as vias e formas, ou seja, por Instrumento Particular ou Público, quando se tratar de Contratos onde se verifique o exercício de qualquer das atividades que possui a **Sociedade** enquanto Pessoa Jurídica de direito privado.

**Cláusula Décima Oitava (18.ª)** - Em razão da natureza e o caráter específico, que possui a **Sociedade** no campo da atividade de comércio e as demais descritas no preâmbulo deste instrumento, é, autorizado, portanto, conferido - outorgado à pessoa do **Sócio - Administrador da Sociedade**, representá-la na qualidade de Contratante - tomadora de recursos financeiros perante Instituições Financeiras e Bancárias em geral, inclusive, aquelas Internacionais, ou ainda, que se dedicam exclusivamente ao fomento financeiro da

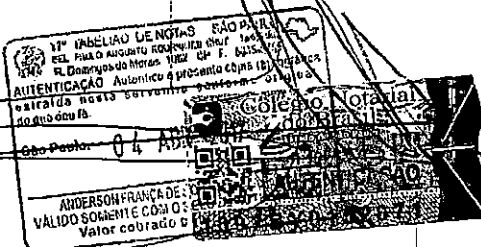
Vistos ->  
Advogado

Sócios

Testemunhas

Contador

Antonio Zallocco Neto  
RG 8.289.033-X SSP SP





**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

Fls 12

atividade. Podendo para tanto a pessoa do **Sócio - Administrador** da **Sociedade** praticar ou fazer: **18.1.** - emitir cheques e assiná-los isoladamente dos demais Sócios; **18.2.** - emitir Títulos de Créditos em geral; **18.3.** - tanto endossar em geral junto a Títulos e Cártyulas de Créditos, inclusive, Cheques; **18.4.** - receber, transmitir e fazer circular Papéis de Comércio em geral; **18.5.** - oferecer declarações de recebimento, quitações, novações e renegociações; **18.6.** - firmar contratos para aberturas de contas correntes bancárias em geral; **18.7.** - firmar contratos para obtenção de recursos financeiros sob a forma de empréstimos e demais operações; **18.8.** - firmar contratos e ajustes com fim de aplicar recursos ou ativos pertencentes à **Sociedade**; **18.9.** - firmar contratos objetivando obter serviços de natureza e caráter bancário e financeiro em geral.

**Parágrafo - Único (...)** : Os poderes que são conferidos e outorgados ao **Sócio - Administrador** da **Sociedade**, não obstante serem estes poderes e autorizações adstritos aos limites e linhas gerais da atividade de Gerência e Administração da **Sociedade**, Cláusula - anterior, também seguirão e, ainda, serão dotados estes poderes e autorizações em termos de alcance, forma e caráter inerentes aos poderes, limites e obrigações que indica a conferência de Mandato e também daqueles em que se constitui as Procurações - "Ad-Negocia" em questões bancárias e mercantis.

**Cláusula Décima Nona (19.ª)** - Ocorrerá revogação dos poderes e autorizações que são conferidos ao **Sócio(s) - Administrador(es)**, quando de sua desconstituição, ou ainda, qualquer outra forma onde se verifique o não mais exercício da atividade de **Sócio(s) - Administrador(es)**, inclusive, quando se tratar de licenças, afastamentos e demais hipóteses. Sendo certo, que os atos praticados pelo **Sócio(s) - Administrador(es)** da **Sociedade** que não sejam contrários à ordem Contratual Societária, assim como não se constituam em excesso e inobservância das obrigações regulares e próprias das atividades de Gerência e Administração ou normativa e legalmente irregulares, serão ratificados e desde logo assumidos pela **Sociedade**, respondendo pessoalmente o **Sócio - Administrador** por aquelas onde houvera procedido contrária a ordem Contratual - Societária, bem como, não observado os ditames normativos - legais e também aqueles inerentes a sua função e cargo na **Sociedade**, indicadas pelo vigente Artigo - 1.011, Parágrafo - Primeiro (1.º), do Código Civil, quando qualquer destas restar reconhecida e declarada através do Feito Judicial competente.

**Cláusula Vigésima (20.ª)** - É vedado ao **Sócio-Administrador** se fazer substituir no exercício de sua função ou encargo de **Sócio-Administrador** da **Sociedade**. Todavia, nos limites dos poderes que lhe são conferidos, poderá o **Sócio-Administrador** constituir mandatários com poderes para defesa dos interesses, direitos e assessoria da **Sociedade**, especificando quais serão os poderes e atos que poderão praticar os outorgados - mandatários.

**Cláusula Vigésima Primeira (21.ª)** - O **Sócio-Administrador** da **Sociedade**, poderá alienar bens imóveis e móveis pertencentes à **Sociedade**, sem que haja a concordância ou anuência dos demais Sócios quando: **21.1.** - tratar-se de bem imóvel ou móvel, incluindo-se, ativos, quando forem estes bens recebidos pela **Sociedade** em pagamento de créditos que lhes pertença e **21.2.** - quando esta alienação de bens móveis, imóveis ou de ativos, pertencentes à **Sociedade** e cujo valor desta alienação não ultrapasse o importe correspondente ao valor do Capital Social na ocasião da alienação.

**Cláusula Vigésima Segunda (22.ª)** - O **Sócio-Administrador** prestará contas de seus atos, procedimentos e demais à **Sociedade** e aos demais Sócios, através de Balanços e Relatórios Anuais, onde fiquem expostas as situações patrimoniais, financeiras e econômicas da **Sociedade** sob sua administração e gerência. Cabendo, neste sentido,

Vistos ->  
Advogado

Sócios

Testemunhas

Contador

Antonio Zallocco Neto  
RG 8.289.033-X SSP SP



**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

Fls 13

portanto, sendo obrigatório, a pessoa do **Sócio - Administrador da Sociedade**, fazer seguir o Balanço, Relatórios e demais, daquelas que sejam as justificativas e esclarecimentos, para os fins de prestação de contas à **Sociedade** e aos demais **Sócios**.

**Parágrafo - Único:** Uma vez que ocorra por parte do **Sócio - Administrador** a prestação de contas nos termos desta Cláusula - Não mais se poderá cogitar da responsabilidade solidária do **Sócio - Administrador da Sociedade**, quer seja para com Terceiros e a **Sociedade**, por não haver procedido ou praticado atos de administração e gerência sob culpa no desempenho de suas funções.

**Cláusula Vigésima Terceira (23.ª)** - O exercício social e fiscal da **Sociedade** se encerra aos trinta e um (31) dias do mês de dezembro (12) de cada ano. Por ocasião do término do exercício social, desde que não superior ao prazo de noventa (90) dias, computados da data em que se ajusta para findar o exercício social, é, obrigatória a confecção do Balanço anual, com a observância das prescrições legais - normativas, podendo ser instituídas e adotadas provisões que deduzir-se-ão do lucro líquido apurado, podendo variar estes percentuais, que se destinaram à provisão e consequente dedução entre "1,0%" a "10,0%", as quais deverão constar de contas e nomenclaturas contábeis próprias.

**Parágrafo - Único:** Em sendo adotada pela **Sociedade** a prática concernente à provisão, advindo desta prática saldo líquido depois de efetuadas as deduções, será o mesmo partilhado entre os **Sócios**, proporcionalmente aos quinhões ou percentuais de Quotas relativos ao Capital Social da **Sociedade**, podendo, porém mediante o consenso da maioria dos **Sócios**, ou ainda, possuindo a **Sociedade** apenas dois (2) únicos **Sócios**, deliberar o **Sócio - Administrador**, pela distribuição deste saldo líquido em até três (3) parcelas, dentro daquele que fora o exercício em que se deu a aprovação do Balanço indicador do saldo líquido a ser partilhado.

**Cláusula Vigésima Quarta (24.ª)** - A pessoa do **Sócio - Administrador** apresentará o Balanço anual dentro do prazo que prevê a Cláusula anterior, inclusive, para conhecimento, análise quando possível, impugnação e deliberação, em Reunião Regular de **Sócios**, cujas manifestações dos **Sócios**, inclusive, aquela que se fizer necessária por parte do **Sócio - Administrador da Sociedade**, deverão constar da Ata de Reunião.

**Cláusula Vigésima Quinta (25.ª)** - A **Sociedade** originariamente não possuirá Conselho Fiscal, cabendo aos **Sócios** tomarem conhecimento, ciência acerca da administração da **Sociedade** através dos Balanços a cada final de exercício social, ou ainda, através dos atos de Administração e Gerência da **Sociedade** que é incumbência do **Sócio - Administrador**, através das Reuniões Especiais ou Regulares de **Sócios**. Podendo, ainda, os **Sócios** para esta finalidade tomarem conhecimento através do exame direto dos Livros e Registros Contábeis da **Sociedade**, mediante o que segue disposto nos documentos fiscais, livros comerciais, e demais documentos.

**Cláusula Vigésima Sexta (26.ª)** : Com a ressalva da hipótese que trata a lei civil (Código Civil), entendendo a maioria dos **Sócios**, cujos respectivos percentuais (%) de Quotas representem de forma absoluta a maioria do Capital Social, ou seja, mais da metade do valor do Capital Social, que qualquer um dos **Sócios**, separada ou conjuntamente, através de seus atos e práticas omissivas, comissivas, ou ainda, internamente às diretrizes, e objetivos da Pessoa Jurídica, estariam colocando em risco a continuidade da **Sociedade**, ou ainda, aqueles que foram os objetivos contratados e eleitos pela ordem Contratual Societária como sendo a vinculação de interesses, obrigações, deveres e direitos entre os **Sócios**, poderá (ão) ser (em) excluído (s) da **Sociedade** este **Sócio** (s), em razão de prática de inegável gravidade contra a **Sociedade** e os demais **Sócios**,

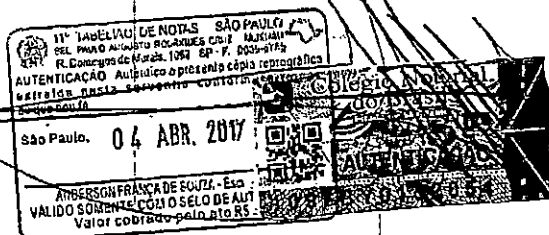
Vistos ->  
Advogado

Sócios

Testemunhas

Contador

Antonio Zallocco Neto  
RG 8.289.033-X SSP SP



**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

Fls 14

realizando-se a competente e devida Alteração do Contrato Social, conforme prevê os art. 1.032 e seguintes da Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002.

**Cláusula Vigésima Sétima (27.ª)** - Ocorrerá a auto-exclusão da Sociedade daquele que vier a ser o Sócio - "pré-morto", uma vez, constituir tal hipótese por ajuste entre os Sócios - Contratantes em resolução drástica da ordem Contratual - Societária, tendo lugar desde logo a Dissolução Parcial da Sociedade, devendo obrigatoriamente ser observado o que dispõe a Cláusula seguinte.

**Cláusula Vigésima Oitava (28.ª)** - A Sociedade poderá entrar em liquidação, mediante deliberação conjunta e unânime de todos os Sócios, exigindo-se, como condição ou pressuposto para tal hipótese que a condição unânime de Sócios se traduza na totalidade absoluta do percentual (%) correspondente ao valor do Capital Social.

**Cláusula Vigésima Nona (29.ª)** - Serão autorizadas antecipações de distribuições de lucros, sem que haja prejuízo ou não realização daquela que se fará entre os Sócios por ocasião do encerramento do exercício - social e fiscal e, levantado o Balanço devido. As antecipações ao nível de adiantamento de possíveis lucros, não podem exceder ao valor que venha corresponder ao percentual (%) de cinquenta por cento (50%) do valor do Capital Social na data da antecipação ou retirada, sob pena de ter que promover a devolução ou reintegração do valor.

**Cláusula Trigesima (30.ª)** - Fica eleito o Foro da Comarca de **SÃO PAULO - CAPITAL**, para dirimir todas as questões, conflitos e demais que sejam emergentes deste Contrato Social.

**Cláusula Trigesima Primeira (31.ª)** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo por início de suas atividades o dia **19/07/1991, conforme Contrato Social** devidamente registrado na JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) sob NIRE nr 352.102.95341 de 19/07/1991.

**Cláusula Trigesima Segunda (32.ª)** - Muito embora, haja declarado e ajustado a pessoa do **Sr. GELSON KAZUYUKI TOMITA, administrador - sócio e Sra. MARIA DE FÁTIMA HENRIQUES CABRAL SILVA, administradora - sócia**, especialmente para o exercício do cargo na Sociedade de Sócio - Administrador, que não possui ou tem contra si nenhum tipo de impedimento legal, pela via dessa Cláusula e Ajuste Contratual Societário, declarando, respectivamente, que não se encontra impedido de exercer atos de comércio, contratação mercantil em geral e todos os demais que nesta linha e ordem, portanto, declaram não estarem sujeitos aos efeitos que decorrem do Decreto - lei de nº 7.661 de 21 de junho de 1.945, incluindo-se, aqueles de caráter criminal. Por sua vez e ordem, também declaram os **Sócios - Contratantes**, que não se encontram impedidos de constituir a presente, ou ainda, vigorarem no Quadro de Sócios em razão de Feitos Judiciais e Criminais que determine este impedimento tendo como interessado Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Previdência Social, assim como declaram os **Sócios - Contratantes** que não respondem Ações, incluindo-se, aquelas Criminais, cujo objeto e mérito sejam danos aos direitos dos consumidores, ordem econômica - financeira, economia popular, ordem tributária e demais, capituladas como impeditivas ou incompatíveis com a natureza da presente contratação e, formação da Sociedade extensiva ao exercício das atividades.

**Cláusula Trigesima Terceira (33.ª)** - Os endereços dos sócios, constantes neste instrumento são válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos e demais comunicações, relativamente aos atos societários de seu interesse.

Vistos  
Advogado

Sócios

Testemunhas

Contador

Antonio Zallocco Neto  
RG 8.289.033-X SSP SP





**CONTIPLAN TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA - EPP**

Fls 15

**Cláusula Trigésima Quarta (34.ª)** - As omissões ou dúvidas que possam ser suscitadas sobre o ato constitutivo e demais modificações serão supridas ou Resolvidas aplicando o que dispõe a Lei - 10.406 de 10 de janeiro de 2002, "Código Civil", inclusive, subsidiariamente, portanto, de forma supletiva ao que dispõe a legislação que trata deste tipo e forma de Sociedade, também terá aplicação o que dispõe a Lei - 6.404 de 15 de dezembro de 1976 (c./ alterações pelas Leis - 9.457 de 5 de maio de 1997 c./ 10.303 de 31 de outubro de 2001),

E, por se acharem justos e contratados, firmam os **Sócios - Contratantes** o presente Instrumento de Alteração e demais alterações bem como a presente Consolidação Contratual sob nr. 10, que segue em três (3) vias de igual teor e forma, elaborado em 15 (quinze) laudas/páginas, subscrita pelas Testemunhas que abaixo seguem indicadas e qualificadas, para que de forma fiel e exata lhe empreendam cumprimento, providenciando-se os registros e formalidades perante os Órgãos Competentes, inclusive, junto aqueles da Classe ou Segmento Empresarial a que se dedicará e atuará a Sociedade enquanto Pessoa Jurídica regularmente constituída e sob atividade.

SÃO PAULO - SP, 03 de fevereiro de 2017.

11º

Sr. GELSON KAZUYUKI TOMITA

11º

Sra. MARIA DE FÁTIMA HENRIQUES CABRAL SILVA

*Walter José Tardelli*  
**Visto de advogado:**  
Walter José Tardelli  
OAB-103116-SP

**Testemunhas e Contadores da Empresa:**

*Carolina Regina Guimarães Zallocco Andréa*  
Carolina Regina Guimarães Zallocco Andréa  
RG 43.235.786-5 SSP SP

*Stefanie G.C. Zallocco Suzuki*  
Stefanie G.C. Zallocco Suzuki  
RG 43.235.524 SSP SP

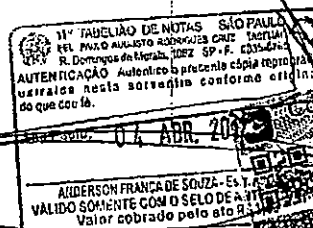
Vistos ->  
Advogado

Sócios

Testemunhas

Contador

Antonio Zallocco Neto  
RG 8.289.033-X SSP SP





**DECLARAÇÃO CONJUNTA**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2021

**DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura Municipal de Ivaí, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. **DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS** Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

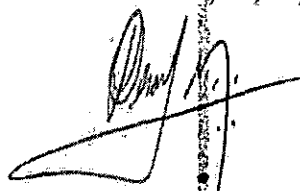
**DECLARAÇÃO NÃO POSSUIR NO SEU QUADRO MENOR DE IDADE** Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854, de 27.10.99, que acrescentou o inciso V ao art. 27 da Lei Federal nº 8666/93. (1) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.

**DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR EM SEU QUADRO FUNCIONARIO PUBLICO** Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório que nenhum servidor público, ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal, integra nosso quadro societário, nem funcional, sob qualquer regime de contratação.

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE** Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital, que tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e nos comprometemos a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Contiplan Tecnologia Gráfica Ltda. - EPP  
CNPJ: 66.605.734/0001-02.

São Paulo, 21 de setembro de 2021



66.605.734/0001-02  
CONTIPLAN TECNOLOGIA  
GRÁFICA LTDA - EPP  
Rua Francisco Hurtado, 431 Terno  
Água Funda - CEP: 04156-040  
SÃO PAULO - SP

Luiz Cesar Affonso Alves  
Representante Comercial  
CPF: 029.853.318-97 / RG: 10.827.147-X

## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, a Empresa **CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 66.605.734/0001-02, situada a Rua Francisco Hurtado, 431 – Térreo – Cep: 04156-040 – São Paulo – SP, por seu representante legal abaixo assinado, nomeia e constitui seu bastante PROCURADOR o Sr. **LUIZ CESAR AFFONSO ALVES**, brasileiro, casado, representante comercial, portador do RG. 10.827.147-X e do CPF/MF nº 029.853.318-97, com endereço comercial na Rua Francisco Hurtado, 431 – Água Funda – São Paulo – SP, a quem confere amplos poderes para representar isoladamente a OUTORGANTE perante a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, suas Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia mista em todos os atos necessários, e especificamente:

Assinar em nome da OUTORGANTE os documentos de Autorização de Impressão de Documentos Fiscais – AIDF, Nas licitações modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, ELETRÔNICO, CARTA CONVITE ou TOMADA DE PREÇO**, com amplos poderes para: tomar qualquer decisão durante todas as fases das Licitações, assinar e apresentar propostas de preços, apresentar lances verbais em nome da Outorgante, negociar os preços, declarar a intenção e interpor recurso, desistir expressamente ao direito de interposição de recursos ou ressalvas, acordar, transigir, desistir e receber avisos e intimações, assinar a Ata da Sessão, assinar declarações, fazer vistas, prestar todos os esclarecimentos solicitados, assinar propostas, contratos de fornecimentos de materiais e serviços, enfim praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da Outorgante.

Esta procuração terá validade até 31 de julho de 2022 e não poderá ser substabelecida.

São Paulo, 27 de Julho de 2021.

GELSON KAZUYUKI  
TOMITA:09221266  
826

Assinado de forma digital por  
GELSON KAZUYUKI  
TOMITA:09221266826  
Dados: 2021.07.27 18:26:17  
-03'00'

Gelson Kazuyuki Tomita  
Sócio - Representante Legal  
RG: 11.900.534-7 / CPF: 092.212.668-26

CONTIPLAN  
TECNOLOGIA GRAFICA  
LTDA:6660573400010  
2

Assinado de forma digital por  
CONTIPLAN TECNOLOGIA  
GRAFICA LTDA:66605734000102  
Dados: 2021.07.27 18:27:05  
-03'00'



**Prefeitura do Município de São Paulo**

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

**FDC - Ficha de dados cadastrais**

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 66.605.734/0001-02

C.C.M: 9.897.571-4

Contribuinte	CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA EPP
Pessoa Jurídica	Simplex
Tipo de unidade	Produtiva
Endereço	R Francisco Hurtado 00431 TERREO
Bairro	Água Funda
CEP	04156-040
Telefone	(15) 3244-1575
Início de Funcionamento	24/07/1991
Data de Inscrição	05/08/1991
CCM Centralizador	9.897.571-4
Tipo de Endereço	Comercial
Nro. do Contribuinte de IPTU	048.129.0053-0
Última Atualização Cadastral	25/04/2017

CNAE			
Código	Descrição	Tipo	Data Início
1741-9/01	Fabricação de formulários contínuos	Secundário	03/03/2017
1741-9/02	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo	Secundário	03/03/2017
1812-1/00	Impressão de material de segurança	Secundário	03/03/2017
1813-0/99	Impressão de material para outros usos	Principal	03/03/2017
4751-2/01	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	Secundário	03/03/2017
7420-0/05	Serviços de microfilmagem	Secundário	03/03/2017
8219-9/99	Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente	Secundário	03/03/2017



**Prefeitura do Município de São Paulo**

Secretaria Municipal de Finanças

Departamento de Arrecadação e Cobrança

**FDC - Ficha de dados cadastrais**

Cadastro de Contribuintes Mobiliários-CCM

CNPJ: 66.605.734/0001-02

C.C.M: 9.897.571-4

Código(s) de tributo(s)				
Código	Data de Início	Tributo	Alíquota do Imposto	Qtd.Anúncios
3158	03/03/2017	ISS	5	
6815	03/03/2017	ISS	5	
6912	01/03/2004	ISS	2	
6940	13/02/2018	ISS	2	
30201	01/01/2003	TFE	-	

Expedida em 12/02/2021 via Internet com base na Portaria SF nº 018/2004, de 25 de março de 2004.

A Ficha de Dados Cadastrais (FDC) tem os mesmos efeitos da Declaração Cadastral, informando a condição cadastral mobiliária do contribuinte perante a municipalidade (ativo ou cancelado), além de outros dados cadastrados no órgão fiscal emissor do presente documento, sendo válida por 3 meses a contar da data de emissão.

Código para verificação de autenticidade: **Ps64FvYi**

Data de validade: **12/05/2021**





## Consulta Pública ao Cadastro ICMS      Cadastro de Contribuintes de ICMS - Cadesp



Código de controle da consulta: ea8a9421-e9c4-47d8-b018-cb8b7a485386

Estabelecimento	
<b>IE:</b> 141.803.163.112 <b>CNPJ:</b> 66.605.734/0001-02 <b>Nome Empresarial:</b> CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA <b>Nome Fantasia:</b> CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA <b>Natureza Jurídica:</b> Sociedade Empresária Limitada	
Endereço	
<b>Logradouro:</b> RUA FRANCISCO HURTADO <b>Nº:</b> 431 <b>CEP:</b> 04.156-040 <b>Município:</b> SAO PAULO	<b>Complemento:</b> TERREO <b>Bairro:</b> AGUA FUNDA <b>UF:</b> SP
Informações Complementares	
<b>Situação Cadastral:</b> Ativo <b>Ocorrência Fiscal:</b> Ativa <b>Regime de Apuração:</b> SIMPLES NACIONAL <b>Atividade Econômica:</b> Impressão de material para outros usos	<b>Data da Situação Cadastral:</b> 30/08/1991 <b>Posto Fiscal:</b> PFC-10 - BUTANTÃ
Informações NF-e	
<b>Data de Credenciamento como emissor de NF-e:</b> 01/04/2010 <b>Indicador de Obrigatoriedade de NF-e:</b> Obrigatoriedade Total <b>Data de Início da Obrigatoriedade de NF-e:</b> 01/04/2010	

[Voltar](#)

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelos próprios contribuintes cadastrados. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com eles ajustadas.

Versão: 3.92.0

Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Identificação do Contribuinte - CNPJ Matriz	
CNPJ: 66.605.734/0001-02 A opção pelo Simples Nacional e/ou SIMEI abrange todos os estabelecimentos da empresa Nome Empresarial: CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA	

Situação Atual
Situação no Simples Nacional: Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2009 Situação no SIMEI: NÃO enquadrado no SIMEI

+ Mais informações

Períodos Anteriores
Opções pelo Simples Nacional em Períodos Anteriores: Não Existem Enquadramentos no SIMEI em Períodos Anteriores: Não Existem

Eventos Futuros (Simples Nacional)
Não Existem

Eventos Futuros (SIMEI)
Não Existem





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO



**CERTIDÃO SIMPLIFICADA**

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE [WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR](http://WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR), MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35210295341	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 19/07/1991	INÍCIO DAS ATIVIDADES 19/07/1991	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA				TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA (E.P.P.)			
C.N.P.J. 66.605.734/0001-02	ENDEREÇO RUA FRANCISCO HURTADO			NÚMERO 431	COMPLEMENTO TERREO		
BAIRRO ÁGUA FUNDA	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP	CEP 04156-040	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 300.000,00		

OBJETO SOCIAL
FABRICAÇÃO DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS; IMPRESSÃO DE MATERIAL DE SEGURANÇA; SERVIÇOS DE PRÉ-IMPRESSÃO; SERVIÇOS DE MICROFILMAGEM; EXISTEM OUTRAS ATIVIDADES

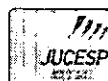
SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME GELSON KAZUYUKI TOMITA					
ENDEREÇO RUA ERNESTO DE OLIVEIRA		NÚMERO 234	COMPLEMENTO		
BAIRRO VILA MARIANA	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP	CEP 04116-170	RG 119005347	
CPF 092.212.668-26	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS 290.000,00	

SÓCIO E ADMINISTRADOR					
NOME MARIA DE FATIMA HENRIQUES CABRAL					
ENDEREÇO AVENIDA RAMALHO ORTIGAO		NÚMERO 374	COMPLEMENTO		
BAIRRO VILA GUMERCINDO	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP	CEP 04130-010	RG 8132785	
CPF 063.319.938-94	CARGO SÓCIO E ADMINISTRADOR			QUANTIDADE COTAS 10.000,00	

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO	

DATA	NÚMERO	
03/03/2017	095.071/17-9	
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS).		
ALTERAÇÃO DO NOME EMPRESARIAL PARA CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA., DATADA DE: 03/02/2017.		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE GELSON KAZUYUKI TOMITA, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 092.212.668-26, RG/RNE: 11.900.534-7 - SP, RESIDENTE À RUA ERNESTO DE OLIVEIRA, 234, VILA MARIANA, SAO PAULO - SP, CEP 04116-170, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 290.000,00.		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA DE FATIMA HENRIQUES CABRAL, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 063.319.938-94, RG/RNE: 8.132.785 - SP, RESIDENTE À AVENIDA RAMALHO ORTIGAO, 374, VILA GUMERCINDO, SAO PAULO - SP, CEP 04130-010, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00.		
ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA FABRICAÇÃO DE FORMULÁRIOS CONTÍNUOS, IMPRESSÃO DE MATERIAL DE SEGURANÇA, SERVIÇOS DE PRÉ-IMPRESSÃO, SERVIÇOS DE MICROFILMAGEM., DATADA DE: 03/02/2017.		
ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA FRANCISCO HURTADO, 431, TERREO, AGUA FUNDA, SAO PAULO - SP, CEP 04156-040., DATADA DE: 03/02/2017.		
ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35901587485, SITUADA A RUA FRANCISCO HURTADO, 431, AGUA FUNDA, SAO PAULO - SP, CEP 04156-040., DATADA DE: 03/02/2017.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35210295341  
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 15/01/2021



documento  
assinado  
digitalmente

Certidão Simplificada. Documento certificado por GISELA SIMIEMA CESCHIN, Secretária Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.jucesponline.sp.gov.br](http://www.jucesponline.sp.gov.br) sob o número de autenticidade 145598714, sexta-feira, 15 de janeiro de 2021 às 11:51:11.







PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 66.605.734/0001-02

Certidão nº: 21704243/2021

Expedição: 12/07/2021, às 15:55:26

Validade: 07/01/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **66.605.734/0001-02**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 66.605.734/0001-02

**Razão Social:** CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA EPP

**Endereço:** RUA MAL DEODORO DA FONSECA 302 / CENTRO / PIEDADE / SP / 18170-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 05/09/2021 a 04/10/2021

**Certificação Número:** 2021090500432555494010

Informação obtida em 09/09/2021 09:55:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA**

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 66.605.734/0001-02 MATRIZ	<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>	DATA DE ABERTURA 24/07/1991
NOME EMPRESARIAL CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 18.13-0-99 - Impressão de material para outros usos		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 18.12-1-00 - Impressão de material de segurança 17.41-9-01 - Fabricação de formulários contínuos 18.21-1-00 - Serviços de pré-impressão 74.20-0-05 - Serviços de microfilmagem 17.41-9-02 - Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório, exceto formulário contínuo 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R FRANCISCO HURTADO	NÚMERO 431	COMPLEMENTO TERREO
CEP 04.156-040	BAIRRO/DISTRITO AGUA FUNDA	MUNICÍPIO SAO PAULO
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO ZATENDIMENTO@ZALLOCCO.COM.BR		TELEFONE (15) 2107-5500
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 19/06/2020 às 11:33:38 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Prefeitura do Município de São Paulo

Nr. Processo:

2006-0.156.443-6

**DECISÕES OBRAS E EDIFICAÇÕES**

Assuntos Solicitados	Despacho	Data de Cadastramento	Data de Publicação	Situação do Despacho
TERMO DE CONSULTA DE FUNCIONAMENTO	Incluído no DOC	31/10/2006 00:00:00	02/11/2006 00:00:00	DEFERIDO

**Texto do Despacho**

Não há texto para essa Decisão.

Assuntos Solicitados	Despacho	Data de Cadastramento	Data de Publicação	Situação do Despacho
AUTO DE LICENÇA DE FUNCIONAMENTO	Incluído no DOC	20/12/2006 00:00:00	22/12/2006 00:00:00	DEFERIDO

**Texto do Despacho**

Não há texto para essa Decisão.





**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO  
FAZENDA**

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

**Certidão Conjunta de Débitos de Tributos Mobiliários**

**Certidão Número:** 0706342 - 2021

**CPF/CNPJ Raiz:** 66.605.734/

**Contribuinte:** CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA EPP

**Liberação:** 08/07/2021

**Validade:** 06/10/2021

**Tributos Abrangidos:** Imposto Sobre Serviços - ISS

Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento

Taxa de Fiscalização de Anúncio - TFA

Taxa de Fiscalização de Estabelecimento - TFE

Taxa de Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde - TRSS (incidência a partir de Jan/2011)

Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI

**Unidades Tributárias:**

CCM 9.897.571-4- Início atv :24/07/1991 (R FRANCISCO HURTADO, 00431 - CEP: 04156-040 )

CCM 2.233.489-0- Início atv :03/02/1994 (R FRANCISCO HURTADO, 00431 - CEP: 04156-040 - Cancelado em: 03/03/2017)

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer débitos de responsabilidade do sujeito passivo que vierem a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período contido neste documento, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda e a inscrições em Dívida Ativa Municipal, junto à Procuradoria Geral do Município é certificado que a Situação Fiscal do Contribuinte supra, referente aos créditos tributários inscritos e não inscritos na Dívida Ativa abrangidos por esta certidão, até a presente data é: **REGULAR. CONSTAM DÉBITOS RELATIVOS AO SIMPLES NACIONAL, SUSPENSOS POR PARCELAMENTO(S) JUNTO A RECEITA FEDERAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 151, VI, DO CTN.\*\*\*\*\***

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/>. Qualquer rasura invalidará este documento.

Certidão expedida com base na Portaria Conjunta SF/PGM nº 4, de 12 de abril de 2017, Instrução Normativa SF/SUREM nº 3, de 6 de abril de 2015, Decreto 50.691, de 29 de junho de 2009, Decreto 51.714, de 13 de agosto de 2010 e Portaria SF nº 268, de 11 de outubro de 2019.

Certidão emitida às 07:56:50 horas do dia 12/07/2021 (hora e data de Brasília).

Código de Autenticidade: 64F9EA82

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria Municipal da Fazenda <http://www.prefeitura.sp.gov.br/sf>



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 66.605.734

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.



Certidão nº 31154734

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 01/09/2021 16:08:57

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA**  
**CNPJ: 66.605.734/0001-02**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:41:19 do dia 06/07/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/01/2022.

Código de controle da certidão: **CCA3.1A39.F66E.29D1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



06/08/2021

0050447583

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS**

**CERTIDÃO Nº: 925286****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 05/08/2021, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: \*\*\*\*\*

**CONTIPLAN TECNOLOGIA**, CNPJ: 66.605.734/0001-02, conforme indicação constante do pedido de certidão. \*\*\*\*\*

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI; S/C; S/S; EPP; ME; MEI; LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 6 de agosto de 2021.

**PEDIDO Nº:** **0050447583**







GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO  
COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA  
Av. Brasil, 2340 - CEP 13.070-178 - Campinas (SP) - 19 3241-4700  
www.cda.sp.gov.br

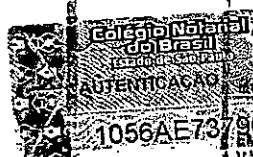


ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para fins de comprovação de capacidade técnica, que a Coordenadoria de Defesa Agropecuária, CNPJ 46.384.400/0021-92 adquiriu impressos com inclusão de ITENS DE SEGURANÇA, conforme especificação abaixo, da empresa **CONTIPLAN FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA**, CNPJ 66.605.735/0001-02, localizada em São Paulo - SP, à Rua Francisco Hurtado, nº 431, Água Funda, nas quantidades especificadas e plenamente de acordo com as exigências legais da Administração Pública, atendendo às Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02.

Qtde	Un	Descrição
10.000	Blocos	<p><b>GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL / GTA</b>, em blocos, impressa obedecendo as seguintes especificações técnicas, Série B:</p> <p>a) Papel A4, branco, tamanho 21,0 cm x 29,7 (área de corte), gramatura 75g;</p> <p>b) Texto e traçado na cor preta, retícula 10% cinza, tendo como fundo o símbolo da Defesa Sanitária Animal;</p> <p>c) Empregando-se itens de segurança na primeira via, a saber: fundo de segurança anticópia (<u>destaque no campo 21 da 1ª via da palavra "CÓPIA CÓPIA CÓPIA", quando o documento é copiado</u>); fundo numismático; bordas com texto e erro conhecido "Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento" em micro-letras e tintas invisíveis reagente a luz ultravioleta com as Armas Nacionais de acordo com Anexo II, Instrução Normativa nº 18 de 18/07/2006, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.</p> <p>d) Número de controle gráfico do formulário, na horizontal, com sequência única iniciando em <b>000.000</b>, sendo os blocos com 25 jogos, cada jogo com 03 vias, número de controle gráfico do formulário, na vertical, com sequência única decrescente, iniciando em <b>000.000</b>. Fotolito por conta da proponente.</p>
1.000	caixas	<p><b>GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL / GTA</b>, em formulário contínuo, impressa obedecendo as seguintes especificações técnicas, Série C:</p> <p>a) Papel A4, branco, cada jogo com 2 vias, autocopiativo, tamanho 21,0 cm x 29,7 (área de corte), gramatura 55 gr,</p> <p>b) Texto e traçado na cor preta, retícula 10% cinza, tendo como fundo o símbolo da Defesa Sanitária Animal;</p> <p>c) Empregando-se itens de segurança na primeira via, a saber: fundo de segurança anticópia (<u>destaque no campo 21 da 1ª via da palavra "CÓPIA CÓPIA CÓPIA", quando o documento é copiado</u>); fundo numismático; bordas com texto e erro conhecido "Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento" em micro-letras e tintas invisíveis reagente a luz ultravioleta com as Armas Nacionais de acordo com Anexo II, Instrução Normativa nº 18 de 18/07/2006, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.</p>

ORIGINAL DE RECIBO DE RECEBIMENTO  
ORIGINAL CARLOS ALVIN CORREA DA CUNHA  
AV. FAGUNDES FILHO, 275 - S. PAULO  
AUTENTICAÇÃO AUTENTICO APRESENTE COPIA REPROGRAFICA  
CONFORME ORDEM DE PRESENTAÇÃO, DO QUE DOU FE.



08 NOV. 2012  
JOSE ANTONIO PINHEIRO FILHO  
FISCAL SECRETARIA  
RECEBIDO  
2,35  
ENL. PP. CARI. PREV. REC. INSC. POR VERBA  
VALIDO SOMENTE COM O SELLO DE AUTENTICAÇÃO



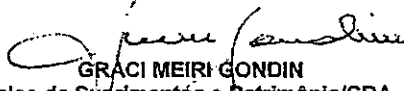
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO  
COORDENADORIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA  
Av. Brasil, 2340 - CEP 13.070-178 - Campinas (SP) - 19 3241-4700  
www.cda.sp.gov.br



		d) Número de controle gráfico do formulário, na horizontal, com seqüência única iniciando em 000.000, sendo 999 caixas com 1.000 jogos cada e 01 (uma) caixa com 999 jogos, número de controle gráfico do formulário, na vertical, com seqüência única decrescente, iniciando em 000.000. Fotolito por conta da proponente.
--	--	---

Assim sendo, atestamos o recebimento do impressos nas condições e prazos previstos, através da Nota fiscal nº 8830 de 01/06/90 bem como a capacidade técnica da referida empresa que demonstrou idoneidade e profissionalismo, nada constando em nossos registros, até a presente data, que a desabone.

Campinas, 10 de novembro de 2009

  
GRACI MEIRI GONDIN  
Núcleo de Suprimentos e Patrimônio/CDA  
Diretora Substituta

OFICIAL DE RCPN - 42ª SUB. JABAQUARA  
Oficial CARLOS ALVIM CORREA DA CUNHA  
AV. FAGUNDES FILHO, 275 - S. PAULO  
AUTENTICAÇÃO: AUTENTICO A PRESENTE CÓPIA REPROGRÁFICA  
CONFORME ORIGINAL A MIM APRESENTADO, DO QUE DOU FE.

08 NOV. 2012



DEP. JOSÉ ANTONIO RIBEIRO FILHO  
OFICIAL SUBSTITUTO  
VALOR RECEBIDO R\$ 2,35  
SOMENTE EST. CART. PREV. RECONHECIDOS POR VERBA  
TALIS SÓMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

1056AE737911

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR  
IVAÍ-PR

**CLASSIFICAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2021**  
Processo Administrativo Nº 190/2021  
Tipo: AQUISIÇÃO  
PREGOEIRO: WELTON ADEMIR FERREIRA  
Data de Publicação: 13/09/2021 16:30:14

**LOTE 1 - MANIFESTAÇÃO DE RECURSOS  
NOTA FISCAL DE PRODUTOR.**

**VALORES UNITÁRIOS FINAIS**

Item: 1	Unidade: CAIXA	Marca: PROPRIA	Modelo: NOTA FISCAL
Descrição: NOTA FISCAL DE PRODUTOR: NOTA FISCAL DE PRODUTOR: TAMANHO- 240 X 280 MM CORES: 1 X 0 PAPÉL: AUTOCOPIATIVO QUANTIDADE DE VIAS: 05 CAIXA CONTENDO 500 UNIDADES.			
Quantidade: 40	Valor Unit.: 170,00	Valor Total: 6.800,00	

**CLASSIFICAÇÃO**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
1 ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA	094	05.665.084/0001-04	314,00	170,00	Sim
2 POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA	095	14.292.313/0001-75	310,00	209,95	Sim
3 IMPAPER INOVAÇÕES GRAFICAS LTDA.	068	37.924.239/0001-68	315,00	210,00	Sim
4 VINICIUS RONCAGLIO - ME	006	22.654.822/0001-29	315,00	239,00	Sim
5 BH BOBINAS EIRELI EPP	033	24.899.419/0001-95	315,00	294,50	Sim

**DESCCLASSIFICADOS**

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
<b>INABILITADOS</b>					
Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	ME
CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA EPP	073	66.605.734/0001-02	315,00	169,00	Sim

  
PREGOEIRO: WELTON ADEMIR FERREIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR  
IVAÍ-PR

VENCEDORES DO PROCESSO - FINAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2021  
Processo Administrativo Nº 190/2021  
Tipo: AQUISIÇÃO  
PREGOEIRO: WELTON ADEMIR FERREIRA  
Data de Publicação: 13/09/2021 16:30:14

				TOTAL DO PROCESSO:	6.800,00
ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA			05.665.084/0001-04		6.800,00
LOTE 1	Quant.: 1	Num: 094	170,00	Total:	6.800,00
Item: 1	Unidade: CAIXA	Marca: PROPRIA	Modelo: NOTA FISCAL		
Descrição: NOTA FISCAL DE PRODUTOR: NOTA FISCAL DE PRODUTOR: TAMANHO- 240 X 280 MM CORES: 1 X 0 PAPEL: AUTOCOPIATIVO QUANTIDADE DE VIAS: 05 CAIXA CONTENDO 500 UNIDADES.					
Quantidade: 40		Valor Unit.: 170,00		Total Item: 6.800,00	

  
\_\_\_\_\_  
PREGOEIRO: WELTON ADEMIR FERREIRA





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222– 84460-000 – Ivaí – PR

ATA DA SESSÃO PÚBLICA Nº 185/2021

Licitação nº 190/2021

Pregão nº 131/2021

Processo eletrônico nº 131/2021

**Objeto: Aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas.**

Em 23 (vinte e três) de setembro de 2021 (dois mil e vinte e um), às 09h32 min, no departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Ivaí – Rua Rui Barbosa, 606, Centro, Ivaí – Pr, o Pregoeiro Welton Ademir Ferreira, junto com a Equipe de Apoio composta por André Luis Prado Pereira e Marcia Luciene Kobilarz, designados pela Portaria Municipal nº 118/2021 de 28/06/2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/07/2021, a fim de realizar os procedimentos da Sessão de Pregão acima mencionada, de acordo com o edital e seus anexos, publicados em 10 de setembro, foi instalada a sessão de abertura e julgamento do tipo ME-NOR PREÇO, realizado através do endereço eletrônico blcompras.com conforme Decreto 10.024/2019 da Lei 8.666/93, contendo 01 lote e 01 item, conforme autorização do senhor Idir Treviso – Prefeito Municipal de Ivaí e Nicolli Crocoli – Secretaria Municipal de Saúde.

Durante o período de avaliação da proposta, o Pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, verificou que o conteúdo da proposta estava em conformidade com as exigências do edital, sendo a empresa classificada e considerada apta para a fase de lances.

Ao término do prazo para envio das propostas, às 09h00min do dia 23/09/2021 e após a fase de lances iniciado às 09h32min, foi identificadas as seguintes empresas participantes:

CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA EPP  
ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA  
POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA  
IMPAPER INOVAÇÕES GRAFICAS LTDA.  
VINICIUS RONCAGLIO - ME  
BH BOBINAS EIRELI EPP

Depois de analisada a documentação a empresa vencedora com o melhor lance ficou habilitada. Conforme o quadro a seguir:

LOTE	NOME/RAZÃO SOCIAL	VALOR INICIAL	VALOR FINAL
001	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA	R\$314,00	R\$170,00

A empresa CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA EPP ficou inabilitada pela declaração de micro-empresa não possuir assinatura do contador como é pedido em edital.

# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

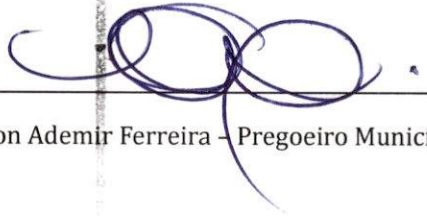
**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222– 84460-000 – Ivaí – PR

**O certame foi finalizado com o valor de R\$**

Aberto o prazo para manifestação quanto à intenção de recurso às 10:01:23 com término às 10:31:23, não houve manifestação, ficando a empresa adjudicada.

Sem mais considerações, a Sessão foi encerrada às 10h38 min, pelo Pregoeiro e equipe de apoio de licitações, e esta ata, após a leitura e concordância com os termos aqui expostos, foi devidamente assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, sendo encaminhada ao Executivo Municipal para as providências cabíveis.



Welton Ademir Ferreira - Pregoeiro Municipal



André Luis Prado Pereira - Equipe de Apoio



Marcia Luciene Kobilarz- Equipe de Apoio



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222– 84460-000 – Ivaí – PR

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA Nº 185/2021**

**Licitação nº 190/2021**

**Pregão nº 131/2021**

**Processo eletrônico nº 131/2021**

**Objeto: Aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas.**

Em 23 (vinte e três) de setembro de 2021 (dois mil e vinte e um), às 09h32 min, no departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Ivaí – Rua Rui Barbosa, 606, Centro, Ivaí – Pr, o Pregoeiro Welton Ademir Ferreira, junto com a Equipe de Apoio composta por André Luis Prado Pereira e Marcia Luciene Kobilarz, designados pela Portaria Municipal nº 118/2021 de 28/06/2021, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 05/07/2021, a fim de realizar os procedimentos da Sessão de Pregão acima mencionada, de acordo com o edital e seus anexos, publicados em 10 de setembro, foi instalada a sessão de abertura e julgamento do tipo MENOR PREÇO, realizado através do endereço eletrônico bllcompras.com conforme Decreto 10.024/2019 da Lei 8.666/93, contendo 01 lote e 01 item, conforme autorização do senhor Idir Treviso – Prefeito Municipal de Ivaí e Nicoli Crocoli – Secretaria Municipal de Saúde.

Durante o período de avaliação da proposta, o Pregoeiro, assessorado pela Equipe de Apoio, verificou que o conteúdo da proposta estava em conformidade com as exigências do edital, sendo a empresa classificada e considerada apta para a fase de lances.

Ao término do prazo para envio das propostas, às 09h00min do dia 23/09/2021 e após a fase de lances iniciado às 09h32min, foi identificadas as seguintes empresas participantes:

CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA EPP  
ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA  
POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA  
IMPAPER INOVAÇÕES GRAFICAS LTDA.  
VINICIUS RONCAGLIO - ME  
BH BOBINAS EIRELI EPP

Depois de analisada a documentação, a empresa vencedora com o melhor lance ficou habilitada. Conforme o quadro a seguir:

LOTE	NOME/RAZÃO SOCIAL	VALOR INICIAL	VALOR FINAL
001	ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA	R\$314,00	R\$170,00

A empresa CONTIPLAN TECNOLOGIA GRAFICA LTDA EPP ficou inabilitada pela declaração de micro-empresa não possuir assinatura do contador como é pedido em edital.

# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

**Rua Rui Barbosa, 632, Centro – Fone (42) 3247 1222– 84460-000 – Ivaí – PR**

**O certame foi finalizado com o valor de R\$**

Aberto o prazo para manifestação quanto à intenção de recurso às 10:01:23 com término às 10:31:23, não houve manifestação, ficando a empresa adjudicada.

Sem mais considerações, a Sessão foi encerrada às 10h38 min, pelo Pregoeiro e equipe de apoio de licitações, e esta ata, após a leitura e concordância com os termos aqui expostos, foi devidamente assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, sendo encaminhada ao Executivo Municipal para as providências cabíveis.



Welton Ademir Ferreira – Pregoeiro Municipal



André Luis Prado Pereira - Equipe de Apoio



Marcia Luciene Kobilarz- Equipe de Apoio





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br) email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

## **TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO  
190/2021  
PREGÃO ELETRÔNICO  
131/2021  
PROCESSO ELETRÔNICO  
131/2021**

**OBJETO:** Aquisição de 40 caixas de impressos contendo cada 500 jogos de nota fiscal produtor rural totalizando 20.000 notas.

**VALOR UNITÁRIO DA CAIXA: R\$ 170,00**

**VALOR GLOBAL: R\$ 6.800,00**

## **LICITANTE VENCEDOR**

- **ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA**

## **TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

Adjudico o resultado do Processo Licitatório supra ao licitante vencedor, observadas as demais disposições pertinentes.

**IVAÍ/PR, 23 DE SETEMBRO DE 2021.**

  
**WELTON ADEMIR FERREIRA  
PREGOEIRO MUNICIPAL.**

UNIDOS PARA

O PROGRESSO

vencido.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br) email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

MEMO/2021

Ivaí - PR, 23 DE SETEMBRO DE 2021.

DE: SETOR DE LICITAÇÕES


PARA: PROCURADORIA JURIDICA

Pelo presente encaminho a Vossa Senhoria para análise e emissão de parecer jurídico, o processo da **Licitação Nº 190/2021**, modalidade **PREGÃO Nº 131/2021**, **Processo eletrônico Nº 131/2021** para fins de subsidiar o procedimento de homologação.

Cordialmente,

de parecer,

12/09/2021

  
WELTON ADEMIR FERREIRA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

UNIDOS PARA

O PROGRESSO





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br) email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

## **ASSESSORIA JURÍDICA**

**INTERESSADO:** Encarregado do setor de licitações

**ASSUNTO:** Parecer sobre julgamento de licitação.

O Encarregado do Setor de Licitações, **WELTON ADEMIR FERREIA** solicita o pronunciamento desta assessoria jurídica acerca do julgamento da **Licitação Nº 190/2021**, modalidade de **PREGÃO Nº 131/2021**, **Processo eletrônico Nº 131/2021**.

Analisando a documentação constante no processo do certame e a ata de licitação, esta assessoria jurídica opina pela regularidade do julgamento efetivando no certame em tela.

Ivaí - PR, 23 DE SETEMBRO DE 2021.

**WILSON ARIEL EIDAM**  
**PROCURADOR MUNICIPAL**



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ**

**CNPJ 76.175.918/0001-33**

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br) email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

## **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

**PROCESSO LICITATÓRIO**

**190/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**131/2021**

**PROCESSO ELETRÔNICO**

**131/2021**

**OBJETO:** Aquisição de 40 caixas de impressos contendo cada 500 jogos de nota fiscal produtor rural totalizando 20.000 notas.

**VALOR UNITÁRIO DA CAIXA: R\$ 170,00**

**VALOR GLOBAL: R\$ 6.800,00**

### **LICITANTE VENCEDOR**

- **ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA**

Do Processo Licitatório supra, de conformidade com o julgamento do Pregoeiro Municipal; confirmando a adjudicação da licitação ao(s) licitante(s) vencedor (es), observado as demais disposições pertinentes.

**IVAÍ/PR, 24 DE SETEMBRO DE 2021.**

Assinatura do  
fiscal, para

VALOR

  
**IDIR TREVISÓ**  
**PREFEITO MUNICIPAL**



## PARTICIPANTES HABILITADOS E ADJUDICADOS:

MEDSUL MAIS SAUDE LTDA – LOTES 001 E 002 – R\$ 147.840,00  
 - FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA – LOTE 003 – R\$ 32.388,00  
 HOMOLOGAÇÃO: 24.09.2021

NICOLI CROCOLI

Secretaria Municipal de Saúde

IDIR TREVISIO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Andreia Malicz Skeika

Código Identificador:3AF8C328

## DIVISÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO  
 Nº 190/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2021 PROCESSO  
 ELETRÔNICO Nº 131/2021 (LEI FEDERAL Nº 8.666/93 E  
 DECRETO 10.024/2019). TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR  
 PREÇO.

EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO  
 LICITAÇÃO Nº 190/2021  
 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2021

PROCESSO ELETRÔNICO Nº 131/2021

Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.024/2019).

Tipo de licitação: MENOR PREÇO.

OBJETO: Aquisição de 40 caixas de impressos contendo cada 500 jogos de nota fiscal produtor rural totalizando 20.000 notas.

VALOR UNITÁRIO DA CAIXA: R\$ 170,00

VALOR GLOBAL: R\$ 6.800,00

PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:

- ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA

HOMOLOGAÇÃO: 24.09.2021

IDIR TREVISIO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Andreia Malicz Skeika

Código Identificador:88D32FBF

ESTADO DO PARANÁ  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 EXTRATO DO CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº.  
 040/2021-PMI

CONTRATO Nº. 140/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

CONTRATADA: I. A. SAVOLDI JR &amp; CIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.863.499/0001-96.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de Lubrificantes, Fluidos e Graxas para Manutenção dos veículos e Máquinas Pertencentes a Frota do Município de Ivatuba, conforme planilha de especificações constantes no Anexo I do edital.

AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES, FLUIDOS E GRAXAS					
Item	Qtdd	Undd	Descrição	R\$ Undd	R\$ Total
1.4	80	Balde	Óleo lubrificante SAE 15W40, 20 litros – utilizado em veículos e máquinas com motores a diesel.	410,00	32.800,00
1.8	180	Frasco	Óleo lubrificante 2 tempos-utilizado para cortadores de grama STHIL com motor 2 tempos, frasco 500 ml.	33,00	5.940,00
1.15	10	Balde	Óleo lubrificante SAE 10W30 – 20 litros, utilizado em máquinas da frota do município.	687,10	6.871,00
TOTAL					45.611,00

VALOR: R\$ 45.611,00 (Quarenta e cinco mil seiscentos e onze reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 10.520/2002 e Lei 8.666/1993.

INICIO DE VIGÊNCIA: 23 de Setembro de 2021.

TERMINO DA VIGÊNCIA: 22 de Setembro de 2022.

FORO: Comarca de Maringá, Paraná.

Ivatuba/Pr, 23 de Setembro de 2021.

SERGIO JOSÉ SANTI

Prefeito Municipal

Publicado por:

Tauana Presa Requena

Código Identificador:8B91C37F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 EXTRATO DO CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº.  
 041/2021-PMI

CONTRATO Nº. 141/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.

CONTRATADA: AUTO POSTO IVATUBA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.050.665/0001-71.

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição de Combustível (gasolina, etanol, diesel comum e diesel S-10) para a Frota do Município de Ivatuba, conforme planilha de especificações constantes no Anexo I do edital.

Aquisição de Combustível (gasolina, etanol, diesel comum e diesel S-10).					
Item	Undd	Qtdd	Especificação do Objeto	R\$ Unitário	R\$ Total
1.1	Litro	15.000	Gasolina Comum	5,97	89.550,00
1.2	Litro	20.000	Etanol	4,88	97.600,00
1.3	Litro	30.000	Óleo Diesel Comum	4,46	133.800,00
1.4	Litro	45.000	Óleo Diesel S10	4,53	203.850,00
TOTAL					524.800,00

VALOR: R\$ 524.800,00 (quinhentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 10.520/2002 e Lei 8.666/1993.

INICIO DE VIGÊNCIA: 23 de Setembro de 2021.

TERMINO DA VIGÊNCIA: 22 de Setembro de 2022.

FORO: Comarca de Maringá, Paraná.

Ivatuba/Pr, 23 de Setembro de 2021.

SERGIO JOSÉ SANTI

Prefeito Municipal

Publicado por:

Tauana Presa Requena

Código Identificador:4908CCB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
 RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
 Nº. 047/2021-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Josilaine Fatima de Oliveira, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93, a favor da proponente VIVEIRO DE MUDAS MEURER LTDA – ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 07.168.382/0001-06, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição de mudas de árvores, flores, plantas ornamentais e materiais para a jardinagem e mão de obra para revitalização do Cemitério Municipal e da Capela Mortuária Municipal, conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 047/2021-PMI, no valor de R\$ 16.020,00 (dezesseis mil e vinte reais).

Ivatuba/Pr, 23 de Setembro de 2021.

SERGIO JOSÉ SANTI

Prefeito Municipal

Publicado por:

Tauana Presa Requena

Código Identificador:B21B7FBC



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI**  
ESTADO DO PARANÁ

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
LICITAÇÃO Nº 196/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 130/2021  
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 130/2021  
(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.324/2019).

**Tipo de licitação: MENOR PREÇO.**

**OBJETO:** Contratação de profissionais (Psicólogo, Assistência Social e Fisioterapeuta) para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

**VALOR LOTE 001:** R\$ 39.600,00

**VALOR LOTE 002:** R\$ 106.240,00

**VALOR LOTE 003:** R\$ 32.388,00

**VALOR GLOBAL:** R\$ 106.228,00

**PARTICIPANTES HABILITADOS E ADJUDICADOS:**

- MEDSUL MAIS SAÚDE LTDA - LOTES 001 e 002 - R\$ 147.840,00

- FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA - LOTE 003 - R\$ 32.388,00

**HOMOLOGAÇÃO:** 24.09.2021

Nicli Crocchi - Secretária Municipal de Saúde

Idir Trevisso - Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
LICITAÇÃO Nº 196/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 131/2021

(Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto 10.324/2019).

**Tipo de licitação: MENOR PREÇO.**

**OBJETO:** Aquisição de 40 caixas de impressos contendo de cada 500 jogos de nota fiscal produtor rural totalizando 20.000 notas.

**VALOR UNITÁRIO DA CAIXA:** R\$ 170,00

**VALOR GLOBAL:** R\$ 6.800,00

**PARTICIPANTE HABILITADO E ADJUDICADO:**

- ALBGRAP FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA

**HOMOLOGAÇÃO:** 24.09.2021

Idir Trevisso - Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI**  
ESTADO DO PARANÁ

**1º TERMO ADITIVO**

**CONTRATO Nº 160/2021**

**LICITAÇÃO Nº 053/2021**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 647/2021**

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sita na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí - PR, neste ato representado pelo senhor IDIR TREVISSO, Prefeito Municipal, residente à Rua Dr. Ferreira Correia, centro, Ivaí - PR, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 197.260-1 SSP-PR e do CPF/MF nº 196.938.180-91 e a senhora Nicol Crocchi, Secretária Municipal de Saúde, portadora da cédula de identidade sob Registro Geral nº 8.005.529-5, inscrita no CPF/MF sob o nº 053.219.279-40 a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa CLIMED - CLÍNICA MÉDICA DE ARAPOTI S/S LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Telemaco Carvalh, 8, sala 09, centro, Arapoti/PR, CEP 84990-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.419.020/0001-52, neste ato denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor Paulo Renato Lopes Pauli, brasileiro, casado, residente à Rua Francisco Buzio, 297, Apto 71, centro, Ponta Grossa/PR, portador da cédula de identidade nº 197.260-1 SSP-PR, do CPF/MF nº 305.735.990-88, mantendo observância ao disposto na Lei Federal nº 6.063/63 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

**OBJETO:** contratação de empresa prestadora de serviços de medicina para prestar serviços 24 horas, se responsabilizando pela parte cirúrgica e obstétrica dos atendimentos hospitalares, direção clínica do hospital, realizar auditoria dos atendimentos do SUS bem como AIHS, anestesiista para acompanhamento de todos os procedimentos cirúrgicos realizados no H.M.J.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR**

Essa empresa, para o mesmo objeto, vem atuando com o mesmo valor mensal desde 21/03/2016, então, torna necessário ajustar o equilíbrio econômico financeiro do contrato celebrado, conforme previsto na Lei 180. Sendo assim, fica alterado o valor mensal de R\$ 202.714,04 (duzentos e doze mil, setecentos e quarenta reais e oitenta e quatro centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

Todas as demais cláusulas e condições não atingidas por este Termo Aditivo ficam ratificadas.

Ivaí (PR), 21 de setembro de 2021.

Idir Trevisso

Paulo Renato Lopes Pauli

Nicol Crocchi

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAI**  
ESTADO DO PARANÁ

**1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 273/2020**

**LICITAÇÃO Nº 135/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 088/2020**

A Prefeitura Municipal de Ivaí, pessoa jurídica de direito público, sita na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí - PR, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor IDIR TREVISSO, brasileiro, casado, residente em Ivaí - PR, a Rua Dr. Ferreira Correia, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 197.260-1 SSP-PR e do CPF/MF nº 196.938.180-91, a seguir denominada CONTRATANTE, e a empresa LÓRES ALBERTO DOS SANTOS - ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, localizada na Paulo Faria, Nº22, Bairro Centro, Ivaí - PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.194.156/0001-01, neste ato denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. Lóres Alberto dos Santos, domiciliado na Rua Paulo Faria, Nº22, Bairro Centro, Ivaí - PR, portador da cédula de identidade sob Registro Geral nº 36982077 e do CPF/MF nº 506.598.879-53, mantendo observância ao disposto na Lei Federal 8.666/93 e posteriores alterações, resolvem, de comum acordo, firmar este Termo Aditivo, regido pelas cláusulas e disposições seguintes:

**OBJETO:** contratação de empresa que preste serviços de metalurgia e fundição (Maior desconto sobre a tabela PARANÁ EDIFICAÇÕES). Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O objeto do Termo Aditivo é a alteração da CLÁUSULA TERCEIRA do contrato original. Visando o redimensionamento do objeto, fica acrescentado o valor de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), alterando o valor total de R\$ 50.000,00 para R\$ 62.500,00, de acordo com o Artigo 65, inciso I, alínea "b" da Lei 8.666/93.

Observância mantida as demais cláusulas do contrato original.

Ivaí - PR, 14 de setembro de 2021.

Idir Trevisso - Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA**  
ESTADO DO PARANÁ

**Aviso de Licitação**

Pregão Eletrônico Nº 221/2021.

O Município de Ponta Grossa - PR realizará às 13h00m do dia 13 de outubro de 2021, através da Bolsa de Licitações e Leilões ([www.bolcompras.org.br](http://www.bolcompras.org.br)), Pregão, na forma eletrônica, para aquisição de equipamentos de informática para execução das atividades pedagógicas e administrativas, em atendimento às unidades educacionais da rede pública municipal de ensino da SME. Valor Máximo: R\$ 3.406.356,40 (três milhões, quatrocentos e seis mil, trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos). Mais informações, bem como a íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Contratos no horário das 12h00min às 18h00min na sede da prefeitura, ou pelo telefone (42) 3220-1000 ramal 1008 ou ainda através do link <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/licitacoes>.

Ponta Grossa, 24 de setembro de 2021

**SIMONE DO RÓCIO PEREIRA NEVES**

Secretária Municipal de Educação

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA**  
ESTADO DO PARANÁ

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO**

**AVISOS DE LICITAÇÃO**

**TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2021**

A Prefeitura do Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná, realizará na sua sede, à Av. Visconde de Taunay, nº 950, 2º andar, em 13 de Outubro de 2021, às 13h30min, licitação para execução de obras de reforma do Centro Municipal de Educação Infantil Dr. Guilherme Heller Bauer, localizado à Rua Casemiro Popinigas, 34, Vila Liane, Bairro Orías (S 25° 3' 56,6" W 50° 6' 17,5", valor máximo R\$ 284.408,80.

Maiores informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Planejamento, sito à Av. Visconde de Taunay, 950, no horário das 12h às 18h, fone 42-3220-1304, site <http://servicos.pontagrossa.pr.gov.br/portalfinancas/licitacoes>.

Ponta Grossa, 24 de setembro de 2021

**Celso Augusto Sant'Anna - Secretário Municipal**

**SOHO JARDINS**  
residência

**CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO PROCONSTRUÇÃO DO CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO SOHO JARDINS RESIDENCE**

Nos termos estabelecidos no art. 15, *Parágrafo Segundo*, do Estatuto da ASSOCIAÇÃO PROCONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SOHO JARDINS RESIDENCE - aprovada na Assembleia realizada na data de 21 de junho de 2017 -, a Administradora do referido empreendimento, neste ato convoca a todos os associados a comparecerem na Assembleia Geral a ser realizada no local, data e horários abaixo indicados, na qual será tratado os seguintes itens:

- Apresentação geral sobre o cronograma físico da obra;
- Fluxo de caixa e Revisão orçamentária.

A assembleia será realizada:

**Data:** 30 de setembro de 2021.

**Local:** Hotel Planalto, localizado na Rua Sete de Setembro, nº 652, centro, cidade de Ponta Grossa/PR.

**Horário:** Primeira Convocação às 18h30min, iniciando-se com a presença de no mínimo 50% dos associados.

Segunda Convocação às 19h00min, iniciando-se com os associados que estiverem presentes.

Importante destacar que:

- a) A Assembleia é o órgão deliberativo supremo da associação;
- b) As decisões serão válidas para todos os associados;
- c) Em razão da Pandemia COVID-19, será obrigatório o uso de máscaras de proteção e serão tomadas todas as medidas de precauções devidas, conforme orientações do Ministério da Saúde;
- d) A Assembleia poderá ser cancelada, sem prévio aviso, na hipótese de determinação de drásticas medidas de isolamento.

Atenciosamente,

Ponta Grossa/PR, 23 de setembro de 2021

**JMC CONSTRUTORA**  
Administradora

**EDITAL DE LEILÃO**

(Artigo 887 do CPC, e § seguintes da Lei 13.105 de 16 de março de 2015)

O JUÍZO DA 3ª VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE PONTA GROSSA, SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ, na forma da lei, FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital ou dele tiverem conhecimento, que será(ão) leilão(s), integralmente na modalidade eletrônica (com observância do disposto na Resolução 236, de 13/07/2016, do Conselho Nacional de Justiça - CNJ: "art. 21. Sobre o lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial exclusivamente eletrônica, o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessados tenham oportunidade de ofertar novos lances."), o(s) bem(ens) penhorado(s) nos autos supracitados, na forma seguinte:

1º LEILÃO: dia 05/10/2021 às 10:00 horas.

2º LEILÃO: dia 26/10/2021 às 10:00 horas.

Condições de pagamento: à vista.

5023694-75.2021.4.04.7009/PR: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL X CRIAÇÃO DESIGN DA COMUNICACAO LTDA - ME e OUTRO; 5000198-45.2011.4.04.7007/PR: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO X R. M. REHDER DE SOUZA MELLO - ME; 5000083-76.2015.4.04.7009/PR: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL X MALTA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA; 5016658-53.2019.4.04.7009/PR: CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF X SVR MANUTENCAO ELETRONICA LTDA - ME e OUTRO; 5008643-70.2016.4.04.7009/PR: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL X EDELGIL LUIZ DE ALMEIDA TUPICH e OUTRO; 5007912-06.2018.4.04.7009/PR: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL X PGFER MANUTENCAO EIRELI; 5005634-03.2016.4.04.7009/PR: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL X TEREZA PABIS REICOES e EVENTOS LTDA - EPP; 5005086-89.2013.4.04.7009/PR: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL X PANIFICADORA E CONFEITARIA OFICINA LTDA EPP; 5003836-75.2014.4.04.7009/PR: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL X EDSON MIGUEL ZEDEBSKI; 5003527-83.2016.4.04.7009/PR: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL X KOMPENSER LTDA. Demais informações, bem como Editais na íntegra e demais documentos no site do Leilão: RAIMUNDO MAGALHÃES DE MORAES, inscrito na JUCEPAR sob nº 678 (Fone: 41 3027-5252), estando autorizado a receber lances em seu endereço eletrônico [WWW.RMILEILOS.COM.BR](http://WWW.RMILEILOS.COM.BR). Endereço do Juízo: Rua Theodoro Rosas, 1.125, Centro, Ponta Grossa

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA**  
ESTADO DO PARANÁ

**DECRETO Nº. 3325 DE 2021**

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município no valor de R\$ 233.000,00 (duzentos e trinta e três mil reais) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, fazendo uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei e nos termos do art. 5º, da Lei Municipal nº 1099, de 21 de dezembro de 2020 - LOA/2021.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Geral do Município de Reserva um Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1163, de 24 de setembro de 2021, no valor de R\$ 233.000,00 (duzentos e trinta e três mil reais) para atender aos seguintes programas:

03. SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE

0001. DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

20.608.0003.2 - 013 - GESTÃO DA Secretaria de Agricultura, Pec. Indústria e Comércio

3190.11.00.00 - 0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas ..... R\$ 209.000,00

3190.13.00.00 - 0000 - Obrigações Patronais ..... R\$ 24.000,00

TOTAL ..... R\$ 233.000,00

Art. 2º Como recursos para cobertura de crédito aberto na forma do artigo anterior serão os recursos resultantes do cancelamento parcial de dotações no valor de R\$ 233.000,00 (duzentos e trinta e três mil reais), de conformidade com o definido no Art. 43, Parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320-64, como segue:

88. ENCARGOS ESPECIAIS

0001. ENCARGOS ESPECIAIS

28.843.0001.0 - 063 - Confissões de Dívidas Instituto de Previdência

3391.97.00.00 - 0000 - Aporte para cobertura do Deficit Anual ..... R\$ 233.000,00

TOTAL ..... R\$ 233.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 24 de setembro de 2021.

**LUCAS MACHADO RIBEIRO**

Prefeito do Município de Reserva

Estado do Paraná

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA**  
ESTADO DO PARANÁ

**DECRETO Nº. 3326, DE 24 DE SETEMBRO DE 2021.**

Súmula: Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento Geral do Município no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais) e dá outras providências. O PREFEITO MUNICIPAL DE RESERVA, Estado do Paraná, fazendo uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei e nos termos do inciso IV do art. 5º, da Lei Municipal nº 1099, de 21 de Dezembro de 2020 - LOA/2021.

**DECRETA**

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município de Reserva, no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), para atender aos seguintes programas:

06. SECRETARIA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA

0001. DEPARTAMENTO DE SAÚDE

10.302.0006.2 - 045 - Fundo Municipal de Saúde - Aprimoramento da Rede de Urgência e Emergência

3390.19.00.00 - 0000 - Outros Serviços de Terceiros - PJ ..... R\$ 33.000,00

TOTAL ..... R\$ 33.000,00

Art. 2º Como recursos para cobertura de crédito aberto na forma do artigo anterior serão os recursos resultantes do superávit financeiro por fonte de recursos no valor de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), de conformidade com o definido no Art. 43, Parágrafo 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320-64, como segue:

SUPERÁVIT FINANCEIRO POR FONTES RECURSOS LIVRES - 0000 ..... R\$ 33.000,00

TOTAL ..... R\$ 33.000,00

Art. 3º Fica adicionado ao cronograma de desembolso o montante do superávit financeiro nas fontes a seguir:

Fonte 0000

JAN FEV MAR ABR MAI JUN

JUL AGO SET OUT NOV DEZ TOTAL

Alterações ad Cronog. Desembolso

0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 R\$ 33.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 24 de Setembro de 2021.

**LUCAS MACHADO RIBEIRO**

Prefeito do Município de Reserva

Estado do Paraná

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PRUDENTÓPOLIS**  
ESTADO DO PARANÁ

**CHAMADA PÚBLICA Nº 025/2021**

**OBJETO:** Credenciamento de Pessoas Jurídicas para a futura e eventual prestação de serviços de manutenção de ar condicionado veicular, incluindo reposição de gás, com utilização de Tabela de Tempos de Manutenção disponibilizada pelo Município, visando à manutenção dos veículos leves, médios e pesados da frota municipal.

**PREÇO MÁXIMO ADMITIDO:** R\$ 160.229,00 (cento e sessenta mil duzentos e vinte e nove reais)

**PROTOCOLO DO ENVELOPE:** dia 28 de setembro de 2021 até o dia 28 de setembro de 2022.

**DATA DE ABERTURA INICIAL:** 15 de outubro de 2021, às 08h30m, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Prudentópolis.

**INFORMAÇÕES:** As informações poderão ser obtidas no site [www.prudentopolis.pr.gov.br](http://www.prudentopolis.pr.gov.br), e também junto ao Depto de Licitações da Prefeitura Municipal de Prudentópolis, localizado na Rua Rui Barbosa, nº 801, Centro, Prudentópolis-PR, CEP 84400-000, fone (42) 3446-8007 de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas.

**Andriele S. Lupepasa**

Membro da CPI.

**SÚMULA DE RECEBIMENTO DA LICENÇA PRÉVIA**  
**COMPANHIA PARANAENSE DE CONSTRUÇÕES S/A** torna público, que recebeu do IAT a Licença Prévia, para atividade de extração e beneficiamento de diabásio, a ser implantado em área rural, na localidade de Pinhalzinho, Município de Ortigueira, Estado do Paraná.

**SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO**  
**COMPANHIA PARANAENSE DE CONSTRUÇÕES S/A** torna público, que requer ao IAT a Licença de Instalação, para atividade de extração e beneficiamento de diabásio, a ser implantado em área rural, na localidade de Pinhalzinho, Município de Ortigueira, Estado do Paraná.





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

**CONTRATO Nº 307/2021**

## **CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ E A EMPRESA ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA**

A **Prefeitura Municipal de Ivaí**, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Rui Barbosa, 632, centro, Ivaí - PR, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Senhor **IDIR TREVISO**, brasileiro, casado, residente em Ivaí - Pr, a Rua Dr. Ferreira Correia, portador da cédula de identidade sob registro geral nº 197.260-1 SSP-PR e do CPF/MF nº 196.938.180-91, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Pérola do Vale, nº 55, sala 02, Itoupava Central, Blumenau (SC), CEP: 89062-212, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.665.084/0001-04, neste ato denominada **CONTRATADA**, representada pelo Senhor **Braz Albano**, brasileiro, residente à Rua Pinheiro, nº 201, bairro Itoupava em Blumenau (SC), CEP 89066-170, portador da cédula de identidade nº 1.729.366-9 SSP/SC, do CPF/MF nº 538.699.669-04, acordam e ajustam firmar o presente **CONTRATO**, nos termos da Lei Federal 8.666/93, de 21/06/1993, assim como pelas Condições do Edital de Licitação nº 190/2021, Pregão nº 131/2021, Processo Eletrônico nº 131/2021, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

§ 1º - O presente contrato tem por objeto a aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada, de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas, conforme mapa de proposta em anexo.

§ 2º - integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Licitação nº 190/2021, Pregão nº 131/2021, Processo Eletrônico nº 131/2021, juntamente com seus anexos e a proposta da **CONTRATADA**.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE EXECUÇÃO**

A execução do presente Contrato dar-se-á sob a forma de execução indireta.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL**

Pela execução do objeto ora contratado, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor unitário da caixa de R\$ 170,00 e o valor global de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais).

### **CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

§ 1º - O pagamento será efetuado a prazo, em até 30 dias após a execução do objeto e mediante a apresentação da nota fiscal e será realizado unicamente por meios eletrônicos ofertados pelo sistema bancário na forma de créditos, ordem bancária, transferência eletrônica ou por outros serviços da mesma natureza, disponibilizados pelas instituições financeiras, na conta corrente da empresa, mediante apresentação do número do banco, da agência e da conta corrente, sendo vedada a utilização de cheques, conforme artigo 45 da Instrução Normativa nº 58/2011 do TCE/Pr.

a) Vencido o prazo estabelecido acima e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, em observância ao que dispõe o artigo 40, inciso XIV, alínea "c", e 55, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 1993, com suas alterações posteriores, ficando suspensos por 01 (um) ano quaisquer reajustes de preços, exceto as revisões para reequilíbrio econômico financeiro da relação contratual.

§ 2º: Na nota fiscal do objeto deverá constar a modalidade da licitação com o respectivo número e o nº do contrato (Pregão nº 131/2021 - Eletrônico nº 131/2021 e contrato nº 307/2021).

§ 3º: Caso se verifique erro na nota, o pagamento será susado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da proponente, emitente da nota.

BRAZ  
ALBANO:53869  
966904

Digitally signed by BRAZ  
ALBANO:5386966904  
DN: cn=BRAZ, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF  
A1, ou=EM BRANCO, ou=19109359000120,  
ou=PRESENCIAL, cn=BRAZ  
ALBANO:5386966904  
Date: 2021.09.29 15:33:35 -03'00'





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR  
Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

§ 4º: As notas deverão ser entregues na sede da Prefeitura Municipal de Ivaí, durante o horário do expediente.

§ 5º: O pagamento poderá ser sustado, no todo ou em parte, nos casos de:

- a) execução em desacordo com o avençado;
- b) existência de débito de qualquer natureza com a Contratante;
- c) não ter havido manutenção de todas as condições de qualificação exigidas para a contratação.

§ 6º: A contratada ficará obrigada a apresentar nota fiscal do objeto.

§ 7º: Nas notas fiscais deverá constar o ATESTO do encarregado responsável pelo recebimento das mercadorias, inclusive conter seu nome legível para fins de registro na liquidação da despesa.

I - Em caso de não constar esses dados, a nota não será empenhada.

§ 8º apresentação da prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

## CLÁUSULA QUINTA - RECURSO FINANCEIRO

A despesa decorrente do presente Contrato será efetuada à conta dos seguintes recursos financeiros:

05001206062001201433903000000 0590

## CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

a) - O valor ora contratado será fixo, não podendo ser reajustado.

## CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

§ 1º- Após a homologação do resultado e após a assinatura do contrato será a vencedora notificada e convocada, através da devida nota de empenho, **para no prazo de até 10 (dez) dias**, entregar o objeto desta licitação, para todos os LOTES, sob pena de decair do direito à contratação.

§ 2º - O prazo para a execução/vigência do objeto da presente licitação será de **12 meses** a partir da emissão do contrato pós publicação podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo, desde que satisfeitos os requisitos do artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

§ 3º - O prazo estabelecido no parágrafo segundo desta cláusula poderá ser prorrogado nos termos do art. 57, §§ 1º e 2º da lei nº 8/666/93.

## CLÁUSULA OITAVA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

§ 1º - Constituem direitos de a CONTRATANTE receber o objeto desse Contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

§ 2º - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) - efetuar o pagamento ajustado;
- b) - verificar o objeto entregue atestando se atende às especificações do edital e da proposta vencedora, caso contrário não aceitando o mesmo, exigindo o cumprimento do presente contrato conforme mapa de proposta.

BRAZ  
ALBANO:538699  
66904

Digitally signed by BRAZ  
ALBANO:53869966904  
DN: cn=BR, ou=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e CPF  
A1, ou=EM BRANCO, ou=19109359000120,  
ou=PRESENCIAL, cn=BRAZ  
ALBANO:53869966904  
Date: 2021.09.29 15:35:34 -03'00'





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br

email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

§ 3º - *Constituem obrigações da CONTRATADA:*

- a) - *executar o objeto na forma ajustada;*
- b) - *atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato; (ver art. 71).*
- c) - *manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;*
- d) - *apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;*
- e) - *substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do presente Contrato, em que se verificarem vícios ou defeitos (ver art. 69)*

## CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA sujeitar-se-á, em caso de inadimplemento de suas obrigações, definidas neste instrumento ou em outros que o complementem, as seguintes multas, sem prejuízo das sanções legais, Art. 86 a 88 da Lei 8.666/93 e responsabilidades civil e criminal:

(A)- A Prefeitura poderá, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas neste edital, convocar o proponente remanescente, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido para as MPE, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive, quanto aos preços atualizados de conformidade com o presente edital, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 81 da lei nº 8.666/93.

(B)- A recusa da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirá-lo dentro do prazo estabelecido no edital, estando à proposta dentro da validade, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida, ficando a mesma sujeita à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, além de decair no direito a contratação.

(C)- Além das já especificadas neste instrumento, sujeitam-se a adjudicatária inadimplente as demais penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo de outras medidas cabíveis preconizadas no Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078/90.

(D)- O licitante e o contratado que incorram em infrações administrativas sujeitam-se às seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista neste instrumento convocatório;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; e

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

E) - As sanções previstas nos itens I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

F) - Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

BRAZ  
ALBANO:5386  
9966904

Digitally signed by BRAZ  
ALBANO:53869966904  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-  
CPF A1, ou=EM BRANCO,  
ou=19109359000120, ou=PRESENCIAL,  
cn=BRAZ ALBANO:53869966904  
Date: 2021.09.29 15:37:55 -03'00'





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaí.pr.gov.br](http://www.ivaí.pr.gov.br)

email: [licitacao@ivaí.pr.gov.br](mailto:licitacao@ivaí.pr.gov.br)

G) - Fica estipulada a **MULTA MORATÓRIA** de 0,3% (três décimos percentual) por dia de atraso sobre o valor do bem atrasado quando a contratada, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida. A partir do décimo dia de atraso, essa multa será aplicada em dobro, e, decorridos 30 (trinta) dias corridos de atraso, o contratante poderá decidir pela continuidade da multa ou pelo cancelamento do pedido ou documento correspondente em razão da inexecução total do respectivo objeto, aplicando, na hipótese de inexecução total, apenas a multa prevista no item 12.8.

(H)- Fica estipulada a **MULTA COMPENSATÓRIA** de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de inexecução total, caracterizada esta quando a execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total, quando houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas, ou quando o atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos, a que se refere o item 12.7, hipótese em que será cancelado o pedido ou documento correspondente.

(I)- O valor correspondente a qualquer multa aplicada à contratada, respeitados os Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, deverá ser depositado em até 10 (dez) dias corridos, após o recebimento da notificação, em favor da contratante, ficando a contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do recibo do depósito efetuado.

(J)- Decorrido o prazo de 10 (dez) dias corridos, para recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias corridos, após a data da notificação, e, após este prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente.

K) - A multa aplicada será descontada da contratada, no caso desta ser credora de valor suficiente.

(L)- Se a multa aplicada for superior ao total dos pagamentos eventualmente devidos, a contratada responderá pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

(M)- As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

N) - Os valores relativos à aplicação das multas serão retidos do pagamento da contratada, durante o processo administrativo no qual se discute a sua regular aplicação, após o qual será devolvida à contratada ou estornada do empenho respectivo.

O) - A aplicação da multa a que se refere o item 12.4.1 não impede a rescisão unilateral do contrato nem que se apliquem as demais sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

P) - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração serão aplicadas a licitante que:

Q) - recusar-se injustificadamente, após ser considerada adjudicatária, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

R) - não mantiver sua proposta;

S) - incorrer em inexecução contratual.

T) - A aplicação da sanção prevista no item 10.4 deve observar o prazo de duração de no máximo 2 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Município de Ivaí Pr.

(U)- Quando o participante for punido com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibido de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior.

BRAZ

ALBANO:538  
69966904

Digitally signed by BRAZ  
ALBANO:53869966904  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria  
de Receita Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e CPF A1, ou=EM BRANCO,  
ou=19109359000120, ou=PRESENCIAL,  
cn=BRAZ ALBANO:53869966904  
Date: 2021.09.29 15:40:20 -03'00'





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

*(V)- A declaração de inidoneidade será aplicada a quem:*

- Fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- Apresentar documento falso;
- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- Afastar ou procurar afastar participante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- Agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em infrações à ordem econômica, definidos na Lei nº 8.884/94;
- Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
- A declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos e produzirá seus efeitos perante o Município de Ivaí/PR.
- A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração.
- As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:
- Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – PROCEDIMENTOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- A) - As sanções administrativas devem ser aplicadas em procedimento administrativo autônomo em que se assegure ampla defesa, cujo procedimento deve observar o seguinte:
- B) - o responsável pela aplicação da sanção deve autorizar a instauração do procedimento;
- (C) - o ato de instauração deve indicar os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;
- (D) - o acusado dispõe de 5 (cinco) dias para oferecer defesa e apresentar as provas conforme o caso;
- E) - caso haja requerimento para produção de provas, o agente deve apreciar sua pertinência em despacho motivado;
- F) - quando se fizer necessário, as provas serão produzidas em audiência previamente designada para este fim;
- G) - concluída a instrução processual, a parte será intimada para apresentar razões finais, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

BRAZ  
ALBANO:5386  
9966904

Digitally signed by BRAZ  
ALBANO:53869966904  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-  
CPF A1, ou=EM BRANCO,  
ou=19109359000120, ou=PRESENCIAL,  
cn=BRAZ ALBANO:53869966904  
Date: 2021.09.29 15:41:41 -03'00'



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaipr.gov.br](http://www.ivaipr.gov.br) email: [licitacao@ivaipr.gov.br](mailto:licitacao@ivaipr.gov.br)

H) - transcorrido o prazo previsto no inciso anterior, a Administração, dentro de 15 (quinze) dias, elaborará o relatório final e remeterá os autos para deliberação da autoridade competente, após o pronunciamento da assessoria jurídica do Departamento de Licitações;

(I) - todas as decisões do procedimento devem ser motivadas; e

J) - da decisão cabe recurso à autoridade superior, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

(L) - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

M) . Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

N) - . A multa será descontada dos créditos constantes da fatura, ou outra forma de cobrança administrativa ou judicial.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e nos termos dos arts. 79 e 80 da Lei 8.666/93.

§ Único – A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Instrumento Contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666, de 21/06/1993, suas alterações e legislação pertinente e pelos preceitos de direito público, aplicando sê-lhe supletivamente, os, princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. (ver art. 54).

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VIGÊNCIA

O presente Contrato terá o prazo de vigência de 12 meses, **podendo** ser prorrogado nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei 8.666/93.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO – (artigos 66, 67, 69 e 70).

Os fiscais do presente contrato são os designados pela Portaria nº 152/2021.

## CLÁUSULA DECIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS – (artigo 73).

O responsável pelo recebimento do objeto são os designados pela Portaria nº 035/2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CASOS OMISSOS (art. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

I - A Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná exige que licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculado, que mantenham os mais elevados padrões de ética durante a aquisição e execução de contratos.

BRAZ  
ALBANO:53869  
966904

Digitally signed by BRAZ  
ALBANO:53869966904  
DN: cn=BRAZ, o=CP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-  
CPF A1, ou=EM BRANCO,  
ou=19109359000120, ou=PRESENCIAL,  
cn=BRAZ ALBANO:53869966904  
Date: 2021.09.29 15:42:58 -03'00'





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: [www.ivaí.pr.gov.br](http://www.ivaí.pr.gov.br)

email: [licitacao@ivaí.pr.gov.br](mailto:licitacao@ivaí.pr.gov.br)

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

(i) "prática corrupta": significa oferecer, entregar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido a ação de terceiros;

Para os fins deste parágrafo, "terceiros" refere-se a um funcionário público que atue no processo de aquisição ou na execução do contrato. Nesse contexto, "funcionário público" inclui a equipe do Banco Mundial e os funcionários de outras organizações que examinam ou tomam decisões sobre aquisição.

(ii) "prática fraudulenta": significa qualquer ato, falsificação ou omissão de fatos que, de forma intencional ou irresponsável induza ou tente induzir uma parte a erro, com o objetivo de obter benefício financeiro ou de qualquer outra ordem, ou com a intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um funcionário público; os termos "benefício" e "obrigação" são relativos ao processo de aquisição ou à execução do contrato; e o "ato ou omissão" tem como objetivo influenciar o processo de aquisição ou a execução do contrato.

(III) "prática colusiva": significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente às ações de outra parte;

Para os fins deste parágrafo, o termo "partes" refere-se aos participantes do processo de aquisição (inclusive funcionários públicos) que tentam por si mesmos ou por intermédio de outra pessoa ou entidade que não participe do processo de aquisição ou seleção simular a concorrência ou estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos ou ter acesso às propostas de preço ou demais condições de outros participantes.

(IV) "prática coercitiva": significa prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte interessada ou à sua propriedade, para influenciar indevidamente as ações de uma parte;

Para os fins deste parágrafo, "parte" refere-se a um participante do processo de aquisição ou da execução do contrato.

(v) "prática obstrutiva": significa:

(aa) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores, com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta, fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, perseguir ou intimidar qualquer parte interessada, para impedi-la de mostrar seu conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou ao seu prosseguimento, ou (bb) atos que tenham como objetivo impedir materialmente o exercício dos direitos do Banco de promover inspeção ou auditoria, estabelecidos no parágrafo (e) abaixo:

(b) rejeitará uma proposta de outorga se determinar que o licitante recomendado para a outorga do contrato, ou qualquer do seu pessoal, ou seus agentes, subconsultores, subempreiteiros, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários, envolveu-se, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer para o contrato em questão;

(c) declarará viciado o processo de aquisição e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de aquisição ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

(d) sancionará uma empresa ou uma pessoa física, a qualquer tempo, de acordo com os procedimentos de sanção cabíveis, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado: (i) para a outorga de contratos financiados pelo Banco; e (ii) para ser designado subempreiteiro, consultor, fornecedor ou prestador de serviço de uma empresa elegível que esteja recebendo a outorga de um contrato financiado pelo Banco;

BRAZ

ALBANO:538  
69966904

Digitally signed by BRAZ  
ALBANO:53869966904  
DN: cn=BRAZ, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria  
da Receita Federal do Brasil - RFB,  
ou=RFB e CPF A1, ou=EM BRANCO,  
ou=19109359000120, ou=PRESENCIAL,  
cn=BRAZ ALBANO:53869966904  
Date: 2021.09.29 15:44:49 -03'00'





# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivaí - PR

Site: www.ivaí.pr.gov.br email: licitacao@ivaí.pr.gov.br

Uma empresa ou uma pessoa física pode ser declarada inelegível para a outorga de um contrato financiado pelo Banco: (i) após a conclusão do processo de sanção conforme os procedimentos do Banco, incluindo, inter alia, impedimento "cruzado", conforme acordado com outras Instituições Financeiras Internacionais, como Bancos Multilaterais de Desenvolvimento e através da aplicação de procedimentos de sanção por fraude e corrupção em licitações corporativas do Grupo Banco Mundial, e (ii) em decorrência de suspensão temporária ou suspensão temporária preventiva em relação a um processo de sanção em trâmite.

Um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço nomeado (nomes diferentes podem ser usados dependendo do edital de licitação específico) é aquele que: (i) foi indicado pelo licitante em sua pré-qualificação ou proposta porque traz experiência e conhecimento específicos ou cruciais que permitem ao licitante cumprir as exigências de qualificação para a licitação em tela; ou (ii) foi indicado pelo Mutuário.

(e) Os licitantes, fornecedores e empreiteiros, assim como seus subempreiteiros, agentes, pessoal, consultores, prestadores de serviço e fornecedores, deverão permitir que o Banco inspecione todas as contas e registros, além de outros documentos referentes à apresentação das propostas e à execução do contrato, e os submeta a auditoria por profissionais designados pelo Banco.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CASOS OMISSOS (art. 55, XII)

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei 8.666/93, suas alterações e legislação pertinente e dos princípios gerais de direito.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FORO (art. 55, § 2º).

Fica eleito o foro da Comarca de Imbituva (PR) para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, em três (03) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Ivaí (PR), 27 de setembro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ - PR

Idir Treviso - Prefeito Municipal

CONTRATANTE

BRAZ

ALBANO:53869  
966904

ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA

Braz Albano

CONTRATADA

Digitally signed by BRAZ  
ALBANO:53869966904  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-  
CPF A1, ou=EM BRANCO,  
ou=19109359000120, ou=PRESENCIAL,  
cn=BRAZ ALBANO:53869966904  
Date: 2021.09.29 15:46:55 -03'00'

TESTEMUNHA

Welton Ademir Ferreira

CPF/MF 086.341.999-24

TESTEMUNHA

Marcia Luciene Kobilarz

CPF/MF 956.815.909-68



# PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

CNPJ 76.175.918/0001-33

Rua: Rui Barbosa, 632 - Fone: (42) 3247-1222 - 84460-000 - Ivai - PR

Site: www.ivai.pr.gov.br email: licitacao@ivai.pr.gov.br



Município de Ivai - 2021  
Classificação por Fornecedor  
Pregão 131/2021

Item		Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Prego Unitário	Prego Total	Sei
Fornecedor:		138916-0 ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA								
Email:		albgraf@terra.com.br								
Representante:		138525-2 BRAZ ALBANO								
Lote 001 -		NOTA FISCAL DE PRODUTOR.								
001	42041	NOTA FISCAL DE PRODUTOR.	CX	40,00	Classificado	PRÓPRIA	NOTA FISCAL	170,00	6.800,00	*
		NOTA FISCAL DE PRODUTOR.								
		TAMANHO: 240 X 280 MM								
		CORES: 1 X 0								
		PAPEL: AUTOCOPIATIVO								
		QUANTIDADE DE VAS: 05								
		CAIXA CONTENDO 500 UNIDADES.								
VALOR TOTAL:									6.800,00	

BRAZ  
ALBANO:538  
69966904

Digitally signed by BRAZ  
ALBANO:53869966904  
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB  
e=CPF A1, ou=EM BRANCO,  
ou=19109359000120, ou=PRESENCIAL,  
cn=BRAZ ALBANO:53869966904  
Date: 2021.09.29 15:48:44 -03'00'



**DIVISÃO DE LICITAÇÃO**  
**EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 307/2021**  
**LICITAÇÃO Nº 190/2021 PREGÃO Nº: 131/2021**

**EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 307/2021**

**Licitação nº 190/2021**

**Pregão nº: 131/2021**

**Processo Eletrônico nº: 131/2021**

**OBJETO:** aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada, de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas.

**CONTRATADA:** ALBGRAF FORMULARIOS CONTINUOS LTDA

**CONTRATANTE:** Município de Ivaí – Pr.

**Valor unitário:** R\$ 170,00

**Valor global:** R\$ 6.800,00

**Vigência:** 12 meses

**Data da assinatura:** 27/09/2021

**IDIR TREVISIO**

Prefeito Municipal

**BRAZ ALBANO**

Representante legal

**Publicado por:**

Márcia Luciene Kobilarz

**Código Identificador:**8A968F7D

**DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS**  
**PORTARIA 193/2021**

**DECRETO Nº 193/2021**

O Senhor **IDIR TREVISIO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado do processo seletivo para ampliação de carga horária em regime suplementar, e de conformidade com o art. 32 da Lei Municipal nº 914, de 28 de dezembro de 2009,

**D E C R E T A**

Art. 1º - Fica designada a professora **LUCIENE MANHAES DE PAULA**, para prestar serviço em regime de jornada suplementar, a partir de 04 de outubro de 2021.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de outubro de 2021.

**GABINETE DO PREFEITO**, em 28 de setembro de 2021.

**IDIR TREVISIO**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Joana Dercach Jensen

**Código Identificador:**30D044AF

**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA**

**GABINETE DO PREFEITO**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, através do presente Edital, convoca a candidata Vania Paula de Oliveira Marcusso, aprovada no Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº. 001/2020, a comparecer na Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivatuba, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de publicação deste Edital, para assumir o cargo de Professora, munida dos seguintes documentos:

- CPF;
- Cédula de Identidade (RG);
- Comprovante de residência;
- Carteira de trabalho – CTPS;
- Número de Inscrição no PIS/PASEP;

- Título de Eleitor;
- Comprovante de votação da última eleição;
- Certidão de quitação eleitoral;
- Certidão de crimes eleitorais;
- Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo FÓRUM;
- Certidão de nascimento/casamento/declaração de união estável;
- Comprovante de escolaridade;
- Carteira profissional (quando requisito do cargo);
- Carteira de habilitação (quando requisito do cargo);
- Certificado de alistamento militar (quando homem);
- Certidão de nascimento dos filhos (quando houver);
- CPF e cédula de identidade (RG) dos dependentes (cônjuge e filhos);
- Comprovante de que os filhos em idade escolar estão estudando;
- Exame admissional (aptidão física e mental).

Informamos que o não comparecimento no prazo acima estabelecido implicará na eliminação automática e irreversível da vaga ora ofertada.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de setembro de 2021 (dois mil e vinte e um).

**SÉRGIO JOSÉ SANTI**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Tauana Presa Requena

**Código Identificador:**68384454

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**AVISO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA MEI, ME/EPP PREGÃO**  
**PRESENCIAL Nº 049/2021-PMI**

O Município de Ivatuba torna público aos interessados a convocação para a participação de licitação na modalidade Pregão Presencial, de acordo com as seguintes especificações:

**MODALIDADE:** Pregão Presencial Nº 049/2021-PMI.

**TIPO:** Menor preço por item.

**OBJETO:** Aquisição de Gêneros Alimentícios e Material de Limpeza e Higiene para as secretarias do Município de Ivatuba, conforme planilha de especificações das atividades constantes no Anexo I do edital.

**ENTREGA DAS PROPOSTAS:** até às 08h30min, do dia 07 de outubro de 2021.

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** às 08h45min, do dia 07 de outubro de 2021.

**EDITAL DISPONÍVEL:** A cópia do Edital poderá ser retirada junto ao Portal da Transparência no site oficial do Município de Ivatuba.

**ENDEREÇO:** Secretaria de Administração, Gerência de Compras, na Rua Marechal Floriano, 797, Centro, Cidade de Ivatuba - Pr.

Onde se lê: Ivatuba/Pr, 21 de setembro de 2021.

Leia-se: Ivatuba/Pr, 24 de setembro de 2021.

**SERGIO JOSE SANTI**

Prefeito

**Publicado por:**

Tauana Presa Requena

**Código Identificador:**AACB7FA4

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº.**  
**033/2021-PMI**

Após os lances e análise dos documentos de habilitação do procedimento licitatório Pregão Presencial nº. 033/2021-PMI, que tem por objeto Contratação de Pessoa Jurídica Para Prestação de Serviços Gráficos e Impressos Para Atender as Secretarias do Município de Ivatuba, e nos termos da Lei nº. 10.520 de 17 de Julho de 2002, ADJUDICO o objeto a favor da licitante: à empresa GUILHERME GONÇALVES PADOVESI, inscrita no CNPJ/MF sob nº 28.480.889/0001-70, no valor de R\$ 27.928,40 (Vinte e sete mil novecentos e vinte e oito reais e quarenta centavos). Comunicamos ainda que não houveram proponentes interessados no Item 21, restando Deserto.



## DISPUTA

Esportes de PG  
realiza Circuito  
Municipal de  
Basquete 3x3

A Prefeitura de Ponta Grossa, através da Secretaria Municipal de Esportes (SMESP), em parceria com a Associação de Pais e Amigos Basquetebol (ASPA), convida todos os interessados em participar do Circuito Municipal de Basquete, na modalidade 3x3, Sub 18 e Adulto, nas categorias feminino e masculino. A primeira etapa será realizada no Parque Monteiro Lobato.

Segundo o presidente da Associação de Pais e Amigos Basquetebol (ASPA), Luiz Antônio Rodrigues Neto, após a realização das três etapas do Circuito, Ponta Grossa terá quatro equipes campeãs municipais de 2021. "Junto com a SMESP iremos realizar três etapas para a somatória de pontos das equipes."

Na última etapa, os trios que tiverem o maior número de pontos por categoria, ganham o Circuito Municipal de Basquete 3x3, explica Luiz Antônio Rodrigues Neto.

As inscrições estão abertas para a comunidade no geral que possui o interesse em disputar o Circuito, através do e-mail da ASPA aspasbasquete.bolpg@gmail.com, até o dia 8 de outubro. Para mais informações: (42) 99982-1921.

## FANTASMA &gt;&gt; DEMISSÃO

Sequência de derrotas tira  
Matheus Costa  
do Operário

O técnico deixa o comando do time com um aproveitamento de 42% na edição 2021 da Série B

DA REDAÇÃO  
cotidiano@jornalmanha.com.br

Com seis jogos sem vencer e grande insatisfação e pressão dos torcedores, a diretoria do Operário Ferroviário demitiu, no início da tarde desta quarta-feira (29), o técnico Matheus Costa. Com a derrota por 2 a 1 no último lance, diante do Vila Nova-GO, nesta terça-feira (28), o técnico deixa o comando do time com um aproveitamento de 42% na edição 2021 da Série B, tendo nove vitórias, sete empates e onze derrotas.

O ponto crucial para a queda do treinador foi a sequência negativa que o time vem acumulando na competição nacional. A última vitória do Fantasma aconteceu no dia 21 de agosto, contra o Vasco por 2 a 0. Depois, o Alvinegro teve dois empates com o Cruzeiro e Sampaio Corrêa, além de cinco derrotas contra Guarani, Vitória, Ponte Preta, Confiança e Vila Nova.

Entre os fatores que também pesaram foi a aproximação da zona de rebaixamento e derrotas para times que lutam contra a queda para a Série C.

Matheus Costa assumiu o comando do Operário no dia 21 de outubro, na 17ª rodada do primeiro turno da Série B 2020.

Após não suportar a pressão pelos resultados negativos em sequência no Campeonato Brasileiro Série B, o agora ex-técnico do Operário Ferroviário, Matheus



Pessoa. Ex-técnico do Operário Ferroviário, Matheus Costa, demitido na última quarta-feira (29), após derrota para a equipe do Vila Nova 1 Foto: Arquivo JM

## CRISE

## Operário se aproxima do Z4

Em crise, o Operário Ferroviário visitou na noite da última terça-feira (28) o Vila Nova em Goiânia, no Estádio Onésio Brasileiro Alvarenga. E o resultado marcou mais um jogo sem vitória do Operário, que chegou a marca de 7 jogos consecutivos sem vitória na Série B. Com um gol levado aos 51 minutos, o Operário perdeu por 2 a 1 para o Vila Nova. O Operário permanece em 12º com 34 pontos, há 7 pontos do Z4. O Vila Nova alcançou a 13ª colocação na tabela, com 33 pontos. O próximo confronto do fantasma é contra o Náutico.

Costa, postou em suas Redes Sociais um pronunciamento de despedida do clube. No post, ex-treinador lamentou a perda de jogadores durante a campanha da Série B, considerado pelo técnico como fator principal pela queda de rendimento na competição.

Costa afirmou "Mesmo disputando a série B mais difícil de todos os tempos, criamos a expectativa do acesso fazendo um bom primeiro turno. Mas não con-

seguimos manter o mesmo ritmo, principalmente após a perda de atletas, seja por contusão ou por saídas para outros clubes, incluindo atleta que hoje é um grande destaque na Série A". Costa relembrou ainda que até semanas atrás, comemorava a marca de ser o técnico mais longevo a frente de um clube na Série B. O ex-técnico foi demitido após a derrota da última terça-feira (28), por 2 a 1 para o Vila Nova.

## PUBLICAÇÃO LEGAL

<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ ESTADO DO PARANÁ</p> <p>EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 305/2021 Licitação nº 186/2021 Pregão nº 130/2021</p> <p>Processo Eletrônico nº 130/2021</p> <p>OBJETO: contratação de profissionais (Psicólogo, Assistente Social e Fisioterapeuta) para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, Lotes 001 e 002.</p> <p>CONTRATADA: MEDSUL MAIS SAÚDE LTDA</p> <p>CONTRATANTE: Município de Ivai - Pr.</p> <p>Valor global: R\$ 147.840,00</p> <p>Vigência: 12 meses</p> <p>Data da assinatura: 27/09/2021</p> <p>Idir Trevisol - Prefeito Municipal</p> <p>Nicolli Crocchi - Secretária Municipal de Saúde</p> <p>Patrícia Pochapski Kruttsch - Representante legal</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ ESTADO DO PARANÁ</p> <p>AVISO DE LICITAÇÃO Nº 202/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/2021 PROCESSO ELETRÔNICO Nº 136/2021 (Lei Federal nº 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19)</p> <p>Tipo de licitação: MENOR PREÇO.</p> <p>OBJETO: Aquisição de materiais permanentes e de consumo para serem utilizados no Centro de Convivência - Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.</p> <p>Dotação Orçamentária: 09001082440801204944905200000 0241</p> <p>09003082440801204944905200000 2673</p> <p>Data limite para recebimento de PROPOSTA: 15/10/2021 - 13h00min.</p> <p>Data de início da fase de LANCES: 15/10/2021 - a partir das 13h30min.</p> <p>Endereço eletrônico: <a href="http://www.bilcompras.org.br">http://www.bilcompras.org.br</a></p> <p>Local para informações e obtenção do instrumento convocatório e seus anexos: Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Ivai - Pr - Rua Rui Barbosa, 606 - Centro - Ivai - Pr - Fone - (42) - 3247-1222 - ramal 216 - site: <a href="http://www.ivaipr.gov.br">www.ivaipr.gov.br</a></p> <p>Ivai, 29 de setembro de 2021</p> <p>Welton Ademir Ferreira - Pregoeiro Municipal</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA ESTADO DO PARANÁ</p> <p>EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2021 PROCESSO 051/2021</p> <p>CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA</p> <p>CONTRATADO: CARLOS JANESKI ROCHA INFORMATICA - ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 09.066.917/0001-63</p> <p>OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA/PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E NA REDE DE COMPUTADORES. VIGÊNCIA: PRORROGA-SE DE 29/09/2021 28/03/2022.</p> <p>FUNDAMENTO: LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES. LUCAS MACHADO RIBEIRO (PREFEITO MUNICIPAL).</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA ESTADO DO PARANÁ</p> <p>EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 039-2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021</p> <p>CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA</p> <p>CONTRATADA: RCA MATERIAIS MEDICOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 20.740.209/0001-07</p> <p>OBJETO: ADITIVO CONTRATUAL DE SUPLEMENTOS (ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO), NOS TERMOS DA SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA. PRAZO DE VIGÊNCIA: ESTENDE-SE DE 28/09/2021 À 27/12/2021.</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA ESTADO DO PARANÁ</p> <p>EXTRATO DE CONTRATO Nº 227/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 080/2021 PROCESSO Nº 172/2021</p> <p>CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA</p> <p>CONTRATADA: NIEVOLA &amp; BOHAENCO LTDA inscrita no CNPJ sob o Nº 08.232.713/0001-92</p> <p>OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE 2.800 CAIXAS DE WAFER DE CHOCOLATE NA DISTRIBUIÇÃO NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL. VALOR: R\$ 12.320,00 (DOZE MIL TREZENTOS E VINTE REAIS).</p> <p>PRazo DE VIGÊNCIA: 23/09/2021 À 22/12/2021. FUNDAMENTO: ART. 24, INCISO II DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES. LUCAS MACHADO RIBEIRO (PREFEITO MUNICIPAL).</p>
<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ ESTADO DO PARANÁ</p> <p>EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 306/2021 Licitação nº 186/2021 Pregão nº 130/2021</p> <p>Processo Eletrônico nº 130/2021</p> <p>OBJETO: contratação de profissionais (Psicólogo, Assistente Social e Fisioterapeuta) para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, Lote 003.</p> <p>CONTRATADA: FERNANDA CAROLINE BUENO PEREIRA</p> <p>CONTRATANTE: Município de Ivai - Pr.</p> <p>Valor global: R\$ 32.385,00</p> <p>Vigência: 12 meses</p> <p>Data da assinatura: 27/09/2021</p> <p>Idir Trevisol - Prefeito Municipal</p> <p>Nicolli Crocchi - Secretária Municipal de Saúde</p> <p>Fernanda Caroline Bueno Pereira - Representante legal</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA ESTADO DO PARANÁ</p> <p>EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038-2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021</p> <p>CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA</p> <p>CONTRATADA: NORTE NUTRI PRODUTOS MÉDICOS E NUTRIÇÃO EIRELI, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 29.515.361/0001-52</p> <p>OBJETO: SUPLEMENTOS (ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO), NOS TERMOS DA SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME ITENS Nº 04, 05, E 8. PRAZO DE VIGÊNCIA: ESTENDE-SE DE 28/09/2021 À 27/12/2021.</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA ESTADO DO PARANÁ</p> <p>EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038-2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2021</p> <p>CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA</p> <p>CONTRATADA: NORTE NUTRI PRODUTOS MÉDICOS E NUTRIÇÃO EIRELI, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 29.515.361/0001-52</p> <p>OBJETO: SUPLEMENTOS (ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO), NOS TERMOS DA SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONFORME ITENS Nº 04, 05, E 8. PRAZO DE VIGÊNCIA: ESTENDE-SE DE 28/09/2021 À 27/12/2021.</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA ESTADO DO PARANÁ</p> <p>RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 081-2021 PROCESSO 175-2021</p> <p>Fundamento no Art. 24, Inciso II na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, RATIFICO a dispensa de licitação para contratação de empresa para aquisição de secadores de mãos, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Educação e parceres da Assessoria Jurídica.</p> <p>Contratado: M. K. SCHITCOSKI ME, inscrita no CNPJ sob o nº 03.426.221/0001-14.</p> <p>Contratante: MUNICÍPIO DE RESERVA.</p> <p>Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para aquisição de 25 (vinte e cinco) secadores de mãos automáticos para atender as instituições de ensino.</p> <p>Valor: R\$ 17.192,50 (dezessete mil cento e noventa e dois reais e cinquenta centavos).</p> <p>Reserva, 28 de setembro de 2021.</p> <p>Lucas Machado Ribeiro PREFEITO MUNICIPAL</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA ESTADO DO PARANÁ</p> <p>TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO</p> <p>CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Avenida Coronel Rogério Borba, nº 741, inscrita no CNPJ sob o nº 76.169.879/0001-61, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Lucas Machado Ribeiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 10.601.608-9/SSP-PR e inscrito no CPF sob o nº 082.694.319-58.</p> <p>CONTRATADA: ALPHAMED SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 10.039.033/0001-70, com sede na Rua Primeiro de Maio, nº 442, Centro, Pinhais - PR. CEP 83123-020, neste ato representada por seu sócio administrador Lucas Felipe Balduino Dias, inscrito no CPF/MF nº 045.624.659-21, residente e domiciliado na Rua Doutor Raul Carneiro Filho, 197, Água Verde, Curitiba-PR. CEP 80.620-440. E-mail: <a href="mailto:contato@alphamedsaude.com">contato@alphamedsaude.com</a>, Telefone: 41-3332-9372.</p> <p>A contratante estabelece o presente TERMO DE RESCISÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2021, cujo objeto trata-se de serviços por profissional de medicina em caráter de plantão de sobrevivência, firmado através do Pregão Eletrônico nº 049/2021, considerando a decisão do TCU nº 1.159.453-1, de 15 de setembro de 2021.</p> <p>CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RESCISÃO</p> <p>1.1. Pelo presente termo, com filio no Art. 79, Inc. I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, fica RESCINDIDA a Ata de Registro de Preços nº 016/2021, Pregão Eletrônico nº 049/2021 - Contratação de Serviços Médicos.</p> <p>CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO</p> <p>2.1. Havendo débitos para com a CONTRATADA, a Administração deverá promover o pagamento em até 30 (trinta) dias, a partir da assinatura deste instrumento.</p> <p>Reserva-PR, 28 de setembro de 2021.</p> <p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA Lucas Machado Ribeiro CONTRATANTE</p>
<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ ESTADO DO PARANÁ</p> <p>EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 307/2021 Licitação nº 190/2021 Pregão nº 131/2021</p> <p>Processo Eletrônico nº 131/2021</p> <p>OBJETO: aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada, de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas.</p> <p>CONTRATADA: ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA</p> <p>CONTRATANTE: Município de Ivai - Pr.</p> <p>Valor unitário: R\$ 170,00</p> <p>Valor global: R\$ 6.800,00</p> <p>Vigência: 12 meses</p> <p>Data da assinatura: 27/09/2021</p> <p>Idir Trevisol - Prefeito Municipal</p> <p>Braz Albano - Representante legal</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA ESTADO DO PARANÁ</p> <p>EXTRATO DE CONTRATO Nº 228/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 081/2021 PROCESSO 175/2021</p> <p>CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA</p> <p>CONTRATADO: M. K. SCHITCOSKI ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 03.426.221/0001-14</p> <p>OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE 25 (VINTE E CINCO) SECADORES DE MÃOS AUTOMÁTICOS PARA ATENDER AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO. VALOR: R\$ 17.192,50 (DEZESSETE MIL CENTO E NOVENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). VIGÊNCIA: 28/09/2021 À 27/09/2022. FUNDAMENTO: LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES. LUCAS MACHADO RIBEIRO (PREFEITO MUNICIPAL).</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA ESTADO DO PARANÁ</p> <p>EXTRATO DE CONTRATO Nº 228/2021 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 081/2021 PROCESSO 175/2021</p> <p>CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA</p> <p>CONTRATADO: M. K. SCHITCOSKI ME, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 03.426.221/0001-14</p> <p>OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE 25 (VINTE E CINCO) SECADORES DE MÃOS AUTOMÁTICOS PARA ATENDER AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO. VALOR: R\$ 17.192,50 (DEZESSETE MIL CENTO E NOVENTA E DOIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS). VIGÊNCIA: 28/09/2021 À 27/09/2022. FUNDAMENTO: LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES. LUCAS MACHADO RIBEIRO (PREFEITO MUNICIPAL).</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA ESTADO DO PARANÁ</p> <p>RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 080/2021 PROCESSO Nº 172/2021</p> <p>Fundamento no Art. 24, Inciso II na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, RATIFICO a dispensa de licitação para contratação de empresa para aquisição de chocolates, conforme requerimento da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e parceres da Assessoria Jurídica.</p> <p>Contratada: NIEVOLA &amp; BOHAENCO LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 08.232.713/0001-92</p> <p>CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RESERVA</p> <p>Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE CAIXAS DE WAFER DE CHOCOLATE PARA DISTRIBUIÇÃO NA REDE DE ENSINO MUNICIPAL.</p> <p>Valor: R\$ 12.320,00 (DOZE MIL TREZENTOS E VINTE REAIS).</p> <p>Reserva-PR, 23 de setembro de 2021.</p> <p>LUCAS MACHADO RIBEIRO PREFEITO MUNICIPAL</p>	<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA ESTADO DO PARANÁ</p> <p>EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO Nº 307/2021 Licitação nº 190/2021 Pregão nº 131/2021</p> <p>Processo Eletrônico nº 131/2021</p> <p>OBJETO: aquisição de 40 caixas de impressos, contendo 500 jogos cada, de nota fiscal de Produtor Rural totalizando 20.000 notas.</p> <p>CONTRATADA: ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA</p> <p>CONTRATANTE: Município de Ivai - Pr.</p> <p>Valor unitário: R\$ 170,00</p> <p>Valor global: R\$ 6.800,00</p> <p>Vigência: 12 meses</p> <p>Data da assinatura: 27/09/2021</p> <p>Idir Trevisol - Prefeito Municipal</p> <p>Braz Albano - Representante legal</p>